

PROT-OVT

Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

Documento de Trabalho

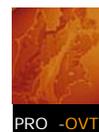
Área sectorial	TURISMO, LAZER E CULTURA
Designação do documento	RELATÓRIO DIAGNÓSTICO
Contacto da equipa	Bruno Soares Arquitectos Arq. Luís Jorge Bruno Soares (Coordenação da Equipa) Arq. ^a Ana Maria Guedes Lebre (Coordenação da Equipa) Arq. ^a Fátima Orta Jacinto Dr. ^a Cristina Almeida Arq. ^o Bruno Lamas Arq. ^a Rita Feio Machado Arq. ^a Mariana Vara Arq. ^a Cândida Pires
	Data 31 05 2007



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo



União Europeia
FEDER



ÍNDICE GERAL

1 INTRODUÇÃO	7
PARTE I – CULTURA: SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA / CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO	8
1. INTRODUÇÃO	8
2. ENQUADRAMENTO	8
2.1. <i>Legislativo e Normativo</i>	8
2.2. <i>As Dimensões da Cultura</i>	11
3. POLÍTICAS NACIONAIS PARA A CULTURA	14
3.1. <i>Historial Recente</i>	14
3.2. <i>Estratégia Actual</i>	19
3.3. <i>Despesas do Estado com a Cultura</i>	23
4. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA CULTURAL COMUNITÁRIA – BREVE NOTA	30
4.1. <i>Objectivos Gerais e Princípios Culturais</i>	30
4.2. <i>O Programa CULTURA 2000</i>	30
4.3. <i>O Programa Operacional Da Cultura</i>	31
4.4. <i>Os desafios nos próximos 10 anos</i>	32
5. METODOLOGIA DE ABORDAGEM	33
6. MATRIZ CULTURAL NO TERRITÓRIO OESTE E VALE DO TEJO	33
6.1. <i>Identificação dos Recursos Culturais</i>	33
6.2. <i>Síntese das linhas de força do Sector da Cultura na Região Oeste e Vale do Tejo</i>	61
7. QUADRO SÍNTESE DE POTENCIALIDADES/DEBILIDADES – OPORTUNIDADES/RISCOS	63
8. OBJECTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROT-OVT	64
8.1. <i>Uma aposta numa região contadora de histórias e promotora de parcerias: Projectos-Âncora</i>	64
8.2. <i>Potenciar os Recursos Endógenos</i>	65
8.3. <i>Instrumentos de Gestão Patrimonial e Territorial</i>	69
PARTE II – TURISMO E LAZER – SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA / CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO	70
9. PLANOS E ESTRATÉGIAS NACIONAIS	70
9.1. <i>O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)</i>	70
9.2. <i>O programa nacional da política do ordenamento do território (PNPOT)</i>	72
9.3. <i>As Regiões de Turismo do Oeste, Leiria/Fátima, Templários e Ribatejo</i>	75
10. ENQUADRAMENTO TURÍSTICO	76
10.1. <i>Conceitos</i>	76
10.2. <i>Enquadramento</i>	78

10.3. Região de Lisboa e Vale do Tejo – o principal destino turístico e de lazer do país	87
11. METODOLOGIA DE ABORDAGEM	88
12. TURISMO E LAZER NO OESTE E VALE DO TEJO.....	91
12.1. Alojamento Turístico e de Lazer.....	91
12.2. Recursos e Produtos Turísticos e de Lazer	113
13. QUADRO SÍNTESE DE POTENCIALIDADES/DEBILIDADES – OPORTUNIDADES/RISCOS	128
PARTE III – TERRITÓRIO E RECURSOS PARA O TURISMO, LAZER E CULTURA.....	129
14. TERRITÓRIO E RECURSOS.....	129
15. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL – SITUAÇÃO ACTUAL	130
16. UNIDADES TERRITORIAIS	131
16.1. “Corredor Litoral”	131
16.2. Lezíria do Tejo	135
16.3. Vales do Tejo e do Zêzere (Médio Tejo).....	138
16.4. Campos do Oeste e do Vale do Tejo.....	140
16.5. Parques e Espaços Naturais Protegidos	141
16.6. Pinhal interior.....	143
16.7. Charnecas do Sul do Tejo	144
17. ESPAÇOS DE POLARIZAÇÃO TURÍSTICA.....	145
18. SISTEMAS TURÍSTICOS E DE LAZER	146
19. TENDÊNCIAS	146
19.1. Alojamento Total na Sub-Região Oeste e Vale do Tejo – Tendências	146
19.2. Pretensões de Investimento	149
19.3. Empreendedorismo no Oeste e Vale do Tejo.....	151
20. 10 CONCLUSÕES DO DIAGNÓSTICO.....	153
21. QUADRO SÍNTESE DE POTENCIALIDADES/DEBILIDADES, OPORTUNIDADES/RISCOS.....	154

Índice de Desenhos:

Desenho 01. LOCALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS: CLASSIFICADOS E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO
Desenho 02. LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS (CLASSIFICADOS E NÃO CLASSIFICADOS) NO OESTE E VALE DO TEJO
Desenho 03. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO CLASSIFICADO NO OESTE E VALE DO TEJO
Desenho 04. LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NÃO CLASSIFICADOS
Desenho 05. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO OESTE E VALE DO TEJO: LOCALIZAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL
Desenho 06. SISTEMA DE FORTIFICAÇÕES NO OESTE E VALE DO TEJO
Desenho 07. LOCALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS
Desenho 08. CAMAS TURÍSTICAS NO OESTE E VALE DO TEJO (DGT – 2006)
Desenho 09. TOTAL DE CAMAS TURÍSTICAS – INE (2001) E DGT (2006)
Desenho 10. ALOJAMENTO TURÍSTICO EXISTENTE (2006)

Desenho 11. TOTAL DE CAMAS EM RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA (2001)	
Desenho 12. LOCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E RECURSOS TURÍSTICOS, ACTIVIDADES DE LAZER E OFERTA COMPLEMENTAR NO OESTE E VALE DO TEJO	
Desenho 13. PRINCIPAIS PRODUTOS E RECURSOS NO OESTE E VALE DO TEJO	
Desenho 14. CAPACIDADE DE ATRACÇÃO GLOBAL, POR CONCELHO (2005)	
Desenho 15. ACTIVIDADES DE RECREIO E LAZER NO OESTE E VALE DO TEJO	
Desenho 16. PRINCIPAL OFERTA COMPLEMENTAR (EXCLUINDO PATRIMÓNIO) NO OESTE E VALE DO TEJO	
Desenho 17. TURISMO, LAZER E CULTURA NO OESTE E VALE DO TEJO – MODELO ACTUAL	
Desenho 18. OESTE E VALE DO TEJO: TERRITÓRIO DE TURISMO E LAZER – DIAGNÓSTICO	
Desenho 19. ÁREAS PARA O TURISMO PREVISTAS NOS PDM DO OESTE E VALE DO TEJO	
Desenho 20. PRETENSÕES DE INVESTIMENTO NO OVT – ALOJAMENTO POR TIPOLOGIA	
Desenho 21. PRETENSÕES DE INVESTIMENTO NO OESTE E VALE DO TEJO – ALOJAMENTO POR NÚMERO DE CAMAS	

Índice de Figuras:

FIGURA 1 - INTERPRETAÇÃO TERRITORIAL DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PNPOT	74
FIGURA 2 - REGIÕES DE TURISMO	75
FIGURA 3 - TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (1991)	84
FIGURA 4 - TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (2001)	85
FIGURA 5 - TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA, NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (2001)	86
FIGURA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO (CAMAS), POR CONCELHO (2005)	93
FIGURA 7 - DISTRIBUIÇÃO DA RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA - CAMAS ESTIMADAS (2001)	105
FIGURA 8 - EVOLUÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (1981/1991)	106
FIGURA 9 - EVOLUÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (1991/2001)	107
FIGURA 10 - TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (1981)	111
FIGURA 11 - TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (1991)	112
FIGURA 12 - TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (2001)	113
FIGURA 13 - DESTINOS TURÍSTICOS	115
FIGURA 14 - ALOJAMENTO TOTAL - TURÍSTICO E DE LAZER	148
FIGURA 15 - ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E PROGRAMA LEADER NO OESTE E VALE DO TEJO	152

Índice de Gráficos:

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO ALOJAMENTO TURÍSTICO, POR REGIÕES (2004/2005)	78
GRÁFICO 2 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO, POR REGIÕES E TIPOLOGIA DE ALOJAMENTO (2005)	79
GRÁFICO 3 - DORMIDAS EM ALOJAMENTO TURÍSTICO, NO CONTINENTE POR TIPOLOGIA DE ALOJAMENTO (2005)	81
GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA, POR REGIÕES (1991/2001)	82
GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DA TAXA RESIDENCIAL SECUNDÁRIA, NO OESTE E VALE DO TEJO (1991/2001)	83
GRÁFICO 6 - ESTRUTURA DE ALOJAMENTO TURÍSTICO DO OESTE E VALE DO TEJO, POR REGIÕES TURÍSTICAS (2005)	92
GRÁFICO 7 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO NA REGIÃO TURÍSTICA DO OESTE (2006)	95
GRÁFICO 8 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO NA REGIÃO TURÍSTICA DE LEIRIA/FÁTIMA (2006)	95
GRÁFICO 9 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO NA REGIÃO TURÍSTICAS DOS TEMPLÁRIOS (2006)	96
GRÁFICO 10 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO NA REGIÃO DO RIBATEJO (2006)	96
GRÁFICO 11 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO CLASSIFICADO, POR REGIÃO TURÍSTICA : ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS (2002/2006)	98
GRÁFICO 12 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO CLASSIFICADO, POR REGIÃO TURÍSTICA : CAMAS (2002/2006)	98
GRÁFICO 13 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO EM ESPAÇO RURAL, POR REGIÃO TURÍSTICA: ESTABELECIMENTOS (1998/2006)	100

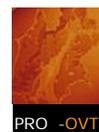


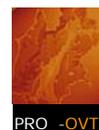
GRÁFICO 14 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO EM ESPAÇO RURAL, POR REGIÃO TURÍSTICA: CAMAS (1998/2006)	100
GRÁFICO 15 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (1991/2001)	110
GRÁFICO 16 - ALOJAMENTO TOTAL NA SUB-REGIÃO OESTE E VALE DO TEJO (2001; 2005).....	147

Índice de Ilustrações:

ILUSTRAÇÃO 1 – MOSTEIRO DE ALCOBAÇA	50
ILUSTRAÇÃO 2 – INTERIOR DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA.....	50
ILUSTRAÇÃO 3 - CONVENTO DE CRISTO, EM TOMAR	51
ILUSTRAÇÃO 4 - FESTA DOS TABULEIROS - TOMAR	118
ILUSTRAÇÃO 5 - FEIRA INTERNACIONAL DO CAVALO - GOLEGÃ.....	119
ILUSTRAÇÃO 6 - CARNAVAL DE TORRES VEDRAS	119
ILUSTRAÇÃO 7 - SANTUÁRIO DE FÁTIMA	120
ILUSTRAÇÃO 8 - FACHADA ATLÂNTICA	133
ILUSTRAÇÃO 9 - LAGOA DE ÓBIDOS	134
ILUSTRAÇÃO 10 - LEZÍRIA DO TEJO	136
ILUSTRAÇÃO 11 - CASA AGRÍCOLA NA LEZÍRIA DO TEJO.....	137
ILUSTRAÇÃO 12 - MÉDIO TEJO	138
ILUSTRAÇÃO 13 - RIO TEJO / CASTELO DE ALMOUROL	139
ILUSTRAÇÃO 14 - CAMPOS DO OESTE	140
ILUSTRAÇÃO 15 - SERRA DE AIRE E CANDEEIROS	142
ILUSTRAÇÃO 16 – PINHAL INTERIOR	144

Índice de Quadros:

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DA SEC, POR SECTORES (1985/1995)	25
QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS, POR ORGANISMOS E SERVIÇOS (1999/2006)	26
QUADRO 3 - AFECTAÇÃO DO ORÇAMENTO AOS DOMÍNIOS CULTURAIS (1996/2001)	27
QUADRO 4 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DOS MUNICÍPIOS EM CULTURA (1986/2003).....	29
QUADRO 5 - SÍNTESE NACIONAL DOS IMÓVEIS CLASSIFICADOS, EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO/PUBLICAÇÃO E COM DESPACHO DE ABERTURA	38
QUADRO 6 - SÍNTESE ESTATÍSTICA DO PATRIMÓNIO CLASSIFICADO	39
QUADRO 7 - TIPOLOGIA DOS IMÓVEIS CLASSIFICADOS: DESCRIÇÃO E SÍNTESE ESTATÍSTICA	41
QUADRO 8 – PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITANTES (2001/2006).....	42
QUADRO 9 - DISTRIBUIÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NÃO CLASSIFICADOS NO OESTE E VALE DO TEJO	44
QUADRO 10 - DISTRIBUIÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO OESTE E VALE DO TEJO, POR ÉPOCA HISTÓRICA (FONTE: IPA)	47
QUADRO 11 - SISTEMA DE FORTIFICAÇÕES E CASTELOS NO OESTE E VALE DO TEJO	48
QUADRO 12 - ELEMENTOS PATRIMONIAIS E EQUIPAMENTOS CULTURAS: SÍNTESE ESTATÍSTICA	54
QUADRO 13 - REDE DE BOBBIOTECAS PÚBLICAS NO OESTE E VALE DO TEJO (INAUGURAÇÃO ATÉ 16 /08/06)	57
QUADRO 14 - TEATROS E ESPAÇOS EM FUNCIONAMENTO QUE ACOLHEM ARTES DO ESPECTÁCULO, NO OESTE E VALE DO TEJO	58
QUADRO 15 - ESPAÇOS COM PROGRAMAÇÃO DE QUALIDADE E TEATROS E ESPAÇOS CULTURAIS NO OESTE E VALE DO TEJO	59
QUADRO 16 - SALAS COM EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA NO OESTE E VALE DO TEJO: INDICADORES	60
QUADRO 17 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO, POR REGIÕES (2004/2005)	78
QUADRO 18 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO, POR REGIÕES E TIPOLOGIA DE ALOJAMENTO (2005)	79
QUADRO 19 - DORMIDAS EM ALOJAMENTO TURÍSTICO, NO CONTINENTE POR TIPOLOGIA DE ALOJAMENTO (2005).....	80
QUADRO 20 - ESTADA MÉDIA E TAXAS DE OCUPAÇÃO, POR REGIÕES E TIPOLOGIA DE ALOJAMENTO (2005)	81
QUADRO 21 - EVOLUÇÃO DO ALOJAMENTO SECUNDÁRIO (1991/2001) E TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA, POR REGIÕES.....	82



QUADRO 22 - DADOS COMPARATIVOS POR REGIÕES (PRINCIPAIS DESTINOS TURÍSTICOS)	87
QUADRO 23 - ESTRUTURA DE ALOJAMENTO TURÍSTICO DO OESTE E VALE DO TEJO, POR REGIÕES TURÍSTICAS (2005)	91
QUADRO 24 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO, POR REGIÃO TURÍSTICA E CONCELHO (2006)	94
QUADRO 25 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO CLASSIFICADO, POR REGIÃO TURÍSTICA E CONCELHO (2002/2006)	97
QUADRO 26 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO EM ESPAÇO RURAL, POR REGIÃO TURÍSTICA E CONCELHO (1998/2006)	99
QUADRO 27 - CAMAS TURÍSTICAS CLASSIFICADAS E NÃO CLASSIFICADAS NO OESTE E VALE DO TEJO (2006)	101
QUADRO 28 - UNIDADES DE ALOJAMENTO E CAMAS TURÍSTICAS, CLASSIFICADAS E NÃO CLASSIFICADAS, NO OESTE E VALE DO TEJO (2006)	102
QUADRO 29 - CAMAS CLASSIFICADAS E NÃO CLASSIFICADAS, POR CONCELHO E TIPOLOGIA (2006)	103
QUADRO 30 – ALOJAMENTO COM CLASSIFICAÇÃO MAIS ELEVADA	104
QUADRO 31 – RELEVÂNCIA DO ALOJAMENTO TURÍSTICO COM CLASSIFICAÇÃO MAIS ELEVADA NA OFERTA TOTAL DE ALOJAMENTO	104
QUADRO 32 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, ALOJAMENTO HABITUAL E ALOJAMENTO SECUNDÁRIO, POR REGIÃO TURÍSTICA E CONCELHO (1991/2001).....	110
QUADRO 33 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS NO OESTE E VALE DO TEJO	122
QUADRO 34 - CAPACIDADE DE ATRACÇÃO GLOBAL, POR CONCELHO (2005)	123
QUADRO 35 - DISTRIBUIÇÃO DAS ACTIVIDADES DE LAZER NO OESTE E VALE DO TEJO	125
QUADRO 36 - DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA COMPLEMENTAR NO OESTE E VALE DO TEJO	127
QUADRO 37 - ÁREAS PREVISTAS PARA O TURISMO NOS PDM DO OESTE E VALE DO TEJO	131
QUADRO 38 - ALOJAMENTO TOTAL NA SUB-REGIÃO OESTE E VALE DO TEJO (2001; 2005)	146
QUADRO 39 - CAMAS TURÍSTICAS EXISTENTES E PREVISYAS PARA O OESTE E VALE DO TEJO	149
QUADRO 40 - PRETENSÕES DE INVESTIMENTO TURÍSTICO NO OESTE E VALE DO TEJO, POR TIPOLOGIA E CONCELHO.....	150

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório constitui a síntese de Diagnóstico do sector do Turismo, Lazer e Cultura no Oeste e Vale do Tejo e integra na Parte I, a análise realizada ao sector da Cultura, na Parte II, a componente respeitante ao Turismo e Lazer, destacando-se na Parte III, a abordagem de carácter territorial, incorporando as duas análises precedentes.

Na Parte I, e no que respeita à Cultura no Oeste e Vale do Tejo realizou-se, numa primeira instância, o enquadramento dos programas, políticas nacionais e comunitária, seguido de uma caracterização do sector no território abrangido, de onde se construiu um quadro síntese com referência às potencialidades/debilidades e oportunidades/riscos, retirando daqui conclusões preliminares para os objectivos de desenvolvimento do PROT-OVT.

Na Parte II, e no que concerne à análise do Turismo e Lazer no Oeste e Vale do Tejo, fez-se um enquadramento dos planos e estratégias nacionais para o turismo, seguido de uma análise desenvolvida dos principais elementos de caracterização da oferta do turismo e lazer neste território: o alojamento turístico e de lazer (residência secundária), os produtos e recursos turísticos, as actividades de lazer e oferta complementar, que nos permitiu formular o modelo territorial actual do turismo e lazer do Oeste e Vale do Tejo e construir um quadro síntese com referência às potencialidades/debilidades e oportunidades/riscos.

A Parte III, corresponde à tradução territorial das dinâmicas culturais e turísticas, consubstanciada numa abordagem temática centrada no território e recursos, nos instrumentos de gestão territorial, na definição das unidades territoriais do turismo, lazer e cultura, nos espaços de polarização turística, sistemas turísticos e de lazer, e numa leitura das tendências que as actuais dinâmicas já pressupõem, em particular as associadas à residência secundária e pretensões de investimento ao nível do alojamento turístico.



PARTE I – CULTURA: SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA / CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO

1. INTRODUÇÃO

A cultura constitui a afirmação da identidade de um país, a matriz do seu desenvolvimento, determinando mesmo o seu lugar no mundo. A cultura tem pois, uma importância decisiva e fundamental no desenvolvimento de um país, de uma região, de uma comunidade e dos indivíduos em geral.

A transversalidade das diversas dimensões da cultura, bem como o reconhecido défice, do sector cultural, em matéria de instrumentos estatísticos harmonizáveis, densificam a complexidade de integrar a cultura numa matriz de análise e avaliação com o objectivo de integração num plano de ordenamento territorial mais centrado na dimensão “física”.

2. ENQUADRAMENTO

2.1. Legislativo e Normativo

O preceituado da legislação nacional e no que à esfera cultural diz respeito determina a Constituição Portuguesa:

- É tarefa fundamental do Estado “Proteger e valorizar o património cultural do povo português, (...)”¹;
- Compete a todos “ (...) o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.”², porque a todos assiste o direito à fruição dos bens culturais públicos;

¹ in alínea e) do Artigo 9.º - Tarefas fundamentais do Estado – da Constituição Portuguesa

² in nº 1 do Artigo 78.º - Fruição e criação cultural - da Constituição Portuguesa

- Incumbe ao Estado, por um lado “Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum”³, e por outro “Articular a política cultural e as demais políticas sectoriais.”⁴.

A Lei do Património Cultural ⁵ no seu Artigo 3º – Tarefa Fundamental do Estado:

- Através da Salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular;
- O Estado protege e valoriza o património cultural como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais;
- O conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

A Lei de Bases da Política de ordenamento do Território e de Urbanismo: ⁶

- “Reforçar a coesão nacional, organizando o território, corrigindo assimetrias regionais e assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infra-estruturas, equipamentos, (...)”;⁷
- “Assegurar a defesa e valorização do património cultural e natural”;⁸
- “Promover a qualidade de vida e assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento das actividades económicas, sociais e culturais”;⁹

³ in alínea c) do nº 2 do Artigo 78.º - Fruição e criação cultural - da Constituição Portuguesa

⁴ in alínea e) do nº 2 do Artigo 78.º - Fruição e criação cultural - da Constituição Portuguesa

⁵ Lei 107/2001 de 8 de Setembro

⁶ Lei nº 48/98, de 11 de Agosto

⁷ in alínea a) do Artigo 3º - Fins da Lei nº 48/98, de 11 de Agosto

⁸ in alínea d) do Artigo 3º - Fins da Lei nº 48/98, de 11 de Agosto

- “A melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, no respeito pelos valores culturais, ambientais e paisagísticos”; ¹⁰
- “A reabilitação e a revitalização dos centros históricos e dos elementos de património cultural classificados”; ¹¹

O Decreto-lei que desenvolve as Bases do Ordenamento do Território e de Urbanismo:

“Os planos regionais de ordenamento do território definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração e revisão dos planos municipais de ordenamento do território”. ¹²

Neste contexto, o enquadramento legislativo relativo à dimensão cultural, a integrar no PROT-OVT, está especificamente associado à dimensão territorial do património arquitectónico e arqueológico no que respeita ao objectivo de se adoptar medidas específicas para a sua protecção e conservação, bem como para acautelar os usos dos espaços inventariados e das suas envolventes. Cabe, no entanto, aos Planos Directores Municipais o estabelecimento dos parâmetros urbanísticos e a delimitação de zonas de protecção. (artigo 15º do DL 310/03 de 10 de Dezembro e alínea f) do número 2 da RCM nº30 /06 de 23 de Março – Determina a elaboração do PROT-OVT).

Contudo, mesmo que sejam os patrimónios arquitectónico e arqueológico os domínios culturais relevantes no contexto do ordenamento territorial, o facto da cultura se encontrar no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a diversidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber, esta transversalidade da Cultura obriga-nos a tentar encontrar um modelo mais abrangente de integração da dimensão cultural no âmbito da elaboração do PROT-OVT e, em particular para a definição da estratégia nacional de ordenamento do território.

Por outro lado, constituindo-se também o PROT-OVT como o futuro quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território, assume

9 in alínea e) do Artigo 3º - Fins da Lei nº 48/98, de 11 de Agosto

10 in alínea a) do Artigo 6º - Objectivos do ordenamento do território e do urbanismo da Lei nº 48/98, de 11 de Agosto

11 in alínea h) do Artigo 6º - Objectivos do ordenamento do território e do urbanismo da Lei nº 48/98, de 11 de Agosto

12 nº 1 do artigo 51º. do DL 310/03 de 10 de Dezembro

particular importância a identificação e hierarquização dos principais projectos estruturantes do modelo territorial a propor ou que contribuam para o desenvolvimento dos sectores a valorizar, e definir orientações para a racionalização e coerência dos investimentos públicos. (alínea g) do número 2 da RCM n.º30 /06 de 23 de Março)

2.2. As Dimensões da Cultura

Vivemos numa era de grandes transformações económicas e sociais. Alternamos do modelo de sistema económico baseado numa base totalmente física – tais como o trabalho físico e a matéria prima –, com o baseado fundamentalmente na inteligência humana, conhecimento e criatividade. Esta enorme alternância está a orientar a nossa economia, designadamente a própria sociedade, cultura e o dia-a-dia. A globalização estrutura cada vez mais o desenvolvimento em torno de vectores cognitivos e criativos.

Efectivamente a criatividade como motor do crescimento económico está a mudar as velhas regras de competitividade, por exemplo, não há monopólio na criatividade. As economias são fluidas – as pessoas têm liberdade de movimento, é fácil ganhar e perder um cliente –, e a criatividade é um bem que tem de ser permanentemente renovado e cultivado através de uma definição clara de novas estratégias.

O papel da cultura é, cada vez mais, reconhecido como relevante para a regulação dos mercados, assumindo uma importância acrescida na formulação de políticas de desenvolvimento económico, social e humano. A coexistência, na globalização, da uniformização e da diferenciação, atribui às políticas culturais um novo papel na integração com as políticas económicas e de desenvolvimento institucional, resultando numa crescente referência a recursos e valores culturais nacionais e locais e a valores éticos globais.

Considerando que as transformações políticas e sociais do nosso tempo têm cada vez mais uma matriz cultural, julgamos que em face do mundo globalizado e massificado em que vivemos, a cultura representa um valor inestimável como espaço de memória e de expressão da diversidade da experiência humana no qual se constrói a nossa identidade, se estabelecem as ligações dinâmicas entre passado e presente, se interpreta o presente e se encara o futuro.

O acesso à cultura é pois, um instrumento essencial de cidadania, um meio indispensável de valorização pessoal e social, de criação de riqueza e emprego caracterizando-se a cultura como uma dimensão do desenvolvimento territorial que pode contribuir significativamente para a redução das assimetrias regionais e induzir ganhos de competitividade.

Por outro lado, a dimensão cultural associada ao normal funcionamento do mercado, passa cada vez mais pela capacidade de criar continuamente novas ofertas culturais e de criar mecanismos para satisfazer as necessidades individuais ou colectivas em cada momento.

É pois, no quadro da oferta histórico-cultural da Região do Oeste e Vale do Tejo que se procurará encontrar os pilares de uma estratégia que aposte na promoção e afirmação dessa oferta à escala nacional como factor económico de crescente importância, nomeadamente nas cadeias de valor onde a diferenciação e os factores também imateriais mais se destacam na criação de riqueza.

Neste contexto, a valorização e o usufruto de elementos culturais revelam-se sempre como factores de assinalável progresso nas vertentes endógenas e exógenas do desenvolvimento pondo em destaque a interdependência entre cultura e a valorização humana, entre cultura e desenvolvimento.

Numa dimensão humanista importa reter que os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e a dimensão cultural é indispensável e estratégica para qualquer projecto de desenvolvimento.

O desenvolvimento do potencial cultural, o direito à diferença, a construção individual e colectiva das identidades através das expressões culturais são, além de condição de cidadania, factores positivos no modo como as pessoas se relacionam entre si e com o meio físico envolvente, contribuindo assim para um dos objectivos centrais da construção europeia que é a coesão social.

Segundo a Declaração Universal da Diversidade Cultural¹³, os indivíduos e grupos devem ter garantidas as condições para:

- Criar e difundir as suas expressões culturais;
- O direito à educação e à formação de qualidade que respeite sua identidade cultural;
- A possibilidade de participar na vida cultural da sua preferência e exercer e fruir as suas próprias práticas culturais, desde que respeitados os limites dos direitos humanos.

Como factores socio-económicos relevantes para o novo paradigma das procuras culturais na Europa e em Portugal destacamos, a terciarização da economia e a melhoria do nível de rendimentos das famílias que têm impacto na alteração dos comportamentos e hábitos culturais. As novas práticas individuais de consumo massificado de bens culturais resultantes da aquisição de equipamentos culturais domésticos (televisão, vídeo, DVD, CD's, rádio, etc.), bem como o acréscimo das procuras

¹³ Aprovada em 2001 na 31ª reunião da Conferência Geral da UNESCO

turísticas de cariz cultural, apresentam-se como exemplos da consequência do acréscimo daqueles factores socio-económicos.

Com efeito, as heranças histórico-culturais e as diferentes formas de arte de um país são, cada vez mais, factores preponderantes no conhecimento ou mesmo na selecção dos destinos turísticos de muitos viajantes. Divulgar heranças culturais é hoje um dever incontornável como forma de salvaguardar essas mesmas heranças.

Assim, preservar as diversidades de cada cultura torna-se urgente no mundo dos nossos dias e deverá assumir particular destaque nos instrumentos normativos de planeamento e gestão territorial. Não obstante, a integração da Cultura no mesmo patamar de outras políticas públicas é muito recente. Ao nível da União Europeia, até ao momento da assinatura do Tratado de Maastricht (1992), a cultura não possuía uma autonomia real no domínio das políticas comunitárias, estava no entanto representada nas actividades da Comunidade.

Em 1993, a aplicação dos princípios consagrados no Tratado de Maastricht marcou o desejo dos Estados-Membros de *"avançar para uma nova fase no processo de integração Europeia"*, baseado *"numa ainda maior união entre os Europeus"*, expressa em particular através do desenvolvimento de uma efectiva cidadania Europeia e da atribuição de novos poderes à Comunidade, incluindo novos poderes no domínio da cultura, com o Tratado a dedicar-lhe exclusivamente um Artigo. A partir de então a cooperação cultural tornou-se um âmbito reconhecido de acção da Comunidade, com base legal apropriada (Artigo 128).

Este Artigo foi incluído na sua totalidade no Tratado de Amesterdão (2 de Outubro de 1997) – Artigo 151¹⁴, à excepção do parágrafo 4 que foi alterado para o seguinte: *"a Comunidade deve*

14 Artigo 151 (ex Artigo 128)

1. The Community shall contribute to the flowering of the cultures of the Member States, while respecting their national and regional diversity and at the same time bringing the common cultural heritage to the fore.
2. Action by the Community shall be aimed at encouraging cooperation between Member States and, if necessary, supporting and supplementing their action in the following areas:
 - improvement of the knowledge and dissemination of the culture and history of the European peoples;
 - conservation and safeguarding of cultural heritage of European significance;
 - non-commercial cultural exchanges;
 - artistic and literary creation, including in the audiovisual sector.
3. The Community and the Member States shall foster cooperation with third countries and the competent international organisations in the sphere of culture, in particular the Council of Europe.
4. The Community shall take cultural aspects into account in its action under other provisions of this Treaty, in particular in order to respect and to promote the diversity of its cultures.
5. In order to contribute to the achievement of the objectives referred to in this Article, the Council:

considerar os aspectos culturais nas acções que exerce sob disposição deste Tratado, em particular de modo a respeitar e a promover a diversidade cultural das suas culturas". Este parágrafo realça a necessidade de reconhecimento da cultura e do respeito pela diversidade cultural em todas as políticas da Comunidade, de acordo com a legislação da Comunidade. Esta constitui-se assim como uma obrigação legal, devendo as instituições comunitárias analisar as implicações culturais de todas as suas políticas.

Assim, consideramos que através do PROT-OVT será possível definir quatro grandes pilares da estratégia territorial no respeitante à tarefa fundamental do Estado de proteger e valorizar o património cultural do povo português, a definir na fase seguinte de elaboração do plano:

- A salvaguarda e preservação do património cultural em todas as suas formas;
- A contribuição para o respeito pela diversidade cultural;
- A promoção das singularidades regionais/nacionais;
- A qualificação e valorização dos recursos culturais regionais.

3. POLÍTICAS NACIONAIS PARA A CULTURA

3.1. Historial Recente

Considerando que cabe à política sectorial responder às necessidades culturais das populações com uma estratégia, cabendo apenas à política de ordenamento definir a estratégia de instalação, de conservação e de desenvolvimento das redes de infra-estruturas físicas e dos equipamentos colectivos de nível fundamental e que assegurem, entre outros, o acesso à cultura ¹⁵ e, sendo o Ministério da Cultura o departamento governamental ao qual incumbe prosseguir uma política nacional e coordenada na área da cultura e domínios com ela relacionados, passaremos a fazer uma breve

- acting in accordance with the procedure referred to in Article 251 and after consulting the Committee of the Regions, shall adopt incentive measures, excluding any harmonisation of the laws and regulations of the Member States. The Council shall act unanimously throughout the procedure referred to in Article 251;

- acting unanimously on a proposal from the Commission, shall adopt recommendations.

15 Ver artigo 17º do DL 310/03 de 10 de Dezembro

resenha sobre o enorme impacto e conseqüente mudança de paradigma que a criação do Ministério da Cultura induziu, em 1995. Nesse âmbito identificaremos sumariamente as principais medidas de política cultural seguidas na última década e agora em curso.

A criação do Ministério da Cultura (MC) em Outubro de 1995 teve por base a assunção de que a Cultura ocupa um lugar central no desenvolvimento de Portugal e que a política cultural deve ser levada a cabo numa perspectiva transversal. Reforçou-se assim o estatuto da cultura no campo mais vasto dos projectos e das práticas políticas, colocando a política cultural ao mais alto nível da discussão e com possibilidades de estabelecer parcerias e sinergias com os restantes ministérios.

Com o Ministério da Cultura procedeu-se a uma profunda reforma institucional da administração¹⁶ da cultura que permitisse, através de maior autonomia, flexibilidade e capacidade de resposta eficaz às solicitações decorrentes das suas atribuições, aumentar o alcance e eficiência da realização da política cultural e criar também maior estabilidade, justiça e transparência no relacionamento entre os agentes culturais, a administração e outros parceiros. A criação do Ministério não representou contornos de centralização, pelo contrário, a descentralização e a regionalização tornaram-se, desde 1995, uma prioridade na área da cultura.

As funções do Ministério da Cultura traduzem-se, fundamentalmente, numa particular responsabilização no domínio das grandes infra-estruturas indispensáveis ao desenvolvimento de uma política cultural coerente, consistente e eficaz, sem prejuízo da obrigação de valorizar a diversidade das iniciativas culturais que se desenvolvam na sociedade civil e, de igual modo, de estimular formas de cooperação não só com as entidades autárquicas e regionais mas também com agentes privados e com os cidadãos em geral.

As principais características e objectivos definidos, em 1995, assentaram em cinco vectores fundamentais:

A DEMOCRATIZAÇÃO

- Alargamento do acesso dos cidadãos às práticas culturais;
- Cooperação estreita com o Ministério da Educação;

A DESCENTRALIZAÇÃO

- Cooperação alargada com as autarquias e instituições culturais locais

¹⁶ A reforma traduziu-se sobretudo na distinção entre serviços dependentes do Ministro (serviços centrais de apoio e delegações regionais) e organismos (pessoas colectivas de direito público) com maior grau de autonomia, sob a tutela do Ministro. Estes organismos, que correspondem à quase totalidade das áreas de actuação do Ministério, beneficiam de maior flexibilidade e podem mais facilmente dar uma resposta eficaz às solicitações decorrentes das suas atribuições, nomeadamente em termos de conhecimento do terreno e de recurso a pessoal especializado. Alguns desses institutos foram criados de raiz, não tendo correspondência exacta na anterior estrutura administrativa.

- Pólos regionais das instituições responsáveis pelas políticas do património e das artes do espectáculo;
- Actividades de itinerância.

A INTERNACIONALIZAÇÃO

- Factor de construção e afirmação da identidade nacional;
- Política conjunta;
- Negócios estrangeiros, da educação, do turismo e do comércio externo;
- Estratégia global de defesa da língua portuguesa;
- Participação crescente das instituições portuguesa nas redes europeias de produção e circulação culturais;
- Apoio à promoção além-fronteiras da cultura e dos agentes culturais.

A PROFISSIONALIZAÇÃO

- Circuitos estáveis de produção, circulação e consumo;
- Capacidade de intervenção adequada;
- Estabelecer modalidades de associação entre as instituições culturais do Estado e os conservatórios, escolas, institutos e universidades;
- Acções de formação e reciclagem;
- Apoio a projectos culturais que incorporem componentes educativas e formativas.

A REESTRUTURAÇÃO

- Desconcentração institucional;
- Prioridade à especialização profissional;
- Reforço da transparência e do rigor.

No âmbito desses cinco vectores e até ao ano 2000 as apostas do MC foram, entre outras, as seguintes:

LIVRO E LEITURA

- A definição de um programa de cobertura de todo o país pela “Rede de Leitura Pública”;
- A continuação do desenvolvimento da uma Rede Nacional de Bibliotecas Escolares;
- A institucionalização da Rede Bibliográfica da Lusofonia;
- A criação do Programa Nacional de Promoção da Leitura;
- E edição de material e acções promocionais e acções de animação e de sensibilização em torno do livro e da leitura (itinerantes e conferências e debates);

- Criação de Bolsas de Criação Literária;
- Criação de instrumentos, económicos, financeiros e de formação aos sectores editorial e livreiro;
- Criação do programa de edição de Obras Clássicas da Literatura Portuguesa;

PATRIMÓNIO

- Autonomizou-se a política arqueológica com a criação do Instituto Português de Arqueologia;
- Criou-se o Parque Arqueológico do Vale do Côa;
- Definiu-se um modelo de gestão integrada do Património Arquitectónico;
- Aprovou-se o Decreto Regulamentar sobre o estatuto da carreira de Arqueologia;
- Aprovou-se uma nova Lei do património Subaquático;
- Concluiu-se a Proposta para a nova Lei do Património Cultural;
- Reforçou-se o processo do Inventário do Património;

CRIAÇÃO (artes plásticas, artes performativas e cinema audiovisual e multimédia)

- Criou-se o Instituto de Arte Contemporânea;
- Iniciou-se a colecção de Arte Contemporânea nacional e internacional;
- Criou-se o Museu do Design;
- Lançou-se uma nova política no domínio da fotografia (apoios à criação e à conservação patrimonial)
- Criou-se o Centro Português da Fotografia;
- Criou-se a figura de “Companhias Convencionadas” no sector das Artes do Espectáculo;
- Criou-se o Programa da Rede Nacional de Salas do Espectáculo;
- Iniciaram-se as actividades do Arquivo Nacional de Imagens em Movimento para recolha e preservação, e enriquecimento do Património Fílmico Nacional;
- Definiu-se uma política integrada para o cinema, o audiovisual e o multimédia;
- Criou-se o Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM);
- Assinou-se um Protocolo entre os Ministérios da Cultura e da Economia;
- Criou-se um Fundo de Capital de Risco para as Indústrias de Conteúdos Culturais e do Turismo;
- Elaborou-se uma nova Lei do Cinema, do Audiovisual e do Multimédia;
- Assinaram-se Protocolos com a SIC e RTP para a realização de co-produções e exibição no domínio do cinema e do audiovisual;
- Definiu-se com os exibidores cinematográficos o estabelecimento de uma quota anual de exibição de filmes portugueses;

DESCENTRALIZAÇÃO

- Lançou-se o Programa Rotas dedicado à descentralização cultural;

- Criou-se o Festival Internacional de Teatro do Porto em 1997;
- Criou-se o Centro de Novas Dramaturgias (Porto);
- Criou-se o Centro regional de Artes do Espectáculo (Évora);
- Criou-se o Centro Regional de Artes do Espectáculo das Beiras (Viseu);
- Criaram-se as Delegações Regionais do IPPAR em Castelo Branco e Vila Real;
- Criaram-se nove Núcleos Regionais do Instituto Português de Arqueologia espalhados pelo País;
- A Cinemateca/Museu do Cinema iniciou um conjunto de iniciativas regulares itinerantes pelo País;
- Criou-se o Programa Raízes – A Cultura nas Regiões que instituiu formas de colaboração mais regular entre a Administração Central e as Autarquias;

INTERNACIONALIZAÇÃO

- Estabeleceram-se diversas iniciativas e assinaram-se diversos Protocolos com vista à internacionalização de entidades e agentes culturais, bem como de projecção de Portugal na Europa, e Países Lusófonos;
- Desenvolveram-se diversas iniciativas de cooperação com os Países Lusófonos;
- Organizou-se a Primeira Cimeira de Ministros da Cultura dos Países Lusófonos (CPLP);

OUTRAS MEDIDAS

- Criou-se com o Banco Espírito Santo, uma linha de Crédito Bonificada para o sector das Artes do Espectáculo;
- Reformulou-se a Lei do Mecenato Cultural;
- Assinaram-se Protocolos de Apoios mecenáticos no valor de 2 milhões de € anualmente para as principais instituições nacionais de produção e criação artística sob tutela do Ministério da Cultura (Teatro Nacional de São Carlos, Companhia Nacional de Bailado, Teatro Nacional de S. João e Teatro Nacional de D. Maria II);
- Criou-se o Conselho Nacional de Cultura (onde estão representantes do poder autárquico, entre outros);
- Criou-se o Observatório das Actividades Culturais (Associação entre MC, INE e Instituto de Ciências Sociais)
- Definiu-se uma estratégia de investigação que vista ao estudo das práticas culturais nacionais sob diversos temas;
- Criou-se, em articulação com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, o programa de estágios profissionais designado, Cultura - Estágios.



3.2. Estratégia Actual

3.2.1. História

Nas estratégias programáticas de incidência Nacional a cultura aparece sempre como uma referência de “potencial cultural, passaremos a referir duas dessas referências:

- Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) – no âmbito do eixo I – Territórios, Destinos e Produtos, dos 10 produtos identificados, em torno do território, como atractivos e de interesse estratégico, apenas aparece o segmento MICE (Reuniões associativas Internacionais = mais de 3.000 eventos/ano, com cerca de 2,5 milhões de participantes dos quais 60% na Europa), que poderá potenciar a utilização do nosso Património Classificado enquanto espaços de excelência para a realização de eventos no âmbito desse segmento e o outro designado por Touring cultural e paisagístico (Volume de procura centra-se nos 30 a 40 milhões de viagens internacionais na Europa; Alta taxa de crescimento entre 5-7%/ano; Alto valor acrescentado; Baixa sazonalidade);
- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) – Aposta designadamente na qualificação dos portugueses e no aproveitamento do potencial científico, tecnológico e cultural como suportes de competitividade e coesão, na internacionalização e na preparação das empresas para a competição global (...)

Identifica como ponto forte – O património histórico, cultural, arquitectónico e de relacionamento com áreas emergentes da economia mundial, bem como na esfera da cultura e das artes, criadores e artistas de referência a nível mundial; criando condições sólidas para o desenvolvimento de actividades turísticas e para o intercâmbio com espaços emergentes na economia mundial.

No âmbito do seu 5º Objectivo – Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território – prevê-se como:

- Uma das metas “apoiar a criação até 2009 de 10 redes temáticas para valorização de património e recursos comuns”;
- Medidas de enquadramento e iniciativas complementares no vector “Cidades Sustentáveis, Requalificadas e com Memória”- (i) Promoção e incentivo à qualidade da arquitectura e da

paisagem, tanto no meio urbano como rural, no âmbito de uma Política Nacional de Arquitectura e da Paisagem. (ii) Integrar nos instrumentos de o planeamento territorial os objectivos de protecção e valorização e dinamização do património cultural e arqueológico (...) (iii) Realização, aos níveis regional e local, de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Cultural, com envolvimento das autarquias e outros actores sociais pertinentes e onde se articulem os objectivos do desenvolvimento cultural, da coesão social e do ordenamento do território.

Especificamente no que respeita à Política Cultural Nacional e, no âmbito das reformas da Administração central do Estado desenvolvidas pelo XVII Governo constitucional, o Ministério da Cultura está a proceder a uma reestruturação do actual corpo de organismos tutelados e a uma definição de novos organismos.

A actual Política Cultural Nacional assenta em três finalidades para o período 2005-2009:

- Retirar o sector da cultura da asfixia financeira dos últimos anos;
- Retomar o impulso político para o desenvolvimento do tecido cultural português;
- Conseguir um equilíbrio dinâmico entre a defesa e valorização do património cultural, o apoio à criação artística, a estruturação do território com equipamentos e redes culturais, a aposta na educação artística e na formação dos públicos e a promoção internacional da cultura portuguesa.

Com estas três finalidades, pretende-se qualificar o conjunto do tecido cultural, na diversidade de formas e correntes que fazem a sua riqueza do património à criação, promovendo a sua coesão e as suas sinergias.

Como objectivos complementares o Programa do Governo define:

- Desenvolver programas de cooperação entre Estado e autarquias, que estimulem também o crescimento da proporção de fundos públicos regionais e locais investidos na cultura;
- Valorizar o investimento culturalmente estruturante, na negociação do próximo Quadro Comunitário de Apoio (2007-2013);
- Rever e regulamentar a Lei do Mecenato, de modo a torná-la mais amiga dos projectos culturais de pequena e média dimensão;

- Alargar a outras áreas e, em particular, ao funcionamento dos organismos nacionais de produção artística, o princípio de estabilização de um financiamento plurianual.

Considerando que as redes de equipamentos e actividades culturais são o melhor factor de consolidação e descentralização da vida cultural e de sensibilização e formação de públicos, a prioridade, na dimensão física, é a conclusão das redes já iniciadas: a Rede de Leitura Pública, a Rede de Teatros, a Rede de Museus e a Rede de Arquivos. Estamos, porém, ainda muito atrasados na dimensão ao nível da gestão das redes, como articulação dos equipamentos e serviços e dos programas dos vários parceiros.

Com o objectivo de criar programas de incentivo à qualificação das programações culturais autárquicas, criou-se um programa de apoio à difusão cultural designado Território Artes (gerido pelo Instituto da Artes), cujo objectivo principal é estimular a itinerância de espectáculos e exposições, assim como a circulação de informação e apoio técnico, no âmbito, designadamente, da Rede de Teatros.

Para a estruturação das Redes no sentido imaterial/gestão das orientações definidas referiremos as seguintes orientações gerais da política actual:

- Todos os equipamentos dependentes do Ministério da Cultura e todos os equipamentos integrados em redes nacionais devem proporcionar programas educativos, dirigidos aos diferentes públicos, quer se trate de crianças, jovens, adultos ou cidadãos seniores.
- O Ministério promoverá medidas de facilitação do acesso aos diferentes bens e equipamentos culturais, a começar pela organização de um sistema de passes culturais que permitam o ingresso, em condições favoráveis, nos equipamentos de frequência não gratuita, nomeadamente, museus e monumentos.

No âmbito das novas tecnologias e informação e comunicação será criado um portal electrónico próprio para a cultura, que potencie o desenvolvimento em rede das actividades e equipamentos culturais. Assim, será reforçado o investimento na colocação em linha de conteúdos designadamente da Biblioteca Nacional, dos museus e dos monumentos, e será criado um programa específico para apoiar a divulgação do nosso património literário e artístico em ambientes e suportes multimédia, contribuindo para o alargamento da produção e da acessibilidade pública a conteúdos culturais e incluindo o fomento de estruturas documentais na área das artes.

A transversalidade da cultura implica o recurso a diferentes instrumentos de política:

- Promover as ligações reprodutivas entre as áreas da educação, ensino superior, ciência, inovação e cultura, muito particularmente através da coordenação das políticas de educação e de cultura, por via da generalização da educação artística em todo o ensino básico e secundário e do estímulo da cooperação entre as escolas e as instituições e agentes culturais.
- Estimular o voluntariado para as actividades culturais, que representará uma forma de envolver toda a comunidade na defesa e na fruição dos seus bens mais valiosos.

Especificamente no âmbito do ordenamento do território importa referir que está em curso a regulamentação da Lei do Património Cultural¹⁷ – O desenvolvimento legislativo abrange os bens culturais materiais (imóveis e móveis) e imateriais e deve tornar exequíveis os regimes especiais de protecção e valorização do património arquitectónico e arqueológico, arquivístico, cinematográfico e audiovisual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico, sem excluir outras manifestações de património.

Em termos dos impactos territoriais, que esta regulamentação trará, importa sublinhar os seguintes temas:

- Classificação e inventariação dos registos patrimoniais, de forma a envolver os detentores de bens culturais na respectiva protecção;
- Benefícios e incentivos fiscais e outros apoios às entidades detentoras de património cultural;
- Densificação do conceito de conjunto monumento e sítio como forma integrada de protecção urbanística e ambiental;
- Estabelecimento de relações claras entre as competências dos diferentes entes públicos e detentores privados;
- Regime aplicável aos centros históricos.
- Intensificar-se-á o processo de inventariação do património cultural, com coordenação central própria;

¹⁷ Lei nº 107/2001, de 08 de Setembro - estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural

- Dar-se-á um novo impulso aos programas de valorização dos conjuntos monásticos, monumentos e sítios arqueológicos, assim como às modalidades de gestão que envolvem parcerias entre o IPPAR e agentes públicos e privados, mediante contratos-programa e com criação de emprego local;
- Procurar-se-á que um conjunto de actividades culturais regulares e sustentadas façam progressivamente parte do ambiente das nossas cidades – e, portanto, que estejam também no centro das novas políticas urbanas.

3.3. Despesas do Estado com a Cultura

3.3.1. Administração Central

Considerando o período anterior ao Ministério da Cultura e, da análise das Despesas da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), entre 1985 e 1995 (vide Quadro 1), importa salientar o crescimento global da despesa, em cerca de 187%, a preços de 1985. O ano de 1991, marca a duplicação da Despesa relativamente a 1985 com um pico no ano de 1994. Entre os anos de 1995 e 1994, verificou-se um decréscimo em cerca de 15% na Despesa total da SEC.

Relativamente à afectação da despesa sectorialmente, verifica-se o crescimento do peso relativo das despesas atribuídas aos Monumentos Nacionais e às actividades sócio-culturais. As artes Cénica, os Museus e o Cinema mantêm aproximadamente o mesmo nível de despesa na estrutura global do orçamento da SEC.

Este recuo no tempo em termos de análise serve para mostrar que os orçamentos atribuídos à cultura a nível da administração central mudaram radicalmente entre 1985 e 2007. Efectivamente em 1985 e 1995 os orçamentos da SEC rodavam os 20 milhões de € e 55 milhões de €, respectivamente, valores muito inferiores aos orçamentos de 249 milhões de € e 236,8 milhões de € do Ministério da Cultura nos anos 2000 e 2007, respectivamente. Pese embora as variações verificadas, no orçamento do Ministério, entre os anos 1999 e 2006, o crescimento relativamente à década anterior é significativa (vide Quadro 2).

Conjunto de Entidades abrangidas pelo Orçamento para a Cultura:

GM – Gabinete Ministro

GSEBC ^(b) ^(c) - Gabinete Secretário de Estado dos Bens Culturais

GSEAE ^(b) - Gabinete Secretário de Estado das Artes do Espectáculo

SG – Secretaria-geral

GRCI - Gabinete das Relações Culturais Internacionais
IGAC - Inspeção-geral das Actividades Culturais
GDA - Gabinete do Direito de Autor
IPA - Instituto Português de Arqueologia
CPF - Centro Português de Fotografia
BN - Biblioteca Nacional
IPLB - Instituto Português do Livro e das Bibliotecas
BPLx – Biblioteca Pública de Lisboa
IAN/TT - Instituto dos Arquivos Nacional
IA - Instituto das Artes
IPCR - Instituto Português de Conservação e Restauro
APH - Associação Portuguesa de História
ANBA - Academia Nacional de Belas artes
AICP - Academia Internacional de Cultura portuguesa
SD IPPAR – Serviço Dependente do Instituto Português do Património Arquitectónico
SD IPM – Serviço Dependente do Instituto Português dos Museus
SD IAN/TT - Serviço Dependente do Instituto dos Arquivos Nacional
DRN - Delegação Regional da Cultura do Norte
DRC - Delegação Regional da Cultura do Centro
DRAIent - DELEGAÇÃO Regional da Cultura do Alentejo
DRAIlg - DELEGAÇÃO Regional da Cultura do Algarve
IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico
CNB - Companhia Nacional de Bailado
FFC - Fundo de Fomento Cultural
TNSC - Teatro Nacional de S. Carlos
TNDM II - Teatro Nacional de D. Maria II
TNSJ - Teatro Nacional de S. João
ONP - Orquestra Nacional do Porto
IPM – Instituto Português dos Museus
ICAM – Instituto do Cinema Audiovisual e Multimédia
CP/MC – Cinemateca Portuguesa / Museu do Cinema

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, POR SECTORES (1985/1995)
(total de contos a preços constantes de 1985 e percentagem em coluna)

SECTORES	ANOS (% anual)										
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
MUSEUS	15	13	12	13	11	12	14	13	16	18	12
ARQUIVOS	4	4	3	5	5	9	7	8	8	7	8
MONUMENTOS	7	9	5	7	4	3	7	13	11	14	16
ARQUEOLOGIA	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1
OUTRAS FORM.	5	7	6	3	9	3	4	5	3	2	2
LIVRO E LEITUI	7	7	12	14	15	15	11	8	8	7	7
MUSICA	4	3	2	10	3	3	4	3	3	2	3
ARTES CÉNICAS	12	17	16	14	15	17	16	16	17	13	15
ARTES PLÁSTI	2	0	2	1	1	4	1	0	0	0	0
CINEMA, AUDI	12	7	10	9	10	9	11	12	12	10	10
ACTIVIDADES	3	11	9	7	7	6	7	6	8	16	12
ADMINISTRAC.	28	22	23	17	19	18	19	16	14	11	12
TOTAL(em co	4.041.750	4.994.177	5.601.983	7.016.754	6.821.561	6.898.699	8.517.684	10.063.537	10.469.479	12.236.279	11.598.141

Fonte: SEC/GESGO/GP

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DA SEC, POR SECTORES (1985/1995)¹⁸

¹⁸ Nota: As categorias referidas são as utilizadas na fonte. Segundo a SEC, a categoria "Artes Cénicas" inclui teatro, bailado e canto e ópera. A categoria "Actividades-Culturais" refere-se ao folclore e artesanato e ao circo. Quanto à categoria "Administração-Geral da Cultura"

EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS, POR ORGANISMOS E SERVIÇOS (1999/2006)

Serviços	1999		2000		2001		2002 ^(a)		2003		2004		2005		2006		Unid. Euros		
	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	
GN	10.680.241	10.410.862	-289.239	-2,7	22.821.500	12.396.639	118,8	20.611.900	-2.209.600	-9,7	11.342.234	-9.270.144	-45,0	11.770.000	-66.934	-0,6	1.507.150	100	4,8
GEREC ^(b)	1.073.413	1.073.413	0	0,0	987.621	-95,739	-8,0	879.566	-109.054	-10,9	715.159	-164.367	-18,7	770	-770	0,0	870	100	13,0
GEREAT ^(b)	5.906.265	5.906.265	0	0,0	4.025.570	-68,3	0	4.025.570	0	0	0	0	0	0	0	0	29.203,1	0	-600
GERE	1.279.927	1.279.927	158.642	12,4	1.055.507	82,5	39,6	5.215.457	409,9	41,3	154.644	-270.811	-5,2	4.320.000	4.025.570	0,0	20.656	600	18,2
IGAC	4.859.239	5.027.931	168.642	3,4	5.465.625	113,4	14,1	1.654.192	-372.441	-6,8	1.514.614	-139.581	-9,0	1.450.000	-114.614	-7,9	1.200.000	200	14,7
IGBA	199.519	249.399	49.880	25,0	249.399	125,0	0,0	234.307	-15.092	-6,1	5.549.564	116.274	2,3	5.445.215	-194,351	-0,5	4.995.215	549,25	101,1
IPA	5.640.880	6.951.724	1.308.855	23,9	6.976.742	2.223.018	32,9	13.619.952	4.643.150	49,4	5.800.687	-19,723	-0,8	150.577	-54	-0,0	180.577	30	19,9
IPP	6.056.929	1.808.900	1.808.900	29,9	2.277.607	203.708	12,4	2.819.906	-170.849	-6,0	1.982.681	-31.304	-1,6	1.982.681	0	0,0	1.422.535	76,006	4,9
IPR	5.973.464	11.861.642	5.888.178	49,6	10.971.741	184,2	18,3	12.159.927	1.223.766	11,2	10.296.320	-2.154.567	-17,7	11.121.320	2.115.200	19,0	11.295.272	746,006	49,6
IPRL	122.205	119.663	17.468	14,3	107.242	-24.221	-21,2	0	-107.242	-100,0	0	0	0	0	0,0	0	0	0,0	0,0
IRN/IT	9.294.101	11.726.715	2.442.613	26,3	11.083.889	119,5425	1,3	9.618.206	-1.475.683	-13,3	13.985.457	-423.049	-4,4	10.097.518	822.311	8,2	6.790.889	-1.711.488	-16,3
IR	15.619.178	20.849.151	6.649.974	42,6	18.045.088	1.175.947	7,6	25.417.851	3.592.322	14,4	21.333.721	-4.104.108	-16,1	25.307.685	3.773.829	18,2	25.826.536	247.381	1,0
IRN	1.073.413	1.073.413	0	0,0	987.621	-95,739	-8,0	879.566	-109.054	-10,9	715.159	-164.367	-18,7	770	-770	0,0	870	100	13,0
ANBA	0	154.627	154.627	0,0	154.627	0,0	0,0	332.773	154.132	100,0	189.161	-160.238	-8,8	180	-180	0,0	189.161	100	13,0
ANEP	0	49.880	49.880	0,0	49.880	0,0	0,0	33.345	-16.535	-33,2	30.421	-3.919	-11,9	25	-5.412	-21,3	33.345	100	13,0
SO IPPAR	2.926.346	4.169.950	1.243.604	42,5	4.169.950	100,0	0,0	4.169.950	0	0,0	3.995.683	-174.267	-4,2	3.995.683	0	0,0	3.995.683	100	13,0
SO IAN/IT	1.905.787	2.343.206	437.419	23,0	2.343.206	100,0	0,0	2.343.206	0	0,0	2.343.206	0	0,0	2.343.206	0	0,0	2.343.206	100	13,0
DRN	805.559	972.656	167.097	20,7	1.184.135	121,079	124,6	1.916.915	-1.979.821	-22,2	1.837.851	-266.649	-14,0	2.146.438	205	0,0	2.146.438	100	13,0
DEC	674.874	1.082.394	407.520	60,4	1.082.394	161,336	48,8	1.516.999	75.172	4,9	6.917.647	5.018.440	336,6	1.835.139	-2.089.456	-63,8	2.643.273	139,122	5,6
DRAKER	1.089.389	1.025.000	-64.389	-5,9	1.025.000	94,1	0,0	916.125	-108.875	-10,7	684.454	-301.671	-32,6	634.454	-50	-0,0	634.454	100	13,0
DRABU	962.181	962.181	0	0,0	962.181	0,0	0,0	962.181	0	0,0	962.181	0	0,0	962.181	0	0,0	962.181	100	13,0
DRB	42	49.407.128	49.407.128	116,5	49.407.128	116,5	42	49.407.128	0	0,0	49.407.128	0	0,0	49.407.128	0	0,0	49.407.128	100	13,0
DRK	5.970.317	14.146.000	1.204.683	16,0	16.185.922	1.995.192	34,1	13.240.631	-3.245.161	-19,8	15.986.028	-2.24.811	-14,8	10.919.754	-2.996.294	-16,2	10.919.754	104	1,6
PFC	9.409.730	12.664.671	3.096.743	32,9	16.056.324	3.591.854	28,0	15.515.635	-543.771	-3,4	15.852.648	-2.540.747	-16,4	14.150.789	-1.396.860	-10,7	13.900.278	100	13,0
TNDM H	5.942.179	6.666.394	1.102.215	20,0	5.237.278	88,1	2,0	5.237.278	0	0,0	5.237.278	0	0,0	4.752.620	-337.123	-6,4	4.752.620	100	13,0
DRP	2.130.375	3.941.944	1.811.569	85,1	3.941.944	100,0	0,0	3.941.944	0	0,0	3.941.944	0	0,0	3.941.944	0	0,0	3.941.944	100	13,0
DRP	2.130.375	3.941.944	1.811.569	85,1	3.941.944	100,0	0,0	3.941.944	0	0,0	3.941.944	0	0,0	3.941.944	0	0,0	3.941.944	100	13,0
IPM	21.500.854	15.743.398	4.236.545	23,9	22.523.694	1.795.672	40,2	22.523.694	0	0,0	22.523.694	0	0,0	22.523.694	0	0,0	22.523.694	100	13,0
ICAN	22.469.225	23.897.107	2.512.882	11,7	20.689.638	-3.307.469	-13,8	19.444.142	-1.246.496	-6,0	18.116.001	-1.227.142	-6,3	18.100.000	-4.016.000	-22,2	18.100.000	100	13,0
CP/NC	-4.643.593	-4.889.625	-525.942	-11,0	-6.578.694	-1.559.169	-31,4	-5.913.490	-995.184	-9,1	-5.779.001	-385,4	-0,7	-5.779.001	180	3,5	-5.779.001	100	13,0
TOTAL	21.013.903.100	20.930.092.233	-80.811.391	-0,4	43.923.903.144	208,2	18,5	37.993.492.991	-3.800.712	-8,7	26.352.167.93	-13.079.487.264	-60,9	26.352.167.93	18.990.489	87,3	1.507.150	100	4,8

Nota: (a) - Não inclui o setor de Comunicação Social
(b) - Em 2004 foi criada a Secretaria de Estado dos Bens Culturais e a Secretaria de Estado dos Espetáculos
(c) - Em 2005 foi criada a Secretaria de Estado dos Estádios Desportivos e a Secretaria de Estado dos Anos e Espectáculos

QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS, POR ORGANISMOS E SERVIÇOS (1999/2006)

contempla as ações comuns e o desenvolvimento do ministério. "Outras Formas de Património" inclui a Cinemateca e Academias (pelo menos parcialmente). As despesas nos anos 1985 e 1987 são apresentadas conforme as revisões feitas no relatório de 1988. Preços constantes de 1985 a partir do IPC (Geral) de base = 100 em 1985.

Desde a criação do Ministério da Cultura, e entre 1996 e 2001, o total dos recursos orçamentais (cerca de 260 milhões de contos), a preços correntes, foram aplicados nos domínios culturais da forma a seguir indicada:

AFECTAÇÃO DO ORÇAMENTO AOS DOMÍNIOS CULTURAIS
(total entre 1996 e 2001)

DOMÍNIOS	VALOR	%
PATRIMÓNIO (Arquitectónico, Museológico e Arqueológico)	97,8	37,7%
ARTES DO ESPECTÁCULO E ARTES VISUAIS	40,1	15,4%
ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, LIVRO E LEITURA	37,6	14,5%
TEATROS NACIONAIS, CNB E ONP	31,4	12,1%
CINEMA, AUDIOVISUAL E MULTIMÉDIA	29,3	11,3%
ACTIVIDADES DE APOIO E SÓCIO-CULTURAIS	21,4	8,2%
PROJECTOS ESPECIAIS (PORTO 2001)	2,0	0,8%
TOTAL	259,6	100,0%

Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Cultura

Un.: milhões de contos

QUADRO 3 - AFECTAÇÃO DO ORÇAMENTO AOS DOMÍNIOS CULTURAIS (1996/2001)

Este quadro reflecte a tendência da afectação tradicional do orçamento do MC aos sectores Património e Criação Artística. Efectivamente, verifica-se que a conservação e valorização do Património, nas suas componentes arquitectónica, museológica e arqueológica, é a área preponderante de investimento, seguindo-se-lhe as Artes do Espectáculo e Artes Visuais que registaram, até 2001 a maior taxa de crescimento dos domínios do MC.

A conhecida situação de crise económica actual, reflecte-se também na despesa pública para o sector cultural. Enquanto que o Orçamento global do Ministério da Cultura para o ano 2000 ascendeu a 249 milhões de euros, representando 0,6% da despesa total da Administração Central e 0,2% do PIB, já para o ano de 2007, o orçamento é de 236,8 milhões de euros, o que representa 0,4% da despesa total da Administração Central e 0,1 % do PIB.

Prevê-se assim, que entre 2006 e 2007, a redução do orçamento do Ministério, seja de 17,7 milhões de euros, relativamente à estimativa de execução para 2006 e que corresponde a uma redução de 7%.

3.3.2. Administração Local

Em termos regionais, e apesar de Portugal não se encontrar regionalizado, compete às autarquias locais as seguintes atribuições no âmbito do Património, Cultura e Ciência:

É da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos nos seguintes domínios:

- Centros de cultura, centros de ciência, bibliotecas, teatros e museus municipais;
- Património cultural, paisagístico e urbanístico do município.

É igualmente da competência dos órgãos municipais:

- Propor a classificação de imóveis, conjuntos ou sítios nos termos legais;
- Proceder à classificação de imóveis conjuntos ou sítios considerados de interesse municipal e assegurar a sua manutenção e recuperação;
- Participar, mediante a celebração de protocolos com entidades públicas, particulares ou cooperativas, na conservação e recuperação do património e das áreas classificadas;
- Organizar e manter actualizado um inventário do património cultural, urbanístico e paisagístico existente na área do município;
- Gerir museus, edifícios e sítios classificados, nos termos a definir por lei;
- Apoiar projectos e agentes culturais não profissionais;
- Apoiar actividades culturais de interesse municipal;
- Apoiar a construção e conservação de equipamentos culturais de âmbito local.

É ainda da competência dos órgãos municipais licenciar e fiscalizar recintos de espectáculos.

Ao nível local, a expressão crescente da importância atribuída à cultura torna-se clara na análise das despesas dos municípios em cultura (vide Quadro 4). O crescimento das Despesas do Estado com a cultura a nível municipal e em termos nacionais teve um crescimento real, entre 1986 e 2003, de 613% (55 milhões de euros em 1986 e 395 milhões de euros em 2003). Verificaram-se três anos de forte crescimento 1993, 1997 – anos de eleições - e 1999 – ano que reflecte o efeito de arrastamento da EXPO 98.

A quebra verificada nos anos 2002 e 2003 reflecte a conjuntura de crise que o país atravessa.

Apesar deste forte crescimento real, a média do peso da despesa com a cultura no total da Despesas dos municípios portugueses entre 1986 e 2003, representa apenas 3 % em 1986, ultrapassando os 4% a partir de 1993 e, só passando os 6% em 2000.

DESPESAS DOS MUNICÍPIOS EM CULTURA (1986/2003)

ANO	A PREÇOS CORRENTES (milhares de €)	A PREÇOS CONSTANTES 2003 (milhares de €)	TAXA DE VARIÇÃO REAL %
1986	19.932	55.368	-
1987	28.806	73.113	32,0%
1988	34.673	80.261	9,8%
1989	42.309	86.877	8,2%
1990	52.767	95.766	1,2%
1991	74.819	117.351	22,5%
1992	92.235	137.664	17,3%
1993	121.094	169.362	23,0%
1994	133.638	177.238	4,7%
1995	143.880	183.287	3,4%
1996	169.436	209.438	14,3%
1997	220.192	265.932	27,0%
1998	220.701	259.648	-2,4%
1999	301.927	347.042	33,7%
2000	339.878	379.752	9,4%
2001	402.115	430.070	13,3%
2002	406.606	420.047	-2,3%
2003	394.887	394.887	-6,0%

Fonte: INE/OAC

QUADRO 4 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DOS MUNICÍPIOS EM CULTURA (1986/2003)



4. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA CULTURAL COMUNITÁRIA – BREVE NOTA

4.1. Objectivos Gerais e Princípios Culturais

O quadro comunitário de apoio (QCA III) que agora termina assentava nos seguintes vectores:

- Promoção de um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das actividades económicas;
- Um elevado grau de competitividade;
- Um elevado nível de emprego;
- A igualdade entre homens e mulheres;
- Um elevado nível de protecção e de melhoramento do ambiente.

O enquadramento da Cultura fez-se num contexto em que se preconizava:

- A crescente importância da cultura para a integração europeia;
- O facto da cultura se apresentar, cada vez mais, como força motriz das sociedades modernas;
- O respeito pela diversidade cultural e pelo carácter específico dos bens e serviços culturais.

4.2. O Programa CULTURA 2000

O Programa “Cultura 2000”, constituiu-se como Primeiro Programa Quadro da Comunidade Europeia para a Cultura assente em cinco grandes desafios:

- A aceleração da construção europeia;
- A mundialização;

- A sociedade da informação;
- O emprego;
- A coesão social.

4.3. O Programa Operacional Da Cultura

No âmbito dos objectivos e prioridades definidas no quadro europeu e, a partir do ano de 2000 entrou em vigor o QCAIII no qual se previu, pela primeira vez a nível europeu, a existência de um Programa Operacional para a Cultura de nível nacional e co-financiado pelo FEDER.

Foi assim criado o Programa Operacional da Cultura para Portugal, centrado no reforço da cultura como factor de desenvolvimento e de criação de emprego e, na promoção do acesso equilibrado aos bens culturais e à utilização das tecnologias e das competências da sociedade da informação, que atribuiu a este sector um volume de financiamento comunitário de 52,5 milhões de contos (dotação inicial), triplicando o valor obtido no QCA II (16,7 milhões de contos) para o sector cultural em Portugal.

A título exemplificativo, o impacto deste novo programa ao nível do investimento nos sectores culturais em Portugal, em resultado dos Fundos Comunitários e do financiamento nacional associado, o investimento total apoiado por fundos públicos passaria de 22,3 milhões de contos (média de 3,7 milhões de contos/ano), no período de 1994-1999, para 72,2 milhões de contos (média de 10,3 milhões de contos/ano), no período de 2000-2006 e segundo as estimativas iniciais.

Os projectos apoiados entre 2000 e 2006, centraram-se em torno dos objectivos prioritários do Programa Operacional da Cultura:

- Valorizar o Património Histórico e Cultural, através da recuperação e animação de locais históricos e culturais, bem como da modernização e dinamização dos museus nacionais;
- Favorecer o acesso de toda a população aos valores e bens culturais, através da criação de uma Rede Nacional de Recintos Culturais e sua dinamização, bem como da utilização das novas tecnologias da informação.

4.4. Os desafios nos próximos 10 anos

4.4.1. O sector cultural e a competitividade

Nos próximos 10 anos os desafios do sector cultural ao nível da competitividade estará em paralelo com os níveis de competitividade exigidos às empresas decorrentes da união económica e monetária, em termos europeus, e da globalização em geral, exigem crescentes domínios dos factores associados à qualificação dos recursos humanos, à investigação e desenvolvimento e à diferenciação de produtos e serviços que alargue as respectivas cadeias de valor.

Neste processo o sector cultural tem um papel importante, não apenas como beneficiário dos ganhos de rendimentos induzidos pelo crescimento económico, mas em particular como parceiro activo na criação e sustentação de novos factores competitivos para as actividades económicas. Terão particular relevância as indústrias de bens de consumo, o comércio e o turismo que lidam directamente com o consumidor final e onde o desenvolvimento cultural constitui factor de primeira linha na inovação e na incorporação de valor imaterial e de elementos de diferenciação nos produtos.

4.4.2. A Cultura como Instrumento de Inclusão e Coesão Social e Combate à pobreza

Para tal e necessário, elaborar programas ou políticas do sector cultural voltados para a redução da pobreza e das diferenças sociais e para a criação de oportunidades de emprego.

A cultura constitui factor de coesão social na medida em que oferece oportunidades para o progresso e o desenvolvimento económico sustentável em todos os sectores do desenvolvimento tais como o comércio, a economia, a educação, a ciência e tecnologia e o turismo, contudo é necessário que esse papel seja levado em consideração na formulação de políticas de desenvolvimento.

Neste contexto e horizonte temporal, a estratégia a estabelecer no âmbito do PROT-OVT deverá privilegiar uma cooperação regional mais estreita, promotora de sinergias e, com vista à promoção da maior circulação de bens e serviços com conteúdo cultural internamente na região e com impactos a nível supra-regional.

5. METODOLOGIA DE ABORDAGEM

Nesta fase de diagnóstico de elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT), procuraremos caracterizar e distinguir os elementos culturais, materiais e imateriais da Região Oeste e Vale do Tejo, apresentando a cartografia desses testemunhos patrimoniais para construir a matriz cultural do território.

Assim, procuraremos, neste diagnóstico:

- Definir as grandes linhas estratégicas da Política Nacional para ao sector cultural da última década e as actuais;
- Identificar e cartografar os recursos e elementos patrimoniais culturais, materiais e imateriais existentes na região;
- Identificar projectos-âncora, de base cultural regional que sejam estruturantes, criem sinergias no território, contribuam para a atractividade da região e que orientem a coerência e racionalização dos investimentos públicos.

6. MATRIZ CULTURAL NO TERRITÓRIO OESTE E VALE DO TEJO

6.1. Identificação dos Recursos Culturais

A Região é marcada por uma grande diversidade ao nível da oferta cultural, material e imaterial, erudita e popular, como principais elementos identitários que ao longo da história marcaram o território que, pela sua importância patrimonial e territorial ainda destacam a região e, que podem contribuir para promover e projectar a região pela sua dimensão internacional.

Apresenta-se neste ponto a cartografia dos testemunhos patrimoniais e a matriz cultural do território segundo as principais componentes materiais e imateriais, designadamente, património classificado e identificado, em vias de classificação e não classificado (arqueológico), equipamentos, eventos e agentes culturais.

As **componentes materiais** integram:

- Património Arqueológico Classificado

- Património Arqueológico Identificado mas não Classificado
- Achados Paleontólogos de Dinossauros
- Arqueologia Sub-aquática
- Património Edificado Classificado:
 - Da Humanidade
 - Monumentos Nacionais
 - Imóveis de Interesse Público
 - Imóveis de Interesse Municipal
- Equipamentos Culturais:
 - Museus
 - Nacionais
 - Municipais
 - Núcleos Museológicos
 - Centros de Interpretação
 - Cine-teatros e Teatros (artes do espectáculo)
 - Cine-teatros (cinema)
 - Centros Culturais
 - Auditórios
 - Clubes Recreativos e Desportivos
 - Salões e Casas do Povo
 - Bibliotecas
 - Galerias de Arte
 - Livrarias

As **componentes imateriais** integram:

- Festivais (Música e Dança e Teatro)
- Outros Eventos Culturais
- Agentes Artísticos
- Escolas Artísticas
- Valores Histórico-Culturais
- Eventos em torno de Valores Religiosos
- Rotas Turístico-culturais
- Plataformas Culturais

Da matriz cultural identificada destacamos aqueles que têm dimensão Nacional e/ou Internacional:

- Património Paleontológico de Dinossauros
- Monumentos Património da Humanidade
- Museus Nacionais
- Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota
- Festival de Música Antiga de Tomar
- Festival Internacional de Dança FRINGE associado ao Património Edificado
- Valores Histórico-Culturais:
 - Templários e a Ordem de Cristo
 - Ordem de Cister
 - Batalha de Aljubarrota
 - Castelo de Leiria
 - Dinossauros (Núcleo Museológico da Lourinhã)
 - Arqueologia Sub-aquática
 - Rio Tejo
 - Mar e Pesca
 - Campina – Touros e Cavalos

Eventos em torno de Valores Religiosos:

- Festa dos Tabuleiros de Tomar
- Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem 19
- Museu temático em Fátima “Vida de Cristo” (a inaugurar em Abril 2007)

Rotas Turístico-culturais:

- Rota do Património Mundial
- Rota do Gelo
- Rota do Megalitismo envolvendo os concelhos de Alvaiázere, Tomar, Abrantes e Mação (tendo como ponto central o Centro de Pré-história do IPT)
- Por Terras de Cister
- Rota dos Templários

¹⁹ Existe desde a segunda metade do Séc. XVIII - Câmara Municipal de Constância

- Rota dos Cinco Castelos
- Eixo de turismo religioso Leiria-Fátima.
- Rota da Vinha e do Vinho
- Rota da Água
- Rota dos caçadores paleolíticos, envolvendo os concelhos de Vila Nova da Barquinha, Abrantes e Mação (tendo como ponto central o CIAAR em Vila Nova da Barquinha)
- Necrópoles pré-históricas dos Canteirões do Nabão, envolvendo sítios como as grutas do Morgado, Cadaval, Ossos, Senhora das Lapas, etc. (tendo como ponto central o Centro de Pré-história do IPT)
- Rota do Tejo, envolvendo entre outras Golegã e Mação (tendo como ponto central o CIAAR em Vila Nova da Barquinha)
- Rota do Romano do Médio Tejo, envolvendo entre outros sítios como: Lapas (Torres Novas); Villa Cardilio (Torres Novas); Pavilhão Municipal de Tomar; Forum romano de Tomar; Chã da Bica/Terra Fria (Constância); Alcolobre (Constância)
- Rota do Romano do Oeste envolvendo os sítios: Villa Romana de Rio Maior; Eburobritium (Óbidos); Fornos romanos do Murraçal da Ajuda (Peniche); Parreitas (Alcobaça)
- Rota da Arte Rupestre

Plataformas Culturais

- Rede para Artes e Espectáculos – ArteEmRede
- Projecto de Intervenção Cultural na Região Oeste – Transforma
- Redes Integratio e os Grandes Rios da Europa
- Museu de Arte pré-histórica de Mação e Parque Arqueológico de Ocreza
- Instituto Terra e memória (UNESCO/ CYTED/EU)
- Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo (V.N. Barquinha)
- EquusPolis (Golegã)
- Centro de Pré-história do IPT (Tomar)

Alguns dos recursos culturais da região apresentam **especificidades únicas e potencialidades de dimensão nacional e internacional**, podendo mesmo representar um papel nuclear nas estratégias de afirmação da região no país e deste internacionalmente.

Isto significa potenciar esses valores culturais singulares e projectá-los - por exemplo integrando-os como componente cultural na “marca ” Região e/ou Portugal, situação que depende de um factor fundamental que, mais do que articulação, são as **alianças institucionais através das**

políticas sectoriais da Economia, Negócios Estrangeiros e Cultura. Daí a necessidade de se identificar ofertas culturais que representem adequadamente a região Oeste e Vale do Tejo, que induzam retornos em termos de reputação notoriedade e prestígio e sejam capazes de despoletar fluxos económicos diversos e de otimizar a capacidade de gerar receitas.

Para obter esses resultados importa estabelecer **parcerias estratégicas** entre os promotores/gestores de projectos/património culturais, os detentores das capacidades patrimoniais e as entidades institucionais (ex.: em torno do Património da Humanidade criar produtos turísticos de base cultural única – Ordem de Cister, Templários, etc. – parcerias entre IPPAR, Câmaras Municipais, Instituto Turismo de Portugal, etc.).

Também a criação de **Redes na gestão** de equipamentos culturais em torno de um objectivo comum potenciam economias de escala e optimização de recursos humanos, técnicos e/ou financeiros (ex.: gestão dos Teatros, criação/gestão de rotas, associações de municípios para fins culturais).

6.1.1. Património Classificado

Em termos Patrimoniais, o grande destaque da Região é, por um lado, a localização no seu território do Convento de Cristo e do Mosteiro de Alcobaça, ambos Património da Humanidade e, por outro lado a proximidade ao Mosteiro da Batalha e ao Campo de Aljubarrota (classificado como Monumento Nacional em 2002). (*vide* Desenho 01- LOCALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS: CLASSIFICADOS E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO, DESENHO 02- LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS (CLASSIFICADOS E NÃO CLASSIFICADOS) NO OESTE E VALE DO TEJO e DESENHO 03 – PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO CLASSIFICADO NO OESTE E VALE DO TEJO).

A região Oeste e Vale do Tejo constitui, um espaço privilegiado no que respeita à riqueza e diversidade patrimonial. À data de 14 de Setembro de 2006, existiam 357 imóveis classificados na região OVT, correspondendo a 8,4% do total nacional (4.233 imóveis classificados).



Reserva Natural das Berlengas

LEGENDA:

- Património da Humanidade
- MN - Monumento Nacional
- IIP - Imóvel de Interesse Público
- IIM - Imóvel de Interesse Municipal
- Em Vias de Classificação (homologado Imóvel de Interesse Público)
- Em Vias de Classificação (com despacho de abertura)

LOCALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS:
CLASSIFICADOS E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

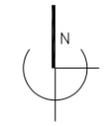
TURISMO, LAZER E CULTURA 01

BRUNO SOARES arquitectos



ABRIL 2007

Escala 1: 500 000



Fonte: IPPAR (não geo-referenciados)

IMÓVEIS CLASSIFICADOS, EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO/PUBLICAÇÃO E COM DESPACHO DE ABERTURA (SÍNTESE NACIONAL)

CAT.PROTEÇÃO CAT.CLASSIFICAÇÃO	Monumentos Nacionais		Imóveis de Interesse Público		Imóveis de Interesse Municipal		Processos com Despacho de Abertura	TOTAL		TOTAL GERAL	
	Publicado	Em vias de publicação	Publicado	Em vias de publicação	Publicado	Em vias de publicação		Publicado	%		Em vias de publicação
Arqueologia	192	0	270	0	20	0	0	482	14,8%	0	482
Arquitectura Civil	174	0	1.037	0	251	0	0	1.462	44,9%	0	1.462
Arquitectura Militar	115	0	134	0	2	0	0	251	7,7%	0	251
Arquitectura Mista	0	0	9	0	2	0	0	11	0,3%	0	11
Arquitectura Religiosa	313	0	641	0	96	0	0	1.050	32,2%	0	1.050
Não definida	2	0	0	0	0	0	0	2	0,1%	0	2
património Industrial	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0
Ainda não definido	0	12	0	166	0	0	787	0	0,0%	178	965
TOTAL	796	12	2.091	166	371	0	787	3.258	100,0%	178	4.223

Fonte: IPPAR (à data de 14 Setembro 2006)

QUADRO 5 - SÍNTESE NACIONAL DOS IMÓVEIS CLASSIFICADOS, EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO/PUBLICAÇÃO E COM DESPACHO DE ABERTURA



Reserva Natural das Berlengas

LEGENDA:
 ○ Sítios Arqueológicos Identificados

LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS
 (CLASSIFICADOS E NÃO CLASSIFICADOS)

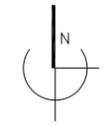
TURISMO, LAZER E CULTURA 02

BRUNO SOARES arquitectos



MAIO 2007

Escala 1: 500 000



Fonte: IPA (geo-referenciados)

Desses 357 imóveis a principal categoria patrimonial é a Arquitectura Civil com 48,5% do total, seguida da Arquitectura Religiosa com 39,5% do total.

Na região OVT os concelhos com maior número de imóveis classificados são Abrantes (17,4%), Santarém (12,0%), Tomar (9,0%), Torres Vedras (7,0%), Alenquer (6,4%), Alcobaça (5,9%) e Peniche (4,2%).

PATRIMÓNIO CLASSIFICADO: SÍNTESE ESTATÍSTICA

CATEGORIAS DE PATRIMÓNIO							
Arqueológico	Arquitectura Civil	Arquitectura Militar	Arquitectura Mista	Arquitectura Religiosa	Não definido	TOTAL	%
20	173	23	0	141	0	357	
5,6%	48,5%	6,4%	0,0%	39,5%	0%		100%
CATEGORIA DE PROTECÇÃO							
NUTS III	Concelhos	Património da Humanidade	Monumentos nacionais	Imóveis de Interesse Público	Imóveis de Interesse Municipal	TOTAL	%
MÉDIO TEJO						138	38,7%
	Abrantes	0	3	10	49	62	17,4%
	Alcanena	0	0	3	0	3	0,8%
	Constância			5		5	1,4%
	Entroncamento					0	0,0%
	Ferreira do Zêzere			8		8	2,2%
	Ourém		1	7		8	2,2%
	Sardoal			6	1	7	2,0%
	Tomar	1	12	16	3	32	9,0%
	Torres Novas		2	4	3	9	2,5%
	V.Nova Barquinha		2	2		4	1,1%
LEZÍRIA DO TEJO						84	23,5%
	Almeirim			1		1	0,3%
	Alpiarça			3		3	0,8%
	Azambuja		1	8	1	10	2,8%
	Benavente			3	1	4	1,1%
	Cartaxo		1	3		4	1,1%
	Chamusca				3	3	0,8%
	Coruche			1	2	3	0,8%
	Golegã		1	4	1	6	1,7%
	Rio Maior		1	3		4	1,1%
	Salvaterra de Magos			3		3	0,8%
	Santarém		17	19	7	43	12,0%
OESTE						135	37,8%
	Alcobaça	1	3	13	4	21	5,9%
	Alenquer		4	16	3	23	6,4%
	Arruda dos Vinhos			2		2	0,6%
	Bombarral			7	2	9	2,5%
	Cadaval		2	1	2	5	1,4%
	Caldas da Rainha			9		9	2,5%
	Lourinhã		2	3		5	1,4%
	Nazaré			9	2	11	3,1%
	Óbidos		3	4	1	8	2,2%
	Peniche		4	11		15	4,2%
	Sobral de Monte Agraço		1	1		2	0,6%
	Torres Vedras		9	13	3	25	7,0%
TOTAL	33 concelhos	2	69	198	88	357	100,0%

Fonte: IPPAR

QUADRO 6 - SÍNTESE ESTATÍSTICA DO PATRIMÓNIO CLASSIFICADO



Reserva Natural das Berlengas

- LEGENDA:**
- SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CLASSIFICADOS:**
- MN - Monumento Nacional
 - IIP - Imóvel de Interesse Público
 - Em Vias de Classificação (homologado Imóvel de Interesse Público)
 - Em Vias de Classificação (com despacho de abertura)

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO CLASSIFICADO NO OESTE E VALE DO TEJO

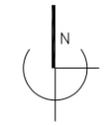
TURISMO, LAZER E CULTURA 03

BRUNO SOARES arquitectos



MAIO 2007

Escala 1: 500 000



Fonte: IPA, IPPAR (não geo-referenciados)

A categoria de protecção designada por Imóveis de Interesse Público representa o maior peso na Região (55,5%), seguido dos Imóveis de Interesse Municipal (24,6) e só depois os Monumentos Nacionais (19,3%).

Existem na região 69 tipologias de imóveis classificados, contudo com maior expressão destacam-se as Igrejas, as Casas, as Capelas e os Pelourinhos.

TIPOLOGIA DOS IMÓVEIS CLASSIFICADOS: DESCRIÇÃO E
SÍNTESE ESTATÍSTICA

TIPOLOGIA	NÚMERO IMÓVEIS	%
Acampamento	1	0,3%
Açude	1	0,3%
Albergaria	1	0,3%
Aldeia	1	0,3%
Aqueduto	3	0,8%
Arco	1	0,3%
Azenha	1	0,3%
Café	1	0,3%
Capela	26	6,9%
Casa	61	16,2%
Castelo	11	2,9%
Castro	1	0,3%
Cerca	1	0,3%
Chafariz	6	1,6%
Cidade	1	0,3%
Cine-Teatro	1	0,3%
Concheiro	1	0,3%
Conjunto	2	0,5%
Convento	9	2,4%
Cruzeiro	3	0,8%
Edifício	11	2,9%
Ermida	12	3,2%
Estação de Malaposta	1	0,3%
Fábrica	2	0,5%
Fachada	1	0,3%
Fonte	5	1,3%
Fortaleza	2	0,5%
Forté	8	2,1%
Forum	1	0,3%
Gruta	6	1,6%
Gruta Artificial	1	0,3%
Hospital	2	0,5%
Igreja	80	21,2%
Janela	3	0,8%
Marco	7	1,9%
Matadouro	1	0,3%
Mercado	1	0,3%
Misericórdia	1	0,3%
Moinho	2	0,5%
Mosteiro	3	0,8%
Muralha	2	0,5%
Necrópole	2	0,5%
Nicho	1	0,3%
Núcleo Museológico	1	0,3%
Núcleo Urbano	1	0,3%
Oratório	1	0,3%
Paço	2	0,5%
Padrão	3	0,8%
Palacete	1	0,3%
Palácio	7	1,9%
Pelourinho	26	6,9%
Pilar	1	0,3%
Ponte	4	1,1%
Portal	1	0,3%
Povoado	2	0,5%
Povoado Fortificado	4	1,1%
Prisão	1	0,3%
Quinta	10	2,7%
Sinagoga	1	0,3%
Sítio Arqueológico	1	0,3%
Solar	2	0,5%
Teatro	3	0,8%
Tecto	1	0,3%
Templo	1	0,3%
Tholos	1	0,3%
Torre	4	1,1%
Túmulo	5	1,3%
Varanda	2	0,5%

Nota:
Dos 377 imóveis identificados, 30 encontram-se em vias de classificação (com despacho de abertura) e 10 em vias de
- Para efeitos de identificação dos imóveis classificados na Região OVT

QUADRO 7 - TIPOLOGIA DOS IMÓVEIS CLASSIFICADOS: DESCRIÇÃO E SÍNTESE ESTATÍSTICA

Analisando os elementos patrimoniais nas respectivas categorias:

- Património da Humanidade;
- Monumentos Nacionais;
- Imóveis de Interesse Público;
- Imóveis de Interesse Municipal;
- Em Vias de Classificação (Homologado);
- Em Vias de Classificação (Com Despacho de Abertura).

Temos que no que respeita à distribuição territorial dos elementos patrimoniais classificados é nos concelhos de Santarém e Tomar que se verifica a maior concentração de Monumentos Nacionais, com 17 e 12 elementos, respectivamente, seguida de Torres Vedras com 9 elementos.

Para os Imóveis de Interesse Público, são também Santarém e Tomar com o maior número de elementos patrimoniais com esta categoria, seguidos de Alenquer, Alcobaça e Torres Vedras.

Na globalidade, para as principais categorias (P. da Humanidade, Monumento Nacional e Imóvel de Interesse Público) Santarém e Tomar são os concelhos que se destacam pela riqueza e diversidade patrimonial, seguidos de Torres Vedras e Alenquer.

Na categoria Imóvel de Interesse Municipal, o destaque vai para Abrantes com 49 dos 88 elementos da região Oeste e Vale do Tejo.

Património da Humanidade	Nº de visitantes					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006 (até agosto)
Convento de Cristo	149.658	135.248	149.643	153.976	148.135	104.829
Mosteiro de Alcobaça	225.352	225.771	211.480	178.063	167.848	129.428
Mosteiro da Batalha	384.112	407.309	326.538	296.729	284.265	210.836
TOTAL	759.122	768.328	687.661	628.768	600.248	-20,9 %
Total dos 19 Monumentos Nacionais com gestão directa do IPPAR	2.994.621	3.183.870	2.948.934	2.831.647	2.875.604	2.272.663
Peso do P. Humanidade	25,3%	24,1%	23,3%	22,2%	20,9%	-3,97% %

Fonte: IPPAR

QUADRO 8 – PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITANTES (2001/2006)

Da análise do quadro supra, infere-se da importância destes três Monumentos no Conjunto das visitas aos Monumentos Nacionais de gestão directa pelo Instituto Português do Património Arquitectónico, o seu peso representa mais de 20% do total de visitantes por ano.

Verifica-se também que o número de visitantes tem vindo a baixar, com uma variação de -3,97% para a globalidade dos monumentos entre 2001 e 2005. esta quebra é mais acentuada nos três monumentos classificados património da Humanidade, no mesmo período, de quase -21%.

O património classificados na região - estações arqueológicas, aquedutos, pontes, castros, igrejas, etc. – traduzem e relevam os diversos legados (materiais e imateriais) frutos da riqueza dos cruzamentos étnicos dos últimos cinco milénios (Celtas, Fenícios, Romanos e Árabes).

Também a grandiosa obra que foi a construção das 152 fortificações militares ao longo das denominadas linhas de Torres,²⁰ destacam a região.

Todos os elementos patrimoniais deixados pelas Ordens de Cister, dos Templários e de Cristo, o significado da Batalha de Aljubarrota, as Invasões Francesas (1807-1810) as Lutas Liberais (1820-1850), entre outros mostram que desde a idade média, existem marcas territoriais muito fortes nas vivências das comunidades nos domínios económico, social, político e espiritual.

6.1.2. Sítios Arqueológicos Não Classificados

Se o Oeste e Vale do Tejo apresentam uma elevada diversidade e concentração de elementos patrimoniais classificados, a existência de inúmeros sítios não classificados constitui outra característica deste território. A identificação do elevado número de sítios arqueológicos em determinados Concelhos pode decorrer da presença crescente de arqueólogos nas Autarquias, pelo desenvolvimento de trabalhos mais aprofundados na área da Arqueologia.

Assim, encontram-se identificados no âmbito territorial do PROT-OVT, 1429 sítios arqueológicos dos quais 1369 em meio terrestre e 60 em meio aquático, informação disponibilizada pelo Instituto Português de Arqueologia (IPA). (vide Quadro 9)

No âmbito territorial municipal, a distribuição destes sítios em meio terrestre apresenta as maiores concentrações nos Concelhos de Tomar (125 sítios identificados), Torres Novas (120 sítios identificados), Ferreira do Zêzere (105 sítios identificados), Rio Maior (99 sítios identificados) e

²⁰ Denominam-se linhas de Torres Vedras, ou simplesmente Linhas de Torres, o extenso conjunto de linhas fortificadas que, à época da Guerra Peninsular visava a defesa de Lisboa e seu porto diante das tropas invasoras napoleónicas.

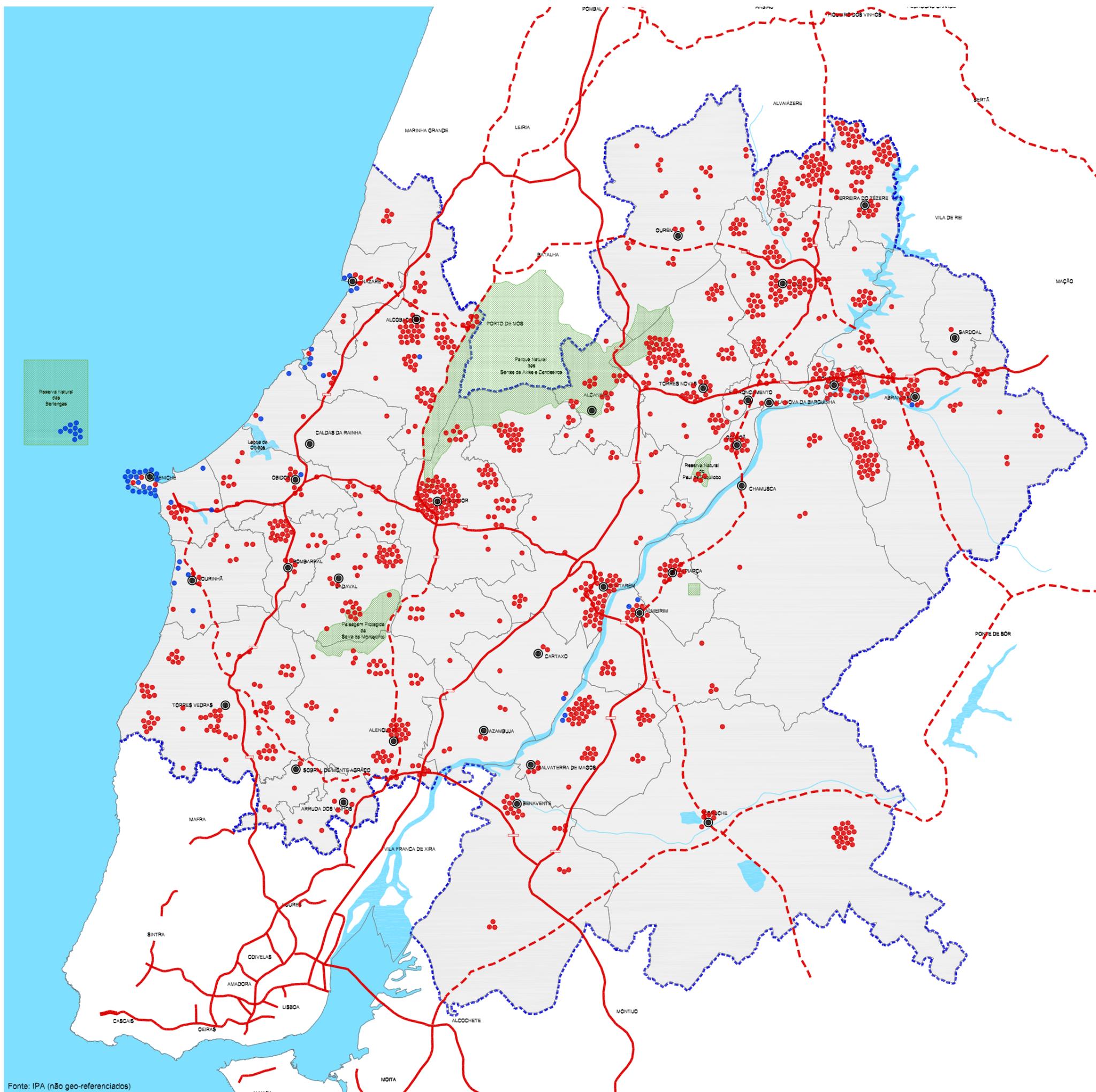
Santarém (91 sítios identificados). (*vide* Desenho 044- LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NÃO CLASSIFICADOS).

Para o meio aquático, a identificação destes elementos observa-se ao longo da costa atlântica e do rio Tejo, mas é em Peniche que se observa o maior número de sítios identificados (34 sítios).

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NÃO CLASSIFICADOS			
Região	Concelho	Terrestres	Aquáticos
OESTE		414	42
	Caldas da Rainha	17	2
	Óbidos	26	1
	Peniche	26	34
	Rio Maior	99	
	Bombarral	26	
	Lourinhã	13	5
	Cadaval	48	
	Torres Vedras	80	
	Alenquer	67	
	Sobral de Monte Agraço	4	
	Arruda dos Vinhos	8	
LEIRIA / FÁTIMA		129	11
	Nazaré	8	4
	Alcobaça	87	7
	Ourém	34	
TEMPLÁRIOS		356	1
	Ferreira do Zêzere	105	
	Tomar	125	
	Sardoal	2	
	Torres Novas	120	1
	Entroncamento	4	
RIBATEJO		470	6
	Abrantes	68	1
	Constância	68	
	Vila Nova da Barquinha	23	
	Golegã	16	
	Alcanena	25	
	Santarém	91	
	Chamusca	8	
	Alpiarça	15	
	Almeirim	22	2
	Cartaxo	4	1
	Azambuja	22	
	Salvaterra de Magos	54	2
	Benavente	26	
	Coruche	28	
TOTAL		1369	60

Fonte: IPA

QUADRO 9 - DISTRIBUIÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NÃO CLASSIFICADOS NO OESTE E VALE DO TEJO



Fonte: IPA (não geo-referenciados)

LEGENDA:

- Aquático
- Terrestre

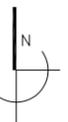
LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NÃO CLASSIFICADOS

TURISMO, LAZER E CULTURA 04

BRUNO SOARES arquitectos

MAIO 2007

Escala 1: 500 000



6.1.3. Distribuição Temporal dos Sítios Arqueológicos

A distribuição dos sítios arqueológicos, classificados e não classificados, segundo o espaço temporal em que se enquadram percorre períodos que, segundo a informação disponibilizada pelo Instituto Português de Arqueologia (IPA) vão desde o Paleolítico Inferior na Pré-História até à Época Histórica, com vestígios no período Contemporâneo.

No Oeste e Vale do Tejo encontram-se identificados sítios arqueológicos que percorrem a seguinte sequência cronológica:

PRÉ-HISTÓRIA:

- PALEOLÍTICO
 - Paleolítico Inferior;
 - Paleolítico Médio;
 - Paleolítico Superior;
 - Aurignacense;
 - Gravetense;
 - Proto-Solutrense;
 - Solutrense;
 - Magdalenense.
- MESOLÍTICO
- NEOLÍTICO
 - Neolítico Antigo;
 - Neolítico Médio;
 - Neolítico Final;
 - Neo-Calcolítico.
- CALCOLÍTICO
 - Calcolítico Inicial;
 - Calcolítico Pleno;
 - Calcolítico Final.

PROTO-HISTÓRIA:

- IDADE DO BRONZE
 - Idade do Bronze – Inicial;
 - Idade do Bronze – Médio;
 - Idade do Bronze – Final.
- IDADE DO FERRO

Idade do Ferro – 1º;

Idade do Ferro – 2º.

ÉPOCA HISTÓRICA:

- ROMANO

Romano, República;

Romano, Império;

Romano, Alto Império;

Romano, Baixo-império.

- IDADE MÉDIA

Alta Idade Média;

Medieval Islâmico;

Medieval Cristão.

MODERNO

CONTEMPORÂNEO

INDETERMINADO

Para uma leitura mais simplificada, os sítios arqueológicos foram agrupados da seguinte forma (*vide* Desenho 05 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO OESTE E VALE DO TEJO: LOCALIZAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL):

PRÉ-HISTÓRIA:

PALEOLÍTICO

MESOLÍTICO

NEOLÍTICO

CALCOLÍTICO

PROTO-HISTÓRIA:

IDADE DO BRONZE

IDADE DO FERRO

ÉPOCA HISTÓRICA:

ROMANO

IDADE MÉDIA

MODERNO

CONTEMPORÂNEO

INDETERMINADO



Reserva Natural das Berlengas

LEGENDA:

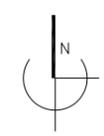
- PRÉ-HISTÓRIA:**
- Paleolítico
 - Mesolítico
 - Neolítico
 - Calcolítico
- PROTO-HISTÓRIA:**
- Idade do Bronze
 - Idade do Ferro
- ÉPOCA HISTÓRICA:**
- Romano
 - Idade Média
 - Moderno
 - Contemporâneo
 - INDETERMINADO

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO OESTE E VALE DO TEJO:
 LOCALIZAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL
TURISMO, LAZER E CULTURA 05
 BRUNO SOARES arquitectos



MAIO 2007

Escala 1: 500 000



Fonte: IPA (não geo-referenciados)

Verifica-se uma predominância de elementos pertencentes ao período Paleolítico, com 19% de ocorrências, seguido dos períodos Romano, Neolítico e Idade Média, com 15%, 14% e 12% respectivamente.

Na distribuição territorial dos sítios arqueológicos, as Regiões do Ribatejo e Oeste apresentam a maior concentração com um total de 675 e 552 sítios arqueológicos, onde predominam os períodos Paleolítico e Neolítico, para as duas regiões.

Para o âmbito territorial municipal, verificam-se concentrações mais relevantes de sítios arqueológicos nos Concelhos de Tomar (188 sítios), Torres Novas (175 sítios), Santarém (143 sítios) e Rio Maior (141 sítios).

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO OESTE E VALE DO TEJO													
Região	Concelho	PRÉ-HISTÓRIA				PROTO-HISTÓRIA		ÉPOCA HISTÓRICA					
		Paleolítico	Mesolítico	Neolítico	Calcolítico	Idade do Bronze	Idade do Ferro	Romano	Idade Média	Moderno	Contemporâneo	Indeterminado	
OESTE		135	21	82	49	32	24	70	33	21	10	75	
	Caldas da Rainha	7	0	2	2	0	1	2	2	1	0	4	
	Óbidos	5	0	3	2	1	1	5	5	4	0	10	
	Peniche	27	1	2	0	0	0	3	2	2	0	4	
	Rio Maior	68	8	16	6	6	1	8	5	4	4	15	
	Bombarral	4	0	7	5	4	2	3	1	0	1	9	
	Lourinhã	0	2	3	2	0	1	1	0	0	0	6	
	Cadaval	7	0	15	5	8	8	11	2	5	2	9	
	Torres Vedras	15	8	8	17	8	6	16	8	3	2	6	
	Alenquer	2	2	24	9	5	3	17	5	1	0	10	
	Sobral de Monte Agraço	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	
	Arruda dos Vinhos	0	0	1	1	0	1	4	2	0	0	1	
LEIRIA / FÁTIMA		11	2	22	9	15	10	33	33	13	6	20	
	Nazaré	3	0	1	0	0	0	1	3	1	0	1	
	Alcobaça	6	0	20	7	10	8	24	25	5	6	11	
	Ourém	2	2	1	2	5	2	8	5	7	0	8	
TEMPLÁRIOS		75	6	68	27	40	24	98	77	55	4	24	
	Ferreira do Zêzere	3	0	9	4	7	6	28	29	39	0	4	
	Tomar	23	3	28	14	17	12	34	31	11	4	11	
	Sardoal	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	
	Torres Novas	48	3	31	8	13	6	35	17	5	0	9	
	Entroncamento	1	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	
RIBATEJO		149	24	103	52	33	22	93	79	34	22	64	
	Abrantes	19	1	16	6	7	2	27	11	1	1	7	
	Constância	28	0	26	3	1	2	12	10	5	2	9	
	Vila Nova da Barquinha	8	1	3	2	0	0	1	1	1	4	8	
	Golegã	2	0	1	0	0	1	5	0	1	0	9	
	Alcanena	3	1	10	8	7	3	1	0	0	1	5	
	Santarém	12	0	11	9	4	3	14	47	20	12	11	
	Chamusca	2	0	1	0	2	0	2	0	1	0	3	
	Alpiarça	10	0	0	1	2	5	4	0	0	0	0	
	Almeirim	6	7	2	2	3	3	10	2	1	0	3	
	Cartaxo	1	0	0	1	4	0	2	2	1	1	0	
	Azambuja	6	0	0	4	1	1	3	2	1	0	7	
	Salvaterra de Magos	36	14	10	3	1	0	4	1	0	1	1	
	Benavente	16	0	5	1	0	0	6	0	0	0	0	
	Coruche	0	0	18	12	1	2	2	3	2	0	1	
TOTAL		1899	370	53	275	137	120	80	294	222	123	42	183
%		100	19	3	14	7	6	4	15	12	6	2	10

Fonte: IPA

QUADRO 10 - DISTRIBUIÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO OESTE E VALE DO TEJO, POR ÉPOCA HISTÓRICA (FONTE: IPA)

6.1.4. Sistema de Fortificações

O Sistema de Fortificações no âmbito territorial do PROT-OVT, constituído por todos os Castelos, Fortificações e pelas Obras Militares pertencentes às Linhas de Defesa de Lisboa ou Linhas de Torres Vedras, apresenta uma forte presença em toda a margem direita do rio Tejo e ao longo da linha de costa (*vide* Desenho 06 - SISTEMA DE FORTIFICAÇÕES NO OESTE E VALE DO TEJO).

A localização destes elementos na linha de defesa da margem direita do rio Tejo ocorre sobretudo nos concelhos de proximidade ao rio e nos concelhos onde as barreiras físicas (Serras de Aires e Candeeiros, Serra de Montejunto) aliadas a estes castelos e fortes garantiam a intransitabilidade do território para possíveis invasões.

	Concelho	Freguesia
CASTELOS		
Castelo de Alcobaça (ruínas) (Alcobaça)	Alcobaça	Alcobaça
Castelo de Alenquer (Triana - Alenquer)	Alenquer	Triana
Castelo de Vila Verde dos Francos (V.V. dos Francos - Alenquer)	Alenquer	V.V. dos Francos
Castelo e todo o conjunto urbano da vila de Óbidos (Santa Maria - Óbidos)	Óbidos	Santa Maria
Castelo de Ourém (N. S. das Misericórdias - Ourém)	Ourém	N.S. das Misericórdias
Restos da Torre e Muralhas do Antigo Castelo de Atouguia da Baleia (Atouguia da Peniche)	Peniche	Atouguia da Baleia
Castelo de Alcanede (Alcanede - Santarém)	Santarém	Alcanede
Castelo de Tomar (São João Baptista - Tomar)	Tomar	São João Baptista
Castelo de Torres Novas (Santa Maria - Torres Novas)	Torres Novas	Santa Maria
Castelo de Torres Vedras (Santa Maria e São Miguel - Torres Vedras)	Torres Vedras	Santa Maria e São Miguel
Castelo de Almourol (Praia do Ribatejo - V.N. da Barquinha)	V.N. da Barquinha	Praia do Ribatejo
FORTIFICAÇÕES		
Fortaleza de Peniche	Peniche	São Pedro
Forte de São João Baptista e os arcos que o ligam à ilha da Berlenga	Peniche	São Pedro
Forte da Praia da Consolação	Peniche	Atouguia da Baleia
Fortaleza de Abrantes	Abrantes	São João
Forte no Lugar de Paimogo (ruínas)	Lourinhã	Lourinhã
Forte de São Miguel Arcanjo	Nazaré	Nazaré
Capela de São Vicente	Torres Vedras	São Pedro e Santiago
Forte ou Reduto de Olheiros	Torres Vedras	São Pedro e Santiago
LINHAS DE TORRES		
Vimeiro	Lourinhã	
Obras militares pertencentes às Linhas de Defesa de Lisboa ou Linhas de Torres Vedras no concelho de Sobral de Monte Agraço	Sobral de Monte Agraço	
Obras Militares pertencentes às Linhas de Defesa de Lisboa ou Linhas de Torres Vedras no concelho de Torres Vedras	Torres Vedras	

Fonte: IPPAR

QUADRO 11 - SISTEMA DE FORTIFICAÇÕES E CASTELOS NO OESTE E VALE DO TEJO

6.1.5. Principais Elementos Patrimoniais, Equipamentos e Dinâmicas Culturais

A dinâmica cultural da região foi analisada pela agregação dos diversos elementos que, articulados em rede, podem vir a consolidar a região como espaço cultural privilegiado (*vide* Quadro 12 e Localização dos elementos patrimoniais e equipamentos culturais).



Reserva Natural das Berlengas

LEGENDA:

-  Castelos
-  Fortificações
-  Linhas de Torres

SISTEMA DE FORTIFICAÇÕES NO OESTE E VALE DO TEJO

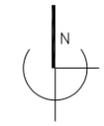
TURISMO, LAZER E CULTURA 06

BRUNO SOARES arquitectos



MAIO 2007

Escala 1: 500 000



Fonte: IPPAR (não geo-referenciados)

Assim, analisou-se a distribuição territorial dos principais elementos patrimoniais e equipamentos e indicadores de actividade cultural, a saber:

PATRIMÓNIO

- Património da Humanidade;
- Monumentos Nacionais;
- Castelos;
- Outros Monumentos Nacionais;
- Centros Históricos

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

- Museus Nacionais e Municipais;
- Bibliotecas Públicas;
- Livrarias
- Cine-Clubes;
- Teatros e Cine-Teatros (predominância das Artes do Espectáculos);

Merece particular destaque o Património da Humanidade em presença na Região OVT:

Mosteiro de Alcobaça – inscrito na Lista de Património Mundial pela UNESCO (1989), é, actualmente, uma das mais importantes obras cistercienses europeias, atendendo ao seu estado de conservação e à sua arquitectura, símbolo de Cister. Foi fundado em 1153 por doação de D. Afonso Henriques a Bernardo de Claraval, só começou a ser construído em 1178. A igreja, iniciada como era prática corrente pela cabeceira, com três naves à mesma altura, o transepto de duas naves e o deambulatório, formam um conjunto que impressiona pela simplicidade, grandeza e austeridade.



ILUSTRAÇÃO 1 – MOSTEIRO DE ALCobaça²¹



ILUSTRAÇÃO 2 – INTERIOR DO MOSTEIRO DE ALCobaça²²

É a maior e primeira grande obra do Gótico primitivo português, depois substancialmente alargada e enriquecida com as sucessivas doações reais. D. Dinis, em 1381, faz construir o Claustro

21 - No website beautifulposes.blogspot.com

22 - No website www.universal.pt

do Silêncio. D. Manuel mandou também construir a chamada Sacristia Manuelina, obra encomendada ao arquitecto João de Castilho. No transepto da Igreja encontram-se duas das mais belas obras da arquitectura tumular do séc. XIV: os túmulos de Pedro e Inês. Em 2005 teve cerca de 170.000 visitantes.

Convento de Cristo em Tomar²³ - Considerado património mundial pela UNESCO, desde Dezembro de 1983, o Convento da Ordem de Cristo e Castelo Templário, em Tomar, formam um conjunto monumental único no seu género: O Castelo foi fundado em 1160 por Dom Gualdim Pais, Mestre provincial da Ordem do Templo em Portugal. Dentro das suas muralhas viveram as primeiras gentes de Tomar.



ILUSTRAÇÃO 3 - CONVENTO DE CRISTO, EM TOMAR²⁴

²³ Vide website IPPAR

²⁴ No website - www.viaggiaresempre.it

O coração da fortaleza, a Alcáçova, com a torre de menagem, foi construída a Oriente; o lugar místico, a Igreja octogonal templária, foi construída a Ocidente. Com o extermínio da Ordem pelas perseguições de Filipe o Belo, Rei de França, os Templários encontraram, em Portugal, a continuidade da sua sagrada missão de Cavalaria. Sob os auspícios de D. Dinis, é fundada a "Ordem dos Cavaleiros de Cristo", a qual foi durante quatro anos negociada pelo monarca com a Santa Sé, e veio a integrar pessoas e bens da extinta Ordem do Templo. É com a Ordem de Cristo que a nação portuguesa se abre para a empresa das descobertas marítimas do séc. XV. Tomar é então sede da Ordem, e o Príncipe Henrique o Navegador, o seu mestre. Com a expansão da fé cristã e do reino, também a sede da Ordem de Cristo se dilata.

Os séculos e a história de Portugal vão deixando, na arquitectura do Convento, testemunhos do tempo e dos homens que lidaram, bem ou mal, com os destinos da Pátria Portuguesa. O Convento de Cristo encerra no seu conjunto arquitectónico testemunhos da arte românica com os Templários, do Gótico e do Manuelino com as Descobertas, prosseguindo com a arte do Renascimento durante a reforma da Ordem, depois o Maneirismo nas suas várias facetas para se confinar no Barroco em ornamentos arquitectónicos.

Da estrutura arquitectural do Convento, além das edificações construídas em torno da igreja templária, há a salientar o conjunto de quatro grandes claustros articulados por dois eixos em cruz latina, e também um aqueduto com 6 Km de extensão mandado edificar por Filipe II. Integra o domínio do Convento uma área de floresta e cultivo conhecida por Mata dos Sete Montes, porque está confinada por sete colinas de relevo acentuado. Foi o mais alto destes montes que os Templários escolheram para a edificação do seu templo octogonal. Visitam anualmente cerca de 150.000 pessoas.

6.1.6. Centros Históricos

Verifica-se a existência na Região de 15 Centros Históricos, número que corresponde a 11,6% do total nacional (129 municípios com centro histórico). Esses Centros Históricos correspondem aos Municípios seguintes:

- Abrantes
- Alcobaça
- Alenquer
- Almeirim
- Caldas da Rainha
- Constância
- Nazaré

- Ourém
- Peniche
- Salvaterra de Magos
- Santarém
- Sardoal
- Tomar
- Torres Novas
- Vila Nova da Barquinha

Na desagregação equipamentos culturais – Museus Nacionais, Museus Municipais, Bibliotecas Públicas, Livrarias, Cineclubes, Teatros da Rede Nacional e Municipal e Agentes Artísticos – destacam-se os concelhos de Santarém, Torres Vedras e Caldas da Rainha com as maiores dinâmicas. (*vide* Quadro 12) De igual modo se destacam os Museus Nacionais e as Biblioteca Públicas (Rede Nacional), que representam 10,3 e 12,7% do total nacional.

ELEMENTOS PATRIMONIAIS: SÍNTESE ESTATÍSTICA

NUTS III	Concelhos	Freguesias	Freguesias (km²)	Área (ha)	Populac. (hab.)	Densid. (hab./km²)	Centro Histórico	Arqueológico	Património da Humanidade	Património da Humanidade	Investimento Público	Investimento Privado	N.º de Museus	N.º de Bibliotecas	Universos	Teatros (rede nacional/municipal)	Eventos culturais/manifestações	Agentes artísticos (cursos de especialização)
MÉDIO TENDENTE	Aliceves	13	42.235	11.343	86,6	7,6	sn	35	0	0	3	5	0	1	1	2	1	1
	Alcochete	10	14.665	12.733	11,1	0,5	sn	48	3	3	3	5	0	1	1	1	1	1
	Castêlhos	3	3.815	6.004	15,5	0,4	sn	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Fátima	2	1.942	18.524	9,5	0,5	sn	105	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Penafiel	2	9.422	18.524	19,2	0,5	sn	105	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ourense	18	46.194	41.650	11,1	0,5	sn	34	0	0	1	7	8	0	3	2	2	2
	Sarjal	4	4.104	9.134	22,2	0,4	sn	2	7	0	0	6	1	0	0	0	0	0
	Trofa	1	1.127	11.000	9,7	0,8	sn	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Trofa	17	36.008	28.951	7,9	0,7	sn	110	0	0	12	4	6	0	2	2	1	7
	Trofa	5	7.615	4.895	6,4	0,7	sn	23	4	2	2	2	4	0	2	4	1	2
	Trofa	4	21.957	22.180	10,1	0,5	sn	12	1	1	3	3	3	0	1	1	1	1
	LEZARIA DO TENDENTE																	
Alentejo	9	20.039	25.166	12,6	0,5	sn	12	10	1	1	6	1	1	1	1	1	1	1
Alentejo	4	23.256	52.147	22,4	0,4	sn	26	4	4	3	1	3	1	1	2	2	2	2
Alentejo	9	23.256	34.277	14,7	0,5	sn	8	5	0	3	0	3	0	0	0	1	1	1
Alentejo	7	11.485	34.277	29,8	0,5	sn	8	5	0	3	0	3	0	0	0	1	1	1
Alentejo	8	21.332	111.315	52,1	0,2	sn	28	3	1	2	3	1	2	1	1	1	1	2
Alentejo	2	5.710	7.649	13,4	0,7	sn	16	6	1	1	4	1	1	1	1	1	1	1
Alentejo	4	11.485	24.274	21,1	0,5	sn	8	5	0	3	0	3	0	0	0	1	1	1
Alentejo	6	20.145	24.274	12,1	0,5	sn	8	5	0	3	0	3	0	0	0	1	1	1
Alentejo	28	63.563	85.201	13,3	0,5	sn	91	43	1	17	15	7	4	2	4	10	6	12
Alentejo	18	55.374	40.524	73,1	1,4	sn	87	21	1	13	4	13	4	1	3	10	6	13
Alentejo	4	10.355	7.771	75,1	1,3	sn	6	2	0	0	2	2	0	1	1	1	1	1
Alentejo	5	13.325	9.844	13,3	0,5	sn	6	2	0	0	2	2	0	1	2	2	2	1
Alentejo	10	30.145	25.407	84,3	1,3	sn	26	9	0	2	7	2	2	1	2	2	1	1
Alentejo	11	40.884	15.407	37,3	0,5	sn	17	9	0	2	5	2	2	1	2	2	1	1
Alentejo	11	23.265	14.607	63,6	1,6	sn	13	5	0	2	9	3	1	1	2	2	1	1
Alentejo	3	15.006	8.049	18,6	0,4	sn	8	11	0	0	9	2	1	1	1	1	1	1
Alentejo	6	27.314	7.741	35,5	0,5	sn	26	15	0	4	4	4	1	1	1	1	1	1
Alentejo	3	8.027	5.195	15,3	0,7	sn	4	2	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Alentejo	10	17.252	40.524	234,9	5,8	sn	18	25	0	9	13	13	1	1	1	1	1	1
TOTAL NACIONAL	308	4.200	10.336.117	9,9%	1,2	11,6%	15	1370	2	69	4233	0	3	31	130	515	6,2%	177
PESO NACIONAL	10,7%	7,5%	7,9%	9,9%	1,2	11,6%	15	1370	2	69	4233	0	3	31	130	515	6,2%	177

Fontes: INE, IPMA, IPI, IPI, IPI, IPI

QUADRO 12 - ELEMENTOS PATRIMONIAIS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS: SÍNTESE ESTATÍSTICA

Os equipamentos culturais, que apresentam uma repartição equilibrada na Região, integrando museus, espaços de exposições e de reuniões, cine-teatros e bibliotecas, são também, muitos deles, testemunho do desenvolvimento local em épocas de afirmação da burguesia agrária e industrial emergente.

No contexto nacional, a região Oeste e Vale do Tejo pode vir a constituir-se como um espaço privilegiado a nível cultural, na medida em que nele actuam importantes e diversificadas estruturas dinamizadoras de cultura, com a Rede de Teatros (nacional e municipal), que representa 33,9% do total nacional.

Também a existência de eventos que reflectem uma continuidade entre a tradição e a modernidade, na coexistência de festas e representações tradicionais, e de acontecimentos culturais que transmitem expressões artísticas contemporâneas na música, teatro, e artes plásticas contribuem para a projecção/attractividade na proximidade da região.

Ao nível das dinâmicas instaladas, merece especial destaque a referência à Associação Arte Em Rede. A ArteEmRede ²⁵ – Teatros associados é uma associação, constituída recentemente (20 teatros – 8 novos, 16 autarquias), sendo fundamentalmente um projecto de qualificação e de descentralização cultural que tem como missão promover a qualificação e o desenvolvimento da actividade cultural dos seus membros nomeadamente através da coordenação da respectiva actuação no domínio da gestão e programação de teatros, cine-teatros e outros espaços de apresentação pública de espectáculos e que para tanto:

- Fomenta a criação de públicos no âmbito das artes do espectáculo e das artes performativas;
- Garante a qualificação e potenciação de dinâmicas e práticas de gestão dos recursos artísticos locais e regionais;

²⁵ É uma associação que pretende melhorar e qualificar a prestação de serviços públicos autárquicos na área cultural, bem como melhorar e qualificar as condições de funcionamento do mercado regional de bens e serviços culturais de Lisboa e Vale do Tejo. Tem como principais objectivos qualificar o tecido cultural e artístico local; criar, formar e fidelizar públicos; democratizar o acesso às artes do espectáculo; promover a cooperação entre agentes culturais públicos e privados e valorizar a imagem dos municípios. Pretende tornar-se um instrumento de coordenação de informação; coordenação e promoção conjunta de espectáculos através de co-produções; negociação e aquisição conjunta de espectáculos (central de compras); formação e assistência técnica; bolsas de serviços (competências); e comunicação e marketing cultural. Autarquias promotoras: Abrantes, Alcanena, Alcobaca, Almada, Almeirim, Cartaxo, Entroncamento, Moita, Montijo, Nazaré, Palmela, Santarém, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Novas

- Estimula a cooperação entre os seus membros e entidades de ensino e investigação, produção artística e centros de formação e divulgação das artes do espectáculo e performativas, nacionais e estrangeiros.

Mais à frente neste relatório apresentar-se-á ainda este projecto como um excelente exemplo de um modelo de gestão cultural de base regional assente em recursos endógenos e parcerias municipais e que beneficia de diversas articulações entre entidades públicas e privadas.

Especificamente ao nível dos Museus Nacionais, os três Museus em presença na região, representam 10,3 % do total nacional (129 Museus Nacionais).

Museus Nacionais:

- Museu da Cerâmica – Caldas da Rainha
- Museu de José Malhoa – Caldas da Rainha
- Museu Etnográfico e Arqueológico – Dr. Joaquim Manso

Ao nível do Museus Municipais, a participação da região é de 8,4% do total nacional (131 Museus Municipais).

Museus Municipais:

- Museu Municipal de Alenquer Hipólito Cabaço – Alenquer
- Casa Museu dos Patudos – Alpiarça
- Museu Municipal de Benavente – Benavente
- Museu Municipal do Cadaval – Cadaval
- Centro de Artes – Caldas da Rainha
- Museu dos Rios e das Artes Marítimas – Constância
- Museu Martins Correia – Golegã
- Museu Municipal de Peniche – Peniche
- Núcleo Museológico do Tempo – Santarém
- Núcleo de Exposições Temporárias de Arte e Arqueologia Medievais – Santarém
- Museu Municipal Polinucleado de Tomar – Tomar

As Bibliotecas Públicas da Rede Nacional, existentes na região, representam 12,7% do total nacional (existiam 150 Bibliotecas Públicas à data de 16 Agosto 2006)

**Rede Nacional de Bibliotecas Públicas inauguradas à data de
16 de Agosto 2006**

Concelho	Biblioteca
Rio Maior	B. Municipal Dr. Alexandre L. Santos
Azambuja	B. Municipal da Azambuja
Almeirim	B. Municipal Marquesa do Cadaval
Salvaterra de Magos	B. Municipal de Salvaterra de Magos
Chamusca	B. Municipal da Chamusca
Golegã	B. Municipal de Golegã
Abrantes	B. Municipal António Botto
Ferreira do Zêzere	B. Municipal de Ferreira do Zêzere
Constância	B. Municipal de Constância
Vila Nova da Barquinha	B. Municipal de Vila Nova da Barquinha
Tomar	B. Municipal de Tomar
Alcanena	B. Dr. Carlos Nunes Ferreira
Alcobaça	B. Municipal de Alcobaça
Caldas Da Rainha	B. Municipal de Caldas da Rainha
Óbidos	B. Municipal de Óbidos
Torres Vedras	B. Municipal de Torres Vedras
Alenquer	B. Municipal de Alenquer
Sobral De Monte Agraço	B. Pública do Sobral de Monte Agraço
Arruda Dos Vinhos	B. Municipal de Irene Lisboa

Fonte: IPLB (Total do País 150)

QUADRO 13 - REDE DE BOBLIOTECAS PÚBLICAS NO OESTE E VALE DO TEJO (INAUGURAÇÃO ATÉ 16 /08/06)

Ao nível dos Teatros da Rede Nacional e Municipal, existe 60 na região OVT e representam, como já referido, 33,9% do total nacional. Torres Vedras, Santarém e Benavente destacam-se, respectivamente com 9, 6 e 4 salas de espectáculo.

TEATROS E ESPAÇOS EM FUNCIONAMENTO QUE ACOLHEM ARTES DO ESPECTÁCULO

Concelho	Localidade	Entidade	
CINE-TEATROS			24
Abrantes	Abrantes	Cine-Teatro S. Pedro	
Abrantes	Alferrarede	Cine-Teatro de Alferrarede	
Alcanena	Minde	Cine-Teatro Rogério Venâncio (Cine-Teatro de Minde)	
Alcanena	Alcanena	Cine-Teatro S. Pedro	
Alcobaça	Alcobaça	Cine-Teatro de Alcobaça	
Benavente	Benavente	Cine-Teatro de Benavente	
Benavente	Samora Correia	Cine-Teatro de Samora Correia	
Cadaval	Cadaval	Cine-Teatro dos Bombeiros Voluntários	
Cartaxo	Cartaxo	Cine-teatro do Cartaxo	
Constância	Constância	Cine-Teatro Municipal	
Entroncamento	Entroncamento	Cine-Teatro S. João	
Ferreira do Zêzere	Ferreira do Zêzere	Cine-Teatro de Ferreira do Zêzere	
Golegã	Golegã	Cine-Teatro Gil Vicente	
Lourinhã	Lourinhã	Cine 3 5 9	
Santarém	Santarém	Cine Teatro Rosa Damasceno	
Nazaré	Nazaré	Cine-Teatro da Nazaré/Teat. Cinem. Casino Paraíso	
Rio Maior	Rio Maior	Teatro-Cinema Casimiros	
Sardoal	Sardoal	Cine-Teatro Gil Vicente	
Sobral de Monte Agraço	Sobral de Monte Agraço	Cine-Teatro de Sobral de Monte Agraço	
Tomar	Tomar	Cine-Teatro Paraíso/Tomar	
Tomar	Tomar	Cine-Templários	
Torres Novas	Torres Novas	Cine-Teatro Virgínia	
Torres Vedras	Torres Vedras	Teatro-Cine de Torres Vedras (Ferreira da Silva)	
Vila Nova de Ourém	Vila Nova de Ourém	Cine-Teatro Municipal de Vila Nova de Ourém	
TEATROS			7
Chamusca	Chamusca	Teatro da Chamusca (Comp. de Teatro do Ribatejo)	
Abrantes	Tramagal	Teatro Tramagalense	
Nazaré	Nazaré	Teatro Chaby Pinheiro	
Santarém	Marvila	Teatro Taborda - Circulo Cultural Scalabitano	
Santarém	Ribeira de Santarém	Teatro Clube Ribeirense	
Santarém	Santarém	Teatro Sá da Bandeira - Cent. Dramático B. Santareno	
Torres Vedras	Torres Vedras	Teatro do Clube Artístico e Comercial	
AUDITÓRIOS			11
Alenquer	Alenquer	Auditório Damião de Gois	
Benavente	Samora Correia	Auditório do Palácio do Infantado	
Bombarral	Bombarral	Auditório do Bombarral	
Óbidos	Óbidos	Auditório Municipal / Casa da Música	
Santarém	Santarém	Auditório do Inst. Português da Juven. de Santarém	
Santarém	Santarém	Auditório do Centro Nacional de Exposições	
Sobral de Monte Agraço	Sobral de Monte Agraço	Auditório Municipal	
Torres Vedras	Ermegeira	Auditório do Centro Social da Ermegeira	
Torres Vedras	Sobreiro Curvo	Auditório do Grupo Desportivo Sobreirense	
Torres Vedras	Torres Vedras	Auditório da Ass. Cultural Beneficente Stº António do Varatojo	
Vila Nova da Barquinha	Vila Nova da Barquinha	Auditório do Centro Cultural	
CLUBES RECREATIVOS E DESPORTIVOS			4
Arruda dos Vinhos	Arranhó	União Recreativa e Desportiva de Arranhó	
Arruda dos Vinhos	Arruda dos Vinhos	Clube Recreativo e Desportivo Arrudense	
Torres Vedras	Torres Vedras	Freiria Sport Clube	
Torres Vedras	Torres Vedras	União Desportiva, Recreativa e Cultural do Sarge	
CENTROS CULTURAIS			4
Benavente	Benavente	Centro Cultural de Benavente	
Bombarral	Bombarral	Circulo Cultura Musical Bombarralense*	
Entroncamento	Entroncamento	Centro Cultural do Entroncamento	
Lourinhã	Lourinhã	Centro Cultural da Lourinhã	
SALÕES E CASAS DO POVO			10
Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	Salão de Festas "Os Pimpões"(Soc.Inst. E Rec.)	
Lourinhã	Lourinhã	Salão dos Bombeiros Voluntários da Lourinhã	
Peniche	Peniche	Pavilhão Polivalente do Lar de Santa Maria*	
Peniche	Peniche	Salão da Associação "D. Inês de Castro"	
Peniche	Peniche	Salão da Ass. Cultural e Recreativa "A Serrana"	
Salvaterra de Magos	Salvaterra de Magos	Rancho Folclórico da Casa do Povo de S. de Magos	
Sardoal	Alcaravela	Casa do Povo de Alcaravela	
Sardoal	Sardoal	Salão dos Bombeiros Municipais de Sardoal	
Torres Vedras	Torres Vedras	Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários	
Torres Vedras	Torres Vedras	Tuna Comercial Torrense	
TOTAL			60

Fonte: IA-04

QUADRO 14 - TEATROS E ESPAÇOS EM FUNCIONAMENTO QUE ACOLHEM ARTES DO ESPECTÁCULO, NO OESTE E VALE DO TEJO

ESPAÇOS COM PROGRAMAÇÃO DE QUALIDADE:		
Região Norte	12	
Região Centro	21	
Região LVTejo	29	Oeste V. Tejo tem 13 dos 29 espaços desta região = 44,8%
Região Alentejo	7	
Região do Algarve	6	
TOTAL	75	
N.º TEATROS E ESPAÇOS CULTURAIS		
Distrito Leiria	25	
Distrito Lisboa	119	
Distrito Santarém	33	
TOTAL	177	

Fonte: Instituto das Artes - 2005

QUADRO 15 - ESPAÇOS COM PROGRAMAÇÃO DE QUALIDADE E TEATROS E ESPAÇOS CULTURAIS NO OESTE E VALE DO TEJO

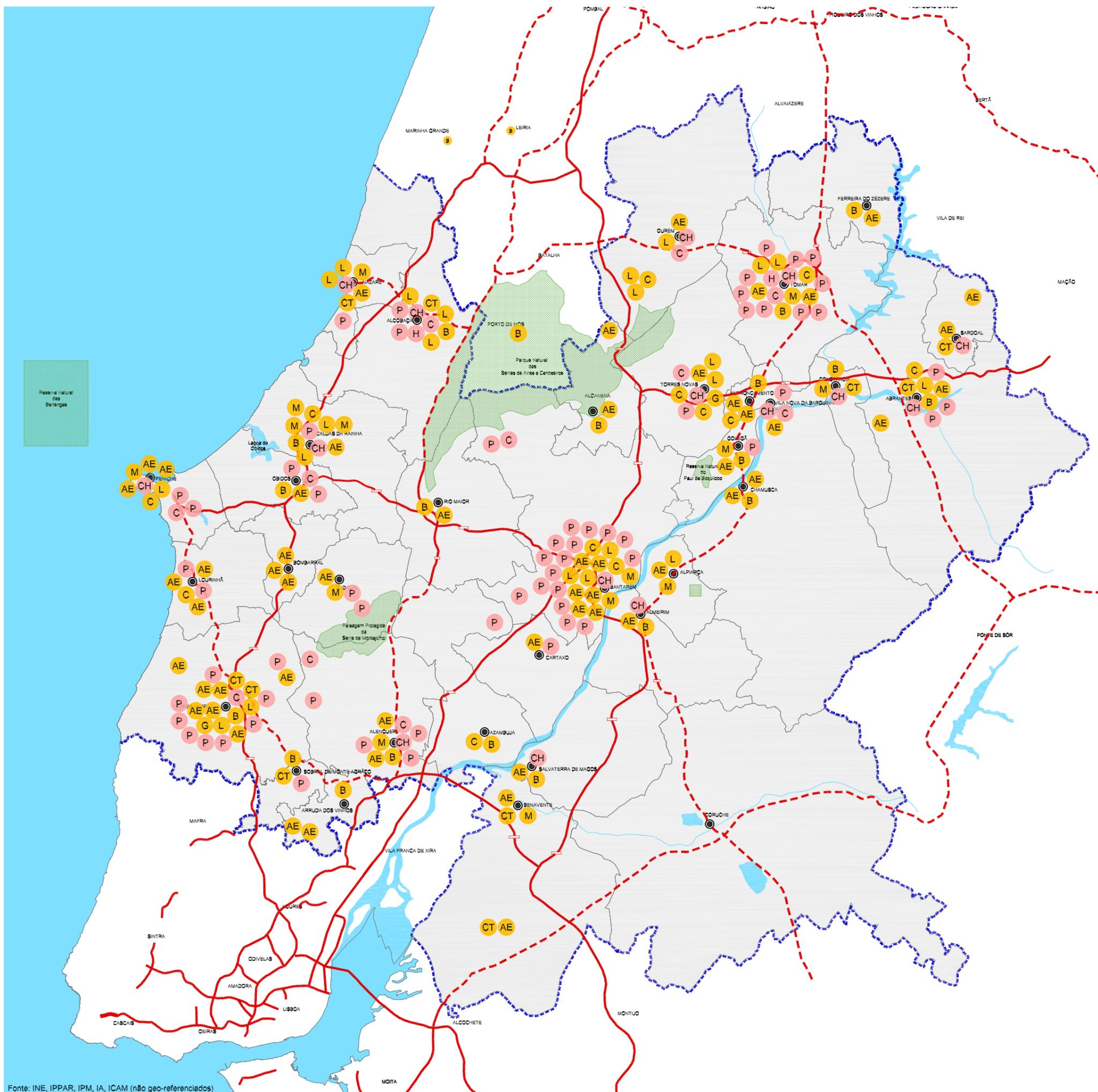
SALAS COM EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA: INDICADORES

RECINTOS	EXIBIDOR	CONCELHO	Nº SALAS	Nº BILHETES	%	RECEITA BRUTA	%	LOCALIZAÇÃO RECINTO
Cine-Teatro São Pedro	Câmara Municipal de Abrantes	ABRANTES	1	0	0,0%	0,00	0,0%	Cinema
Cinema Millennium - Abrantes	SEM DADOS RECEBIDOS	ABRANTES	1	0	0,0%	0,00	0,0%	Salas Polivalentes
Cine-Teatro de Benavente	Câmara Municipal de Benavente	BENAVENTE	1	0	0,0%	0,00	0,0%	Salas Polivalentes
Centro Cultural de Samora Correia	Câmara Municipal de Benavente	BENAVENTE	1	0	0,0%	0,00	0,0%	Salas Polivalentes
Cine-Teatro Municipal de Constância	Câmara Municipal de Constância	CONSTÂNCIA	1	0	0,0%	0,00	0,0%	Salas em Centro Comercial
Cinema Estúdio 121	Radigare - Actv, Radiofónicas, Culturais e Publicitárias Lda	ENTRONCAMENTO	1	250	0,1%	537,90	0,0%	Salas em Centro Comercial
Cinema Fátima Shopping Center	Socorama - Castello Lopes Cinemas, S.A.	OURÉM	1	6.812	1,7%	25.545,40	1,7%	Salas em Centro Comercial
Cine-Teatro Municipal de Ourém	VEROURÉM-Empresa Municipal de Comunicações, EM	OURÉM	1	4.738	1,2%	16.022,00	1,0%	Salas Polivalentes
Cinemas Feira Nova	Cinema Millennium SA	SANTARÉM	4	14.234	3,6%	52.953,50	3,5%	Encerrado em 31/08/2005
Cinemas Santarém - W Shopping	Socorama - Castello Lopes Cinemas, S.A.	SANTARÉM	6	152.501	38,4%	611.816,20	40,0%	Salas em Centro Comercial
Centro Cultural Gil Vicente	Centro Cultural Gil Vicente	SARDOAL	2	2.045	0,5%	2.507,00	0,2%	Salas Polivalentes
Cinema Termalários	Medeia Filmes	TOMAR	1	23.636	6,0%	87.112,50	5,7%	Encerrado em 29/11/2005
Cine Estúdio Alfa	Lusomundo Cinemas, SA	TORRES NOVAS	1	6.552	1,7%	25.093,10	1,6%	Encerrado em 24/08/2005
Castello Lopes Cinemas - TorreShopping	Socorama - Castello Lopes Cinemas, S.A.	TORRES NOVAS	3	72.871	18,4%	300.692,85	19,6%	Salas em Centro Comercial
Atrium Azambuja	SEM DADOS RECEBIDOS	AZAMBUIA	1	0	0,0%	0,00	0,0%	Salas em Centro Comercial
Centro Cultural Doutor Afonso Rodrigues Pereira	Socorama - Castello Lopes Cinemas, S.A.	LOURINHÃ	1	8.902	0,1%	28.212,50	1,8%	Outra
Audifórum Municipal Beatriz Costa	Socorama - Castello Lopes Cinemas, S.A.	LOURINHÃ	1	3.380	0,1%	9.912,00	0,6%	Salas Polivalentes
Cine-Teatro de Sobral de Monte Agraço	Câmara Municipal de Mafra	MAFRA	1	0	0,0%	0,00	0,0%	Salas Polivalentes
Cine Varatojo	SEM DADOS RECEBIDOS	SOBRAL DE MONTE AGRACO	1	0	0,0%	0,00	0,0%	Salas Polivalentes
Teatro Cine de Torres Vedras	Associação Cultural e Beneficente de Santo António Varatojo	TORRES VEDRAS	1	2.705	0,0%	7.437,00	0,5%	Salas Polivalentes
Cine-Teatro de Alcobaca	Câmara Municipal de Torres Vedras	TORRES VEDRAS	1	4.908	0,1%	13.317,00	0,9%	Salas Polivalentes
Cinema Delta	Município de Alcobaca	ALCOBACA	2	11.149	0,1%	32.393,50	2,1%	Salas Polivalentes
Cine-Teatro da Nazaré	Flimitalus Lda	CALDAS DA RAINHA	2	61.582	0,1%	246.324,80	16,1%	Salas em C.Comercial
Cinema Quarto Crescente	Câmara Municipal da Nazaré	NAZARÉ	1	0	0,0%	0,00	0,0%	Salas Polivalentes
TOTAL	Estúdio Quarto Crescente	PENICHE	1	20.429	0,1%	71.501,50	4,7%	Salas em C.Comercial
			37	396.694	100%	1.531.378,75	100%	
			6,00		2,40		2,30	

PESO DA OVT NO CONTEXTO NACIONAL

Fonte: ICAH

QUADRO 16 - SALAS COM EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA NO OESTE E VALE DO TEJO: INDICADORES



LEGENDA:

- H Património da Humanidade
- Monumentos Nacionais:
- C Castelos
- P Outros
- CH Centros Históricos
- M Museus
- B Bibliotecas
- AE Cine-Teatros - Artes do Espectáculo
- C Cine-Teatros - Cinemas
- CT Cine-Teatros - Artes do Espectáculo e Cinemas
- G Galerias
- L Livrarias

LOCALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS

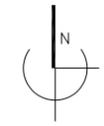
TURISMO, LAZER E CULTURA 07

BRUNO SOARES arquitectos



MAIO 2007

Escala 1: 500 000



Fonte: INE, IPPAR, IPM, IA, ICAM (não geo-referenciados)

6.2. Síntese das linhas de força do Sector da Cultura na Região Oeste e Vale do Tejo

A Região do Oeste e Vale do Tejo é caracterizada por uma grande diversidade ao nível dos recursos e da oferta cultural, material e imaterial, erudita e popular, assente numa matriz cultural de base rural, historicamente marcada pela Ordem de Cister, no Oeste, e pela Companhia das Lezírias e grandes casas agrícolas, no Vale do Tejo, mantendo um quadro económico dominado, ao longo de séculos, pelas actividades agrárias.

O caminho-de-ferro proporcionou a partir do final do século XIX o aparecimento de uma nova estrutura social (empresários industriais, operários, empregados dos sectores dos serviços). Este processo transformador da cadeia económica teve reflexos na riqueza regional ainda hoje dominada pela pequena indústria individual, particularmente no sector agro-industrial. A ascensão da burguesia urbana reflectiu-se na construção de inúmeros cine-teatros muitos dos quais, hoje reabilitados, integram a rede de equipamentos regional.

Como principais elementos identitários que ao longo da história marcaram o território e que, pela sua importância patrimonial e territorial ainda distinguem a região e podem contribuir para a promover e projectar, identificam-se:

- O Rio Tejo como o maior rio da Península Ibérica e decisivo referencial identitário na história de Portugal. Eixo estruturante do território e da unificação/concertação regional, destaca-se por constituir, ao longo da história, um espaço na penetração de povos e civilizações, tendo desempenhado também uma importante função como eixo de desenvolvimento económico (agricultura, pesca, construção naval barcos tradicionais de pesca e destinados às actividades comerciais) e de unificação (comércio e navegação) da região de Lisboa e Vale do Tejo;
- O Litoral Atlântico onde, na relação com o mar, se instalaram e desenvolveram comunidades piscatórias e industriais com modos de vida, contextos e práticas culturais que se diferenciam no conjunto da região;
- O Património Arqueológico, constituído por legados (materiais e imateriais) fruto da riqueza dos cruzamentos étnicos dos últimos cinco milénios (Celtas, Fenícios, Romanos e Árabes) de que os sítios e estações arqueológicas (mais de um milhar identificado), os aquedutos, as pontes, os castros, etc. são o testemunho actual;

- A História ligada às Ordens de Cister, dos Templários e de Cristo, à Batalha de Aljubarrota, às Invasões Francesas (1807-1810) e às Lutas Liberais (1820-1850), que, desde a idade média, marcaram as vivências das comunidades nos domínios económico, social, político e espiritual;
- O Património da Humanidade integrando o Mosteiro de Alcobaça, o Convento de Cristo e na proximidade o Mosteiro da Batalha, que permite constituir uma Rota do Património da Humanidade na região;
- As defesas de Lisboa constituídas por castelos, fortalezas e que a grandiosa obra que foi a construção das 152 fortificações militares ao longo das denominadas Linhas de Torres;
- O Património Natural constituído pelos parques e espaços naturais protegidos, bem como pelo importante espólio paleontológico existente na Região, o qual vem ganhando reconhecimento e projecção mundial;

Estes recursos, distribuídos por toda a região podem constituir, integrados em redes temáticas e funcionais, um dos principais elementos de integração cultural dos territórios do Oeste e Vale do Tejo.

7. QUADRO SÍNTESE DE POTENCIALIDADES/DEBILIDADES – OPORTUNIDADES/RISCOS

QUADRO SÍNTESE DA CULTURA:

Potencialidades

- Recursos Histórico-culturais de nível internacional
- Emergência de novas procuras e abordagens culturais dos responsáveis autárquicos;
- Produção de conteúdos culturais para suportes digitais;
- Experiência acumulada na organização de eventos culturais de maior expressão;
- Diversificação da oferta e procura culturais;
- Crescente importância atribuída aos serviços educativos e acções de sensibilização para as artes em instituições culturais;
- Lançamento de um programa de difusão das artes do espectáculo pelo Ministério da Cultura;
- Efeito demonstração positivo da divulgação dos grandes eventos culturais no país, bem como da participação nacional em eventos estrangeiros e seu efeito de alavancagem de dinâmicas de internacionalização e de reforço do tecido artístico e de produção cultural.

Oportunidades:

- Progressivo reconhecimento do sector cultural na orgânica das autarquias;
- Regionalização dos fundos comunitários do QREN;
- Estímulos ao estabelecimento de parcerias e redes. do QREN;
- Estímulos ao estabelecimento de parcerias e redes.

Debilidades

- Défice crónico do financiamento público central para a cultura;
- Não aproveitamento de sinergias em torno de recursos culturais;
- Fraca cooperação institucional;
- Cooperação casuística e pontual entre agentes culturais.

Riscos:

- Persistência na falta de articulação institucional para definição de políticas integradas;
- Redução do orçamento do Ministério da Cultura;
- Fraca cultura de gestão no sector cultural.



8. OBJECTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROT-OVT

Tendo em conta os seguintes marcos conceptuais:

- As marcas culturais no território como fundamentos da nossa identidade, das nossas heranças, das nossas memórias;
- A cultura como aquilo que nos une, nos diferencia e nos distingue;
- Os elementos e valores culturais como meios privilegiados de qualificar os territórios;
- Relevar e divulgar o que de melhor há em nós e no nosso território;
- Reflexão estratégica sobre as ambições culturais regionais.

Poderemos enunciar como OBJECTIVO para o PROT-OVT:

A salvaguarda, sedimentação, qualificação, valorização e promoção do território e das pessoas com vista ao garante da identidade, ao acréscimo da competitividade territorial e riqueza regional, da inclusão social e da coesão sócio-cultural.

8.1. Uma aposta numa região contadora de histórias e promotora de parcerias: Projectos-Âncora

Tendo em conta os marcos conceptuais referidos, será fundamental a identificação dos projectos-âncora, de base cultural regional que sejam estruturantes, criem sinergias no território, contribuam para a atractividade da região e que orientem a coerência e racionalização dos investimentos públicos.

A Região, ao assumir-se como uma “Região contadora de histórias” (e da História) poderá encontrar aqui um “fio condutor” animador dos diversificados recursos culturais de que dispõe.

A título de exemplo, identificamos desde já alguns dos que poderão ser Projectos-âncora de base cultural, de diversos âmbitos:

REDE INTERNACIONAL:

- Redes Integratio e os Grandes Rios da Europa (Tomar, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Abrantes, Constância, V.N. da Barquinha, Torres Novas, Golegã)
- Instituto Terra e Memória – UNESCO/CYTED/EU – (...)
- Rota do Património Mundial (IPPAR)
- Achados Paleontólogos de Dinossauros (Núcleo Museológico da Lourinhã);
- A Muselização das Linhas de Torres;
- Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (Fundação Batalha de Aljubarrota);
- O Rio Tejo (concurso internacional de ideias – TAGUS- Associação p/ o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior);

• **REDE REGIONAL:**

- Arte em Rede (Associação de Municípios);
- Festa dos Tabuleiros de Tomar (Câmara Municipal de Tomar);
- Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem (desde a segunda metade do Séc. XVIII) (Câmara Municipal de Constância) (relacionar com a mesma Festa em Peniche...);
- Desvio do Tejo no Séc. XVII.

8.2. Potenciar os Recursos Endógenos

8.2.1. O rio Tejo

Considerando que o Rio Tejo tem uma forte preponderância em termos territoriais e que existiu em 2001, no âmbito da criação do Parque do Almourol, a intenção de se implementar um Museu com o Tejo como temática, junta-se algumas notas sobre as potencialidades culturais em torno de um equipamento dessa natureza.

O Rio Tejo é o maior rio da Península Ibérica e decisivo referencial identitário na história de Portugal, eixo estruturante do território e da unificação/concertação regional. Nos seus 8100 Km² de bacia hidrográfica e 1100 Km de comprimento (230 Km em Portugal), o Tejo impõe-se pela riqueza do seu património natural, histórico e cultural.

Ao longo da história, constituiu um marco relevante na penetração de povos e civilizações. Desempenhou a função de linha de defesa dos Lusitanos contra as invasões romanas, no tempo de Viriato e uma linha de pausa no período da reconquista, testemunho visível pelos castelos erguidos nas suas margens (Lisboa, Santarém, Almourol, Abrantes, Belver, Portas do Rodão).

O rio Tejo desempenhou também uma importante função como eixo de desenvolvimento económico (agricultura, pesca, construção naval...) e de unificação (comércio e navegação) da região de Lisboa e Vale do Tejo. Sendo um corredor de intensa actividade comercial, ao longo das suas margens foram-se desenvolvendo importantes portos fluviais e aglomerados urbanos que devido ao tráfego fluvial se foram posicionando economicamente na região. Paralelamente foram-se desenvolvendo numerosas actividades directamente relacionadas com o rio, nomeadamente a actividade de construção naval de barcos tradicionais de pesca e destinados às actividades comerciais.

A preservação das heranças socio-económicas e culturais de toda esta região ribeirinha assume particular importância na medida em que e, em particular, com o desenvolvimento do caminho de ferro, no séc. XIX e o transporte rodoviário de mercadorias no Séc. XX - facilitados pela construção das pontes de Vila Franca de Xira e 25 de Abril - declinou o tráfego fluvial e com ele algumas das actividades e das vivências das populações ribeirinhas.

Numa tematização de base territorial, o Rio Tejo permite um vasto conjunto de potenciais abordagens que se enunciam:

Biofísica

- Geológica
- Fauna (Avifauna e Piscícola)
- Flora

Histórica

- Arqueológica (diferentes ocupações)
- Militar (...invasões francesas...)
- Fluvial e comercial
- Artes marítimas

Patrimonial

- Património edificado
- Influência na religiosidade dos povos ribeirinhos
- Literatura
- Portos fluviais, barcas de passagem, pontes, etc.

Económica

- Azenhas e os moinhos
- Lagares de azeite movidos a água
- A captação
- A água de horas/Os tanques de horas
- O transporte (barcos tradicionais)
- O armazenamento
- As fontes e os chafarizes

Vivências e tradições

- Festas Religiosas
- Artes e ofícios
- Avieiros
- Gastronomia

Integração em rotas internacionais

- "Grandes Rios da Europa"

8.2.2. A associação Arte em Rede

A associação Arte em Rede tem como principais objectivos dinamizar equipamentos culturais, criar oferta cultural de qualidade e formar novos públicos.

Criada em 2003, esta associação como já foi supra referido é uma associação que pretende melhorar e qualificar a prestação de serviços públicos autárquicos na área cultural, bem como melhorar e qualificar as condições de funcionamento do mercado regional de bens e serviços culturais de Lisboa e Vale do Tejo. Devido à sua particular importância e exemplo pioneiro integramos uma breve exposição dos princípios subjacentes à criação desta associação neste relatório.

A Missão da Associação apresenta quatro aspectos relevantes de Governância Cultural com impactos territoriais e nas Dinâmicas sócio-culturais regionais:

- Tem uma natureza integrada procurando responder aos vários desafios que hoje se colocam ao bom funcionamento dos teatros municipais, quer no que respeita à sua missão político-cultural, quer no que respeita aos meios financeiros, técnicos e humanos de que necessitam para prosseguir a sua missão;

- Permite um forte impacto ao nível do desenvolvimento cultural porque promove um acréscimo de frequentadores e espectadores nos teatros e pretende numa fase posterior promover a articulação com actividades de outras entidades, designadamente bibliotecas, colectividades locais, etc.. Por outro lado, procura criar e fomentar lógicas de mobilidade intra-regional, quer promovendo que os espectadores circulem de uma cidade para outra, quer promovendo que espectáculos ou eventos paradigmáticos circulem de uma sub-região para outra;
- Representa a nível nacional, no seio de uma entidade jurídica criada para esse efeito, o início da realização regular de programação em rede contribuindo assim para o nascimento de projectos em parceria na área cultural e constituindo-se, entre outros factores relevantes, como um veículo relevante para a fruição pública de espectáculos por parte das populações;
- Sedimenta o “saber fazer” local ao nível da gestão cultural de equipamentos complexos, porque apresenta uma forte componente pedagógica, por um lado, porque é um dos objectivos que a prazo cada Teatro terá que ter o seu próprio programador/responsável artístico, constituindo-se a associação, no futuro, apenas um parceiro complementar e portador de mais valias e sinergias aos seus membros mas não se substituirá nessas funções, por outro lado, a elaboração da programação obedece a padrões mínimos de qualidade e uma forte aposta na formação/consolidação de públicos.
- Os projectos a desenvolver no âmbito da Associação contribuem assim para:
 - O reforço da cultura como factor de desenvolvimento;
 - A promoção de um maior equilíbrio espacial no acesso à cultura como um importante objectivo de médio e longo prazo;
 - A operacionalização da cooperação e de desenvolvimento de parcerias, bem como de inserção na dinâmica global da vida das cidades e que como tal procurará fomentar sinergias e articulações entre agentes culturais, económicos, sociais, políticos, etc..;
 - A contribuição para a diversificação dos factores de atracção turística de cada localidade onde se realização eventos culturais;
 - A sustentabilidade futura dos Teatros envolvidos, através da sua inclusão (programação/gestão/manutenção, etc.) no programa anual de actividades das diversas autarquias que integram a associação.

Como comentário final importa referir o carácter pioneiro do projecto, bem como o facto de se caracterizar pela notabilidade da forma como foi criado numa lógica de parcerias entre municípios assente na existência de uma entidade jurídico-organizacional específica, situação que desde logo concorre para a sua sustentabilidade futura.

8.3. Instrumentos de Gestão Patrimonial e Territorial

Com exemplo de como as novas tecnologias são relevantes na gestão patrimonial e territorial, referimos, neste ponto, o trabalho que foi e está a ser desenvolvido, pelos organismos da Administração Central - Instituto Português do Património Arquitectónico, Instituto Português de Arqueologia e Direcção Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais no que respeita à inventariação do Património Cultural em Portugal e que constam das suas Base de Dados.

Especificamente no que respeita à Digitalização e Georeferenciação do Património Histórico-Cultural (instrumentos de gestão fundamentais como suporte à explicitação de políticas e implementação de projectos no espaço territorial) as componentes que estão a ser desenvolvidas pelo Instituto Português do Património Arquitectónico são:

Digitalização

- Digitalização de imóveis;
- Digitalização de Zonas de protecção;
- Digitalização de Zonas especiais de protecção e áreas non aedificandi.

Geo-referenciação

- Mapas de centros históricos disponibilizados no site;
- Imóveis geo-referenciados;
- Zonas de protecção geo-referenciadas;
- Zonas especiais de protecção e áreas non aedificandi geo-referenciadas.

PARTE II – TURISMO E LAZER – SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA / CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO

9. PLANOS E ESTRATÉGIAS NACIONAIS

9.1. O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)

O Plano Estratégico Nacional de Turismo – PENT - encontra-se em elaboração, prevendo-se a sua apresentação brevemente, e tem por objecto “Construir a Visão 2006 / 2015 para o Turismo Nacional”. Do PENT, e com particular enfoque para a Região OVT, destacam-se os seguintes aspectos:

- Turismo - alavanca chave para o desenvolvimento do país, oportunidades proporcionadas pelo crescimento do sector a nível mundial;
- Crescimento de turistas - crescimento média anual de turistas de 3,7%, em linha com o crescimento mundial (>4,1%), alcançando os cerca de 17,000 milhares em 2015;
- Crescimento da receita - com um crescimento médio anual de 6%;
- Aposta em dez produtos estratégicos:
 - 5 de crescimento elevado – City/Short Break, Náutico, Golfe, Residencial e Gastronomia e Vinhos;
 - 5 de crescimento moderado Sol e Mar – Sol e Mar, Touring Cultural e Paisagístico, de Natureza, MICE e Saúde e Bem Estar.
- Desenvolvimento de **novos pólos de atracção turística**, embora considere que em todo o território nacional seja possível o desenvolvimento turístico:
 - Alqueva;
 - Litoral Alentejano;
 - Oeste;
 - Douro;
 - Serra da Estrela;
 - Porto Santo;

Açores.

Aposta em 10 produtos estratégicos / Prioridades

Região	Prioridade	Produto
Porto e Norte	1ª	Touring cultural e paisagístico, Gastronomia e Vinhos, Turismo de Natureza
	2ª	Saúde e Bem Estar, City / Short Break, MICE
	3ª	Turismo Náutico
	Of. Compl.	Golfe
Centro	1ª	Touring cultural e paisagístico
	2ª	Turismo de Natureza
	3ª	Turismo Náutico
Lisboa	1ª	City / Short Break, MICE, Golfe, Turismo Náutico, Touring cultural e paisagístico
	2ª	Sol e Mar, Saúde e Bem Estar, Turismo de Natureza Turismo Residencial
	3ª	Gastronomia e Vinhos
Alentejo	1ª	Touring cultural e paisagístico, Sol e Mar, Turismo Residencial
	2ª	Saúde e Bem Estar, Gastronomia e Vinhos, Golfe
	3ª	Turismo de Natureza, Turismo Náutico
Algarve	1ª	Sol e Mar, Golfe, Turismo Náutico, Turismo Residencial
	2ª	Saúde e Bem Estar, MICE
	3ª	Touring cultural e paisagístico
	Of. Compl	Gastronomia e Vinhos, Turismo de Natureza

Em termos de enquadramento territorial, a Sub-região Oeste Vale do Tejo está integrada fundamentalmente nas dinâmicas da Região de Lisboa, pelo que será esta a enquadrar em termos estratégicos para o turismo e lazer a área de intervenção do PROT OVT.

9.2. O programa nacional da política do ordenamento do território (PNPOT)

9.2.1. Contexto e Opções Estratégicas

Região de Lisboa e Vale do Tejo

- **Contexto estratégico**

" (...) A esta Região, em particular ao seu núcleo central (a AML) caberá o papel mais determinante na organização do território nacional, sendo particularmente relevantes os seguintes elementos estratégicos: (...) - A Área Metropolitana de Lisboa dispõe de condições naturais singulares que lhe dão vantagens em termos de acessibilidade internacional e são importantes trunfos na atractividade internacional de actividades, eventos e fluxos turísticos (...).

As estratégias concorrenciais de ocupação do solo têm gerado disfunções ambientais, comprometendo a qualidade e a sustentabilidade dos ecossistemas. As oportunidades de desenvolvimento turístico vêm fazendo surgir projectos imobiliários / turísticos que pressionam fortemente algumas áreas de grande valia ambiental e agrícola. (...)"

- **Opções Estratégicas territoriais**

"(...) Afirmar a Região como destino turístico internacional, criando e qualificando as redes de equipamentos de iniciativa pública e reunindo as condições, em particular a nível do planeamento do território, para a concretização dos projectos privados de qualidade;
(...) Requalificar os estuários do Tejo e Sado e as frentes ribeirinhas urbanas e proteger a orla costeira; (...)."

Os Espaços da Região – Ribatejo e Oeste

- **"Contexto**

Este espaço é constituído pelas NUTS do Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo, que terão na relação com a AML o principal elemento determinante do seu desenvolvimento;

O Oeste e a Lezíria estão plenamente integrados nas lógicas de estruturação funcional da região metropolitana de Lisboa, participando nos diversos processos de reestruturação interna, e constituem a área de expansão natural da AML e as alternativas de localização metropolitana de infra-estruturas, equipamentos e actividades. (...);

(...) Os cenários apontam para que a indústria continue a ser relevante no crescimento destas sub-regiões;

(...) O Médio Tejo tem uma clara especialização industrial (...). Deverão ser os serviços a constituir o principal dinamizador do desenvolvimento, com relevo para o turismo, transportes e funções logísticas;

O conjunto destes territórios é, tradicionalmente, estruturado por dois grandes eixos radioconcêntricos convergindo em Lisboa. (...) Contudo, verifica-se que a tradicional separação pelo sistema montanhoso Montejunto / Aires / Candeeiros tende a atenuar-se com as novas acessibilidades transversais A15/1C10/IC11 e IC9, criando oportunidades para reforço das interdependências entre o sistema urbano do Oeste, Rio Maior e o eixo Santarém / Vila Franca de Xira;

(...) O Ribatejo e o Oeste, com destaque para a Lezíria, são a maior área da agricultura mercantil mais dinâmica e competitiva do país. O Oeste, para além da importante produção agrícola, sobretudo de fruta e hortícolas, é uma das maiores concentrações de pecuária sem terra. Destes factos decorrem, por um lado, a necessidade de preservar os solos agrícolas da pressão de urbanização – residencial, turística e empresarial – e, por outro, importantes problemas de natureza ambiental.

A mais valia do património natural, algum integrado em espaços protegidos, o património histórico e os locais de culto religioso são factores em que se pode apoiar um segmento turístico dinâmico e qualificado. (...).

- **Opções para o Desenvolvimento do território**

(...) Estruturar o sistema urbano sub-regional, articulando e dando coerência a quatro subsistemas:

O eixo Torres Vedras – Caldas da Rainha – Alcobaça;

O eixo Vila Franca de Xira – Carregado / Azambuja – Cartaxo – Santarém;

O eixo Almeirim / Santarém – Rio Maior – Caldas da Rainha;

E o polígono Tomar – Torres Novas – Entroncamento – Abrantes;

(...) Preservar a competitividade da agricultura e das explorações agrícolas, nomeadamente protegendo os respectivos solos das pressões de urbanização e de valorizações especulativas;

Definir um modelo sustentável de desenvolvimento turístico tirando partido das singulares condições naturais do Oeste, do Tejo requalificado e da rede urbana valorizada e criar condições, sobretudo antecipando os instrumentos de ordenamento do território, para a viabilização das iniciativas privadas neste domínio;

Implementar as infra-estruturas ambientais que minimizem as agressões das actividades económicas, em particular sobre os recursos hídricos;

Promover a valorização das paisagens e dos enquadramentos cénicos enquanto traço de identidade e de qualificação de cada uma das sub-regiões, em particular protegendo-a das agressões da urbanização e da edificação dispersa e da deposição incontrollada de detritos e entulhos;

Reforçar a protecção do património natural – água, floresta, espaços naturais protegidos;

Estimular o surgimento de redes de valorização do património histórico, cultural (material e imaterial) e natural”.

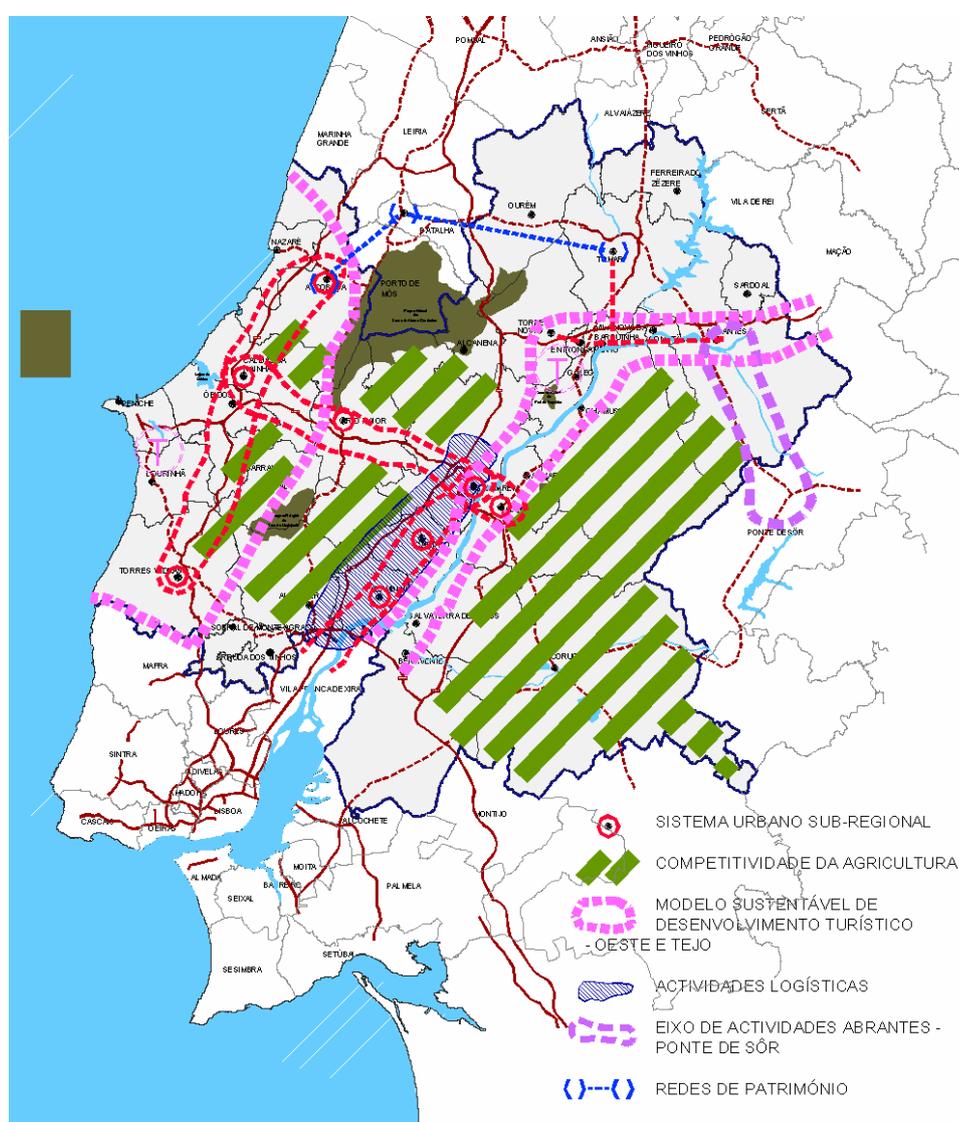


FIGURA 1 - INTERPRETAÇÃO TERRITORIAL DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PNPOT

9.3. As Regiões de Turismo do Oeste, Leiria/Fátima, Templários e Ribatejo

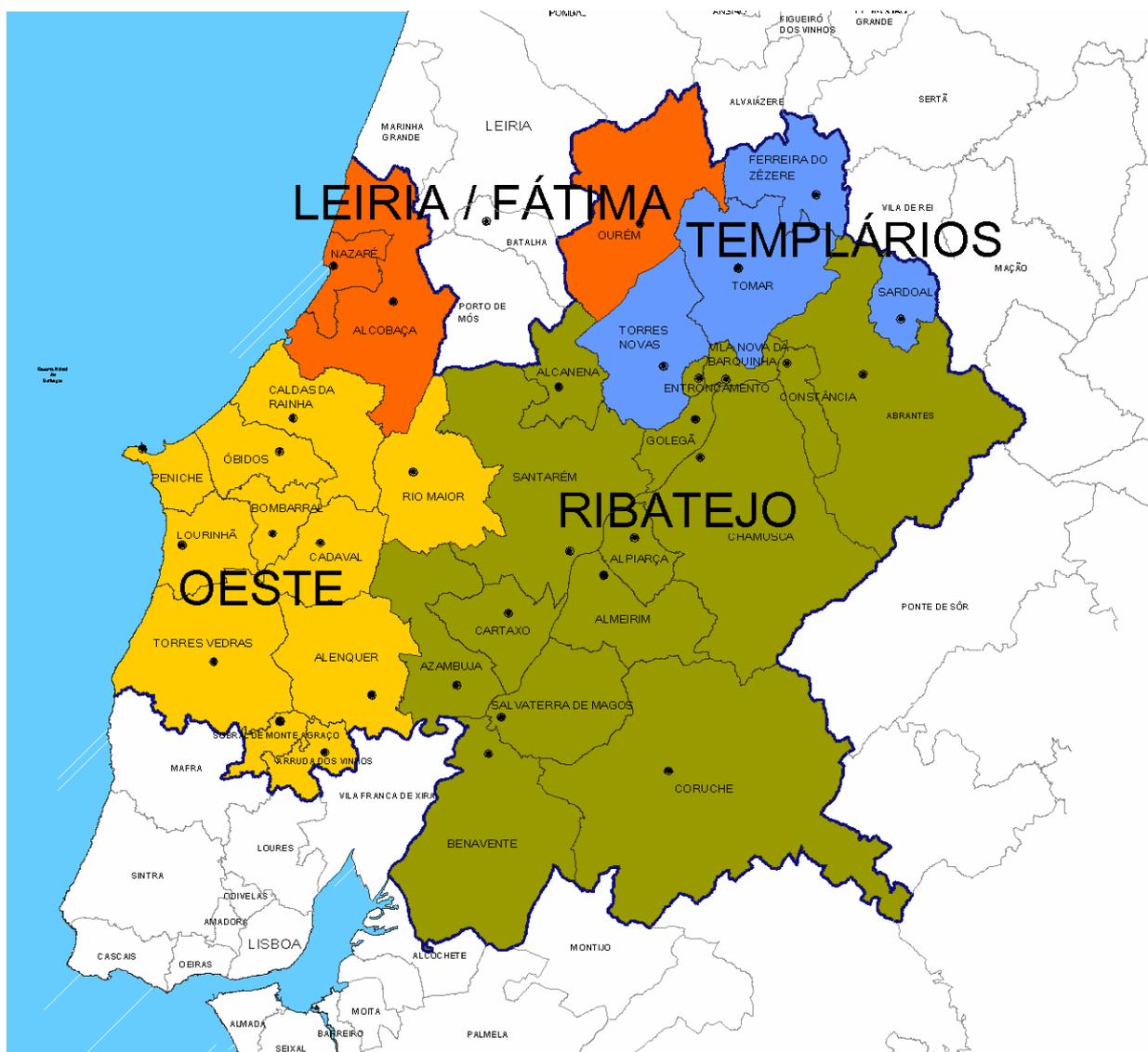


FIGURA 2 - REGIÕES DE TURISMO



10. ENQUADRAMENTO TURÍSTICO

10.1. Conceitos

Na análise de enfoque territorial sobre o Turismo e o Lazer, nomeadamente no que respeita à oferta distinguimos:

Turista – Indivíduo que se desloca a um lugar diferente da sua residência habitual e permanece pelo menos uma noite no lugar visitado, num alojamento turístico.

Visitante – Indivíduo que se desloca a um lugar diferente da sua residência habitual, mas não pernoita no lugar visitado.

Alojamento Turístico – o conjunto das diversas modalidades classificadas como tal, englobando:

- Empreendimentos Turísticos
 - Estabelecimentos Hoteleiros
 - Meios Complementares de Alojamento
 - Aldeamentos Turísticos
 - Apartamentos Turísticos
 - Moradias Turísticas
- Parques de Campismo (PC)
- Turismo em Espaço Rural (TER)
- Colónias de Férias (CF)
- Pousadas da Juventude (PJ)

Alojamento Hoteleiro – o classificado como estabelecimento hoteleiro que inclui:

Hotel, Hotel Apartamento, Motel, Pousada, Estalagem, Albergaria.

Residência Secundária (Alojamento Residencial de Lazer)

Alojamento de uso sazonal ou secundário: alojamento familiar ocupado que é utilizado periodicamente e onde ninguém tem a sua residência habitual.

Taxa da Função Residencial Secundária – relação entre os alojamentos de uso sazonal e alojamento uso habitual x 100.

Turismo Residencial – Oferta de alojamento de residência secundária, associada a serviços prestados, e a uma gestão integrada global.

Alojamento Total – o conjunto da oferta de alojamento turístico e residencial secundário.

Produtos Turísticos – Produtos que são mobilizadores da deslocação para o destino;

Oferta Complementar – o conjunto de actividades que não sendo mobilizadores da deslocação, são completamente “consumíveis in situ”, sendo por vezes determinantes da distinção de um destino (Restauração, Serviços, Feiras, etc.).

Centralidade Urbano – Turística – aglomerado urbano que oferece funções de serviço / e de oferta complementar aos turistas de um determinado território.

Destino Turístico – território que oferece um conjunto diversificado de atracções de produtos e oferta complementar, sendo a principal forma de alojamento o classificado como turístico.

Destino Lazer – território que oferece um conjunto diversificado de actividades de Lazer (desportivos, culturais, etc.) e onde a forma de alojamento dominante, quando existe, é a residência secundária.

Destino Turístico e de Lazer – Território que oferece um conjunto diversificado de atracções, sendo as formas de alojamento as classificadas como alojamento turístico e a residência secundária, em proporções diversas.

10.2. Enquadramento

10.2.1. Alojamento Turístico

Portugal Continental dispunha, em 2005, de 415. 489 camas, distribuídas pelas diversas modalidades de alojamento. Em termos de distribuição territorial o Algarve destaca-se, seguido das regiões do Centro e Lisboa. Não é possível com a presente divisão de Regiões situar claramente o Oeste e Vale Tejo, distribuindo-se esta Sub-região pelo Centro e Alentejo, embora com forte e directa influência da Área Metropolitana de Lisboa.

Região	2004		2005		Var. 04/05
	Camas	%	Camas	%	
NORTE	51.798	15,4	54.604	15,8	5,4
CENTRO	46.772	13,9	47.606	13,8	1,8
LISBOA	75.354	22,4	78.762	22,9	4,5
ALENTEJO	21.917	6,5	22.575	6,6	3,0
ALGARVE	140.323	41,7	141.006	40,9	0,5
CONTINENTE	336.164	100,0	344.553	100,0	2,5

Fonte: DGT

QUADRO 17 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO, POR REGIÕES (2004/2005)

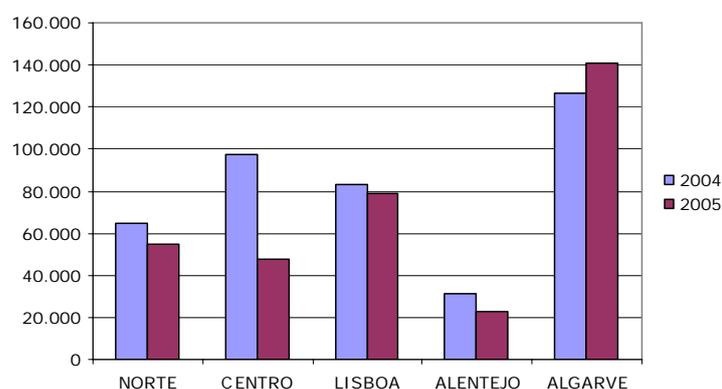


GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO ALOJAMENTO TURÍSTICO, POR REGIÕES (2004/2005)

No Continente a capacidade de alojamento turístico cresceu 3%, tendo sido a Região Norte a que mais cresceu no último ano.

No que respeita à estrutura da oferta no continente e por regiões, verifica-se que as modalidades de Parque de Campismo e Estabelecimentos Hoteleiros concentram 84,1% da capacidade global da oferta de alojamento turística instalada. De relevar:

- A pouca expressão do Turismo Rural na oferta global;
- O relativo pouco peso da tipologia Aldeamento / Apartamentos Turísticos;
- A importância quantitativa do Campismo, 41,5%.

Região	Estab. Hoteleiros*		Aldea./Apart. Moradia T.		Parques Campismo		Turis. Espaço Rural - TER		Colónias Férias		Pousadas Juventude		TOTAL	
	Camas	%	Camas	%	Camas	%	Camas	%	Camas	%	Camas	%	Camas	%
NORTE	32.182	57,5	2.680	4,8	14.978	26,8	4.764	8,5	695	1,2	683	1,2	55.982	100,0
CENTRO	20.994	41,6	1.637	3,2	23.080	45,7	1.895	3,8	2.153	4,3	740	1,5	50.499	100,0
LISBOA	51.599	64,1	4.954	6,2	21.097	26,2	1.112	1,4	983	1,2	692	0,9	80.437	100,0
ALENTEJO	8.191	36,0	1.161	5,1	11.390	50,0	1.833	8,1	0	0,0	183	0,8	22.758	100,0
ALGARVE	46.818	33,1	71.263	50,5	22.530	16,0	395	0,3	0	0,0	236	0,2	141.242	100,0
CONTINENTE	159.784	45,5	81.695	23,3	93.075	26,5	9.999	2,8	3.831	1,1	2.534	0,7	350.918	100,0

Fonte: INE

QUADRO 18 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO, POR REGIÕES E TIPOLOGIA DE ALOJAMENTO (2005)

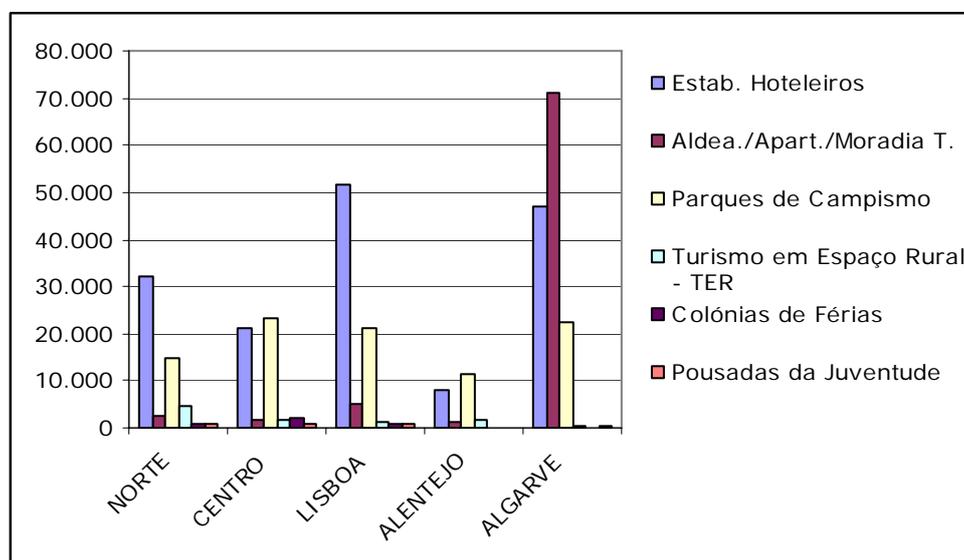


GRÁFICO 2 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO, POR REGIÕES E TIPOLOGIA DE ALOJAMENTO (2005)

A estrutura da oferta não se distribui territorialmente de forma homogênea pelas regiões consideradas. Assim, destacam-se os seguintes aspectos:

- O Algarve apresenta o maior peso de oferta das tipologias Aldeamentos e Apartamentos Turísticos, que praticamente não têm peso nas restantes regiões;
- As Regiões de Lisboa, seguida da do Norte são as que apresentam um maior peso de estabelecimentos hoteleiros na estrutura das respectivas ofertas;
- O Campismo tem particular peso na estrutura da oferta do Alentejo e Centro;
- O Turismo rural tem maior expressão na estrutura de oferta das regiões Norte e Alentejo.

No mesmo ano tiveram lugar em Portugal Continental 36.759,6 milhares de dormidas, sendo 45,4 % de portugueses e 54,6% de estrangeiros (repartição semelhante a Espanha, com 43,3% de dormidas de nacionais -2005).

	Estab. Hoteleiros*		Aldea./Apart. Moradia T.		Parques Campismo		Turis. Espaço Rural - TER		Colónias Férias		Pousadas Juventude		TOTAL	
	Dormidas	%	Dormidas	%	Dormidas	%	Dormidas	%	Dormidas	%	Dormidas	%	Dormidas	%
Portugueses	8.306	49,8	2.056	12,3	5.198	31,2	217	1,3	654	3,9	254	1,5	16.685	100,0
Estrangeiros	12.459	62,1	5.926	29,5	1.348	6,7	191	0,9	21	0,1	130	0,6	20.075	100,0
Continente	20.765	56,5	7.982	21,7	6.546	17,8	408	1,1	675	1,8	384	1,0	36.760	100,0

Fonte: INE

QUADRO 19 - DORMIDAS EM ALOJAMENTO TURÍSTICO, NO CONTINENTE POR TIPOLOGIA DE ALOJAMENTO (2005)

As preferências dos portugueses vão para os estabelecimentos hoteleiros, seguida dos parques de campismo. Os estrangeiros preferem também os estabelecimentos hoteleiros, seguidos dos aldeamentos / apartamentos e parques de campismo.

De relevar que cerca de 22% do total das dormidas refere-se às modalidades de alojamento mais informais, sendo que o Turismo em Espaço Rural constitui a modalidade de alojamento com menor peso, a para das pousadas de Juventude.

O peso das dormidas no Continente em estabelecimentos hoteleiros baixou de 60,3% (2004) para 56,5%, (em Espanha correspondem a 69,3%, 2005), em detrimento do alojamento em Aldeamentos e Apartamentos turísticos (17,7%, 2004).

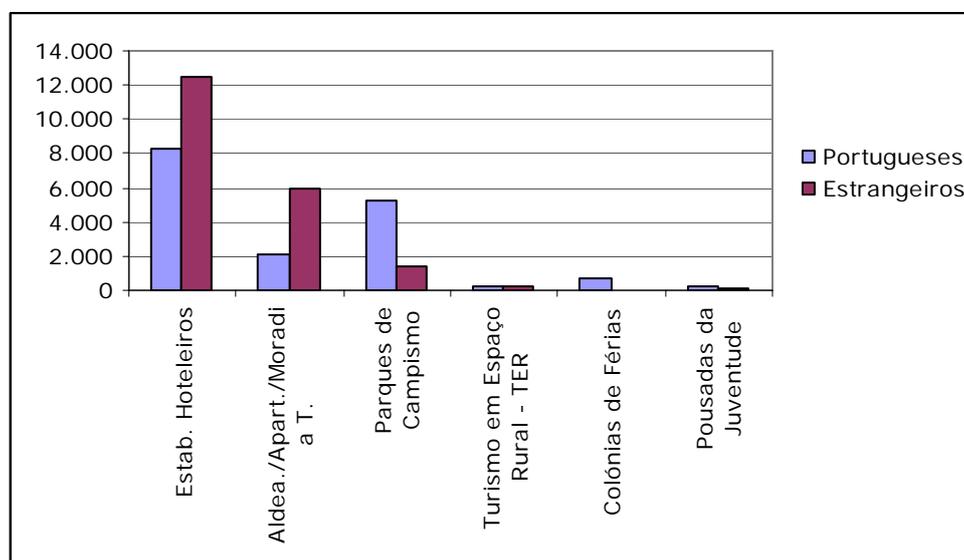


GRÁFICO 3 - DORMIDAS EM ALOJAMENTO TURÍSTICO, NO CONTINENTE POR TIPOLOGIA DE ALOJAMENTO (2005)

A Estada Média no Continente é maior na modalidade Campismo, distorcida pela deficiente gestão de ocupação de muitos dos parques. Nos Empreendimentos turísticos ronda as duas noites, destacando-se o Algarve com 5,3 noite.

As taxas de ocupação são mais elevadas nos Empreendimentos Turísticos. No TER, as mais elevadas referem-se às Regiões da Madeira, Algarve e Lisboa, com 29,2%, 22,6% e 22,1% respectivamente, apesar de representarem apenas 10% da oferta total.

Região	Estab. Hoteleiros /Aldea./Apart./Moradia T.		Parques Campismo		Turis. Espaço Rural - TER		Colónias Férias		Pousadas Juventude	
	EM	TO	EM	TO	EM	TO	EM	TM	EM	TO
NORTE	1,8	28,0	3,6				4,6		1,6	
CENTRO	1,9	26,9	4,7				5,2		1,5	
LISBOA	2,2	41,6	2,8				2,6		2,0	
ALENTEJO	1,6	28,8	4,0				-		-	
ALGARVE	5,3	42,5	5,7				-		2,5	
CONTINENTE	2,8	37,0	4,2			13,6*	4,1		1,8	

Fonte: INE

**EM - Estada Média e TO - Taxa de Ocupação

QUADRO 20 - ESTADA MÉDIA E TAXAS DE OCUPAÇÃO, POR REGIÕES E TIPOLOGIA DE ALOJAMENTO (2005)

10.2.2. Alojamento residencial de lazer – residência secundária

A residência secundária (de usos sazonal, conforme os Censos) é a principal tipologia de alojamento para o lazer. Como noutros países do Sul da Europa, o fenómeno da Residência Secundária (RS) apresenta uma tendência de crescimento, claramente associada à melhoria das condições de vida. Assim, conforme quadro junto, verificamos que em Portugal a R.S. cresceu 41,4 % na década de 90. Em Espanha no mesmo período a R.S. cresceu 53,9%, sendo que entre 81/91 tinha aumentado 138,6%.

O crescimento foi mais significativo nas Regiões do Alentejo, 68,8%, Algarve e do Norte. O Oeste Vale Tejo cresceu 35%, abaixo da média nacional.

Região	Alojamento Secundário 2001	Var. 91/01	Alojamento Habitual 2001	Var. 91/01	Taxa da Função Residencial Secundária 1991*	Taxa da Função Residencial Secundária 2001**
OESTE	33.621	39,0	102.967	16,8	27,4	32,6
LEIRIA / FÁTIMA	16.999	41,9	40.692	14,7	33,8	41,7
TEMPLÁRIOS	12.655	31,5	40.745	8,8	25,7	31,1
RIBATEJO	19.249	26,3	105.130	8,4	15,7	18,3
OESTE / RIBATEJO	82.524	35,2	289.534	12,2	23,6	29,0
LISBOA	161.802	22,0	970.762	17,2	16,0	16,7
NORTE	255.800	49,4	1.182.065	20,7	17,5	21,6
CENTRO	223.400	35,6	625.652	12,2	29,5	35,7
ALENTEJO	67.559	68,8	198.495	-3,2	19,5	34,0
ALGARVE	106.195	63,0	144.040	24,9	56,5	73,7
CONTINENTE	897.280	41,4	3.410.548	16,5	21,7	26,3
AÇORES	14.311	4,5	69.142	11,2	22,0	20,7
MADEIRA	12.828	21,3	71.539	13,3	16,7	17,9

Fonte: INE

* Número de Alojamentos Sazonais / Número de Alojamentos Habituais x 100

** Número de Alojamentos Sazonais / Número de Alojamentos Habituais x 100

QUADRO 21 - EVOLUÇÃO DO ALOJAMENTO SECUNDÁRIO (1991/2001) E TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA, POR REGIÕES

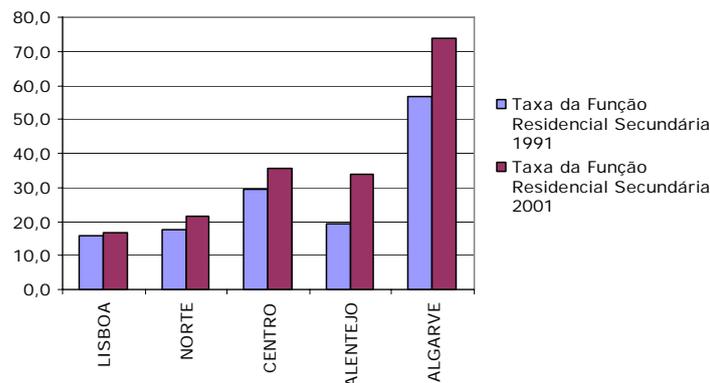


GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA, POR REGIÕES (1991/2001)

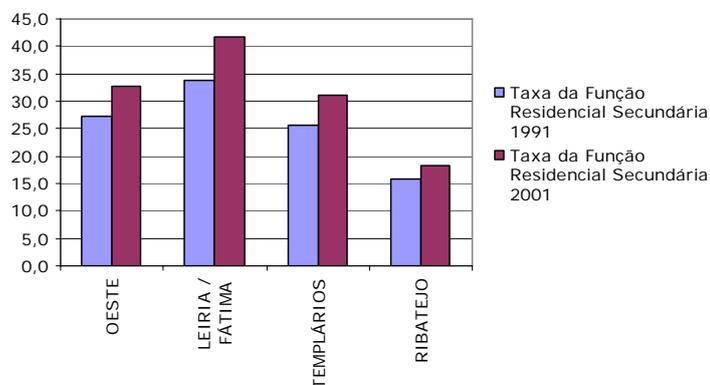


GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DA TAXA RESIDENCIAL SECUNDÁRIA, NO OESTE E VALE DO TEJO (1991/2001)

A taxa da função residencial secundária traduz o peso da residência secundária em relação à residência principal, habitual. Verificamos que, entre 1991 e 2001, existem alterações significativas em algumas regiões. Em Lisboa a taxa é sempre a mais baixa, sendo a do Algarve a mais elevada, com um reforço de 56,5 para 73,7%.

O Oeste e Vale do Tejo apresenta, tanto em 1991, como em 2001, uma taxa superior à média do Continente, com um crescimento superior da residência secundária em relação à residência habitual entre 1991 e 2001.

O menor crescimento do alojamento habitual em relação à média nacional é a razão do aumento da taxa da função residencial secundária naquele período.

TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA 1991

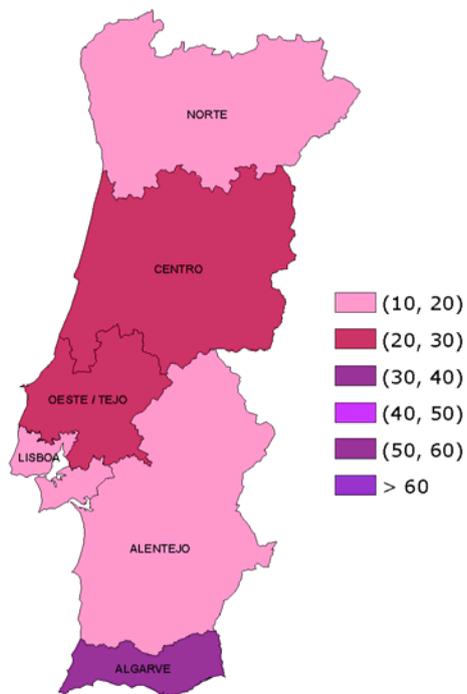


FIGURA 3 - TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (1991)

TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA 2001

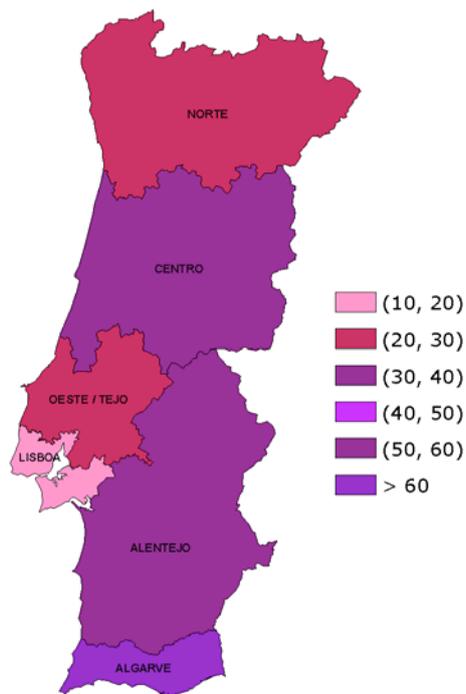


FIGURA 4 - TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (2001)

O Centro, o Alentejo e o Algarve aumentam significativamente o peso da residência secundária em relação à habitual, com crescimento significativo da primeira em relação à segunda, que no caso do Alentejo tem uma variação negativa, entre 1991 e 2001.

Num enfoque à Região de Lisboa e Vale do Tejo, verificamos que as taxas mais elevadas de residência secundária se localizam nos concelhos do Litoral, com maior peso da Área Metropolitana e nos concelhos de Ourém, Tomar e Abrantes, nas áreas de influência da Albufeira de Castelo de Bode, do Tejo e do Zêzere.

O facto da Cidade de Lisboa apresentar os valores mais elevados prende-se com um outro tipo de lazer e consumo cultural, reportando-se a famílias que vivendo habitualmente fora de Lisboa, aí dispõem de uma habitação para uso esporádico ou sazonal.

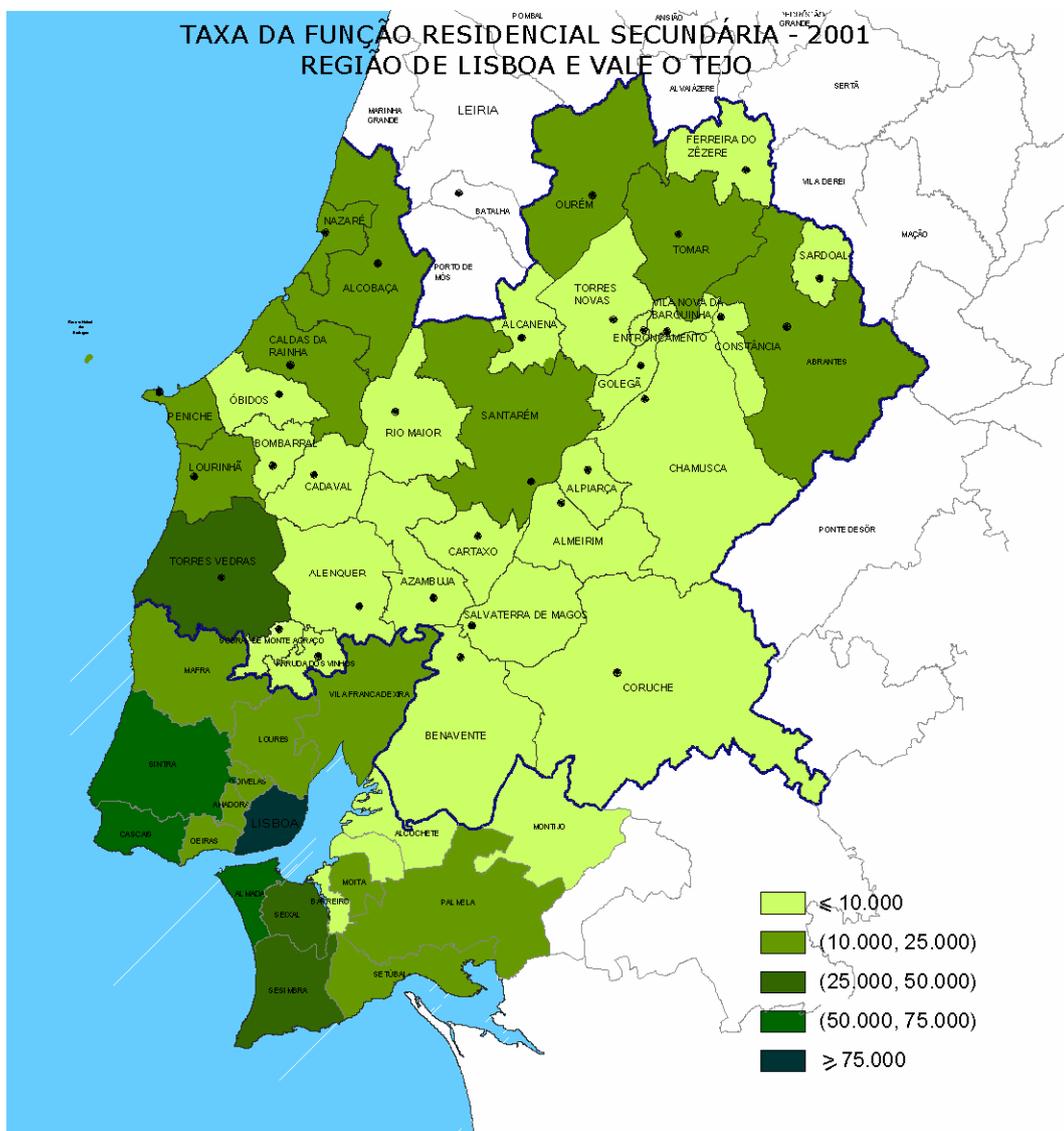


FIGURA 5 - TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA, NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (2001)

10.3. Região de Lisboa e Vale do Tejo – o principal destino turístico e de lazer do país

A Região de Lisboa e Vale do Tejo é o principal Destino Turístico e de Lazer do Continente, atestado pelos seguintes indicadores:

- Maior capacidade total de Alojamento 27.3 % do Continente (quase o dobro da do Algarve 14.4 % do continente),
- 28.4 % da oferta de alojamento turístico do Continente (Algarve 31,3%);
- 31.2 % das dormidas no Continente (Algarve 42.3 %):
- 27.2 % da oferta de alojamento residencial secundário do Continente (Algarve 11,8 %).

Se pressupusermos que à oferta dos diversos tipos de alojamento está associada a diversidade patrimonial e cultural que a capital do País e a Região oferecem, bem como a riqueza natural e paisagística da Região, aliada à “massa critica” que constitui a população residente poderemos dizer que sendo **o Algarve a primeira região turística do País, a Região de Lisboa e Vale do Tejo é a segunda de um ponto de vista estritamente turístico e a primeira se associarmos ao Turismo o Lazer.**

Região	População 2001	Alojamento Habitual 2001	Alojamento Sazonal 2001	Taxa Fun. Resid. Secundária	Alojamento Turístico 2005	% Aloj. Hoteleiro / Aloj. Turístico	Dormidas (milhares) 2005	Total Alojamento
LISBOA E VALE DO TEJO	3.467.483	1.260.296	244.326	19,4	114.873	54,2	11.463	847.851
OESTE E VALE DO TEJO	805.633	289.534	82.524	29,0	30.439	50,3	3.066	278.011
ALGARVE	395.218	144.040	106.195	73,7	131.664	40,1	15.537	450.249
MADEIRA	245.011	71.539	12.828	17,9	29.053	94,7	5.738	67.537
CONTINENTE	9.869.343	3.410.548	897.280	26,3	419.188	42,2	36.763	3.111.028

Fonte: INE

QUADRO 22 - DADOS COMPARATIVOS POR REGIÕES (PRINCIPAIS DESTINOS TURÍSTICOS)

No quadro comparativo entre as regiões que constituem os principais destinos turísticos do País verificámos que a Madeira é um Destino Turístico “por excelência”, com uma oferta de alojamento turístico de 43 % sobre o alojamento total.

Este valor aumentará se considerarmos que grande parte do alojamento de uso sazonal na Região Autónoma da Madeira (construída nos últimos anos) se refere a uma antecipação dos emigrantes, sobretudo dos residentes nos países onde impera alguma instabilidade social e política, podendo tendencialmente, vir a tornar-se residência habitual.

O Algarve, apesar do grande peso da residência secundária, ainda tem 29.2% de alojamento turístico na oferta global enquanto que a Região de Lisboa atinge 13.5 %.

A Região da Madeira destaca-se na tipologia de oferta, com 94,7 % da capacidade de Alojamento Turístico instalada em Alojamento Hoteleiro, seguida de Lisboa com 54.2 %.

No Algarve o peso da hotelaria é de 40.0 %, sendo que aqui os Apartamentos e Aldeamentos têm um peso de 35.8 % na oferta turística global da Região.

A taxa de função residencial secundária é mais elevada no Algarve com 73,7 % e a mais baixa na Madeira.

11. METODOLOGIA DE ABORDAGEM

Para a caracterização do Alojamento, Recursos e Produtos existentes na Região de Oeste e Vale do Tejo elaborámos uma matriz com quatro entradas principais:

Alojamento Turístico e de Lazer, considerando:

- O alojamento turístico, integrando as diversas categorias, aferindo a evolução da capacidade, em número de camas e unidades;
- O alojamento residencial de lazer, ou residência secundária, analisando as suas dinâmicas, que se encontram associadas às dinâmicas demográficas e de alojamento habitual.

Produtos Turísticos, considerando estes com as seguintes características:

- Encontram-se formatados para serem consumidos, e como tal são produtos e não recursos;
- São turísticos, porque o seu consumo surge associado a modalidades de alojamento turístico;
- Consideram-se assim os produtos turísticos os que apresentam capacidade de mobilização de turistas para a deslocação e estadia no local onde se encontram implantados;
- Parte destes produtos turísticos podem ser consumidos, complementarmente, pela população residente, permanente ou secundária.

Actividades de Lazer, entendidas estas como o conjunto de actividades lúdicas, associadas a recursos territoriais específicos, terrestres ou aquáticos, com as seguintes características:

- Encontram-se formatadas para serem consumidas, e como tal poderíamos designá-las como produtos de lazer;
- Dão satisfação às motivações de lazer da população residente, da população que tem na Região a sua segunda residência, e ainda, complementarmente aos turistas da Região;
- Algumas destas actividades podem formatar “eventos” que nesse caso poderão vir a integrar o produto turístico eventos;
- Se associadas a alojamento turístico, poderão captar nichos de mercado turístico.

Oferta Complementar, constitui a oferta, que não sendo o motivo de atracção principal do turista, complementa o produto turístico, constituindo a maior parte das vezes, o factor de diferenciação, no momento da escolha do destino, e tem as seguintes características:

- Encerra os principais vectores identitários da Região;
- Encontra-se mais ou menos formatada, consoante as actividades a que se refere;
- Encerra um enorme potencial de, se trabalhada em rede e rotas, formatar produtos turísticos ou de lazer.

Com base nesta Matriz procurou-se inventariar, da forma mais exaustiva possível, a distribuição territorial dos produtos, recursos, infra-estruturas e actividades associadas ao turismo e ao recreio e lazer, de acordo com as seguintes entradas:

Produtos Turísticos:

- Sol e Praia – Praias Marítimas e Fluviais;
- Golfe;
- MICE – Congressos, Reuniões e Incentivos;
- Eventos;
- Estágios Desportivos;
- Religiosos;
- Turismo de Natureza;
- Turismo Científico;

- Saúde e Bem-estar (referente sobretudo às Termas)
- Touring cultural e paisagístico.

Actividades de Lazer

- Associadas a recursos terrestres:
 - Caça;
 - Karting;
 - Tiro;
 - Hipismo;
 - Aventura;
- Associadas a recursos náuticos:
 - Pesca Desportiva;
 - Mergulho;
 - Surf e Kitesurf;
 - Vela;
 - Canoagem;
 - Ski Náutico;
 - Motonáutica;
 - Náutica de Recreio.

Oferta Complementar

- Património da Humanidade;
- Museus / Teatros;
- Castelos e Fortificações;
- Outro Património Construído;
- Festas / Feiras;
- Gastronomia / Vinhos;
- Animação Cultural;
- Animação Urbana;
- Excursões;
- Touradas.

De salientar que o Produto Turístico “Touring Cultural e Paisagístico” será, possivelmente, a seguir ao Turismo Religioso, o que movimentará mais turistas na Região. Entende-se neste contexto o “Touring cultural e paisagístico”, o que está associado ao turismo cultural, através da visualização do

património e da transmissão da história e cultura locais, e ao território, na perspectiva mais naturalizada, de desfrute dos valores paisagísticos naturais e humanizados.

Neste contexto, o Touring Cultural e Paisagístico constitui um produto que se refere ao conjunto dos elementos / actividades integradas no que designámos por Oferta Complementar, associados estes consumos à estadia em estabelecimentos turísticos.

12. TURISMO E LAZER NO OESTE E VALE DO TEJO

12.1. Alojamento Turístico e de Lazer

12.1.1. Alojamento Turístico

A Sub-Região Oeste e Vale do Tejo dispõe de 27 216 camas²⁶ distribuídas pelas diversas modalidades de alojamento, que são 35,3% da oferta global da Região de Lisboa e Vale do Tejo – 77 097 camas²⁷ (vide Desenho 08 - CAMAS TURÍSTICAS NO OESTE E VALE DO TEJO (DGT – 2006) e Desenho 09 - TOTAL DE CAMAS TURÍSTICAS – INE (2001) E DGT (2006)).

A Região Turística do Oeste a que concentra maior número de estabelecimentos e de camas, com 44,6% da capacidade total, seguida de Leiria / Fátima com 36,3%, do Ribatejo com 13,7% e dos Templários com 5,2%.

A estrutura de alojamento da Sub-Região OVT é idêntica à do Continente, apesar dos estabelecimentos hoteleiros terem aqui um maior peso e os Aldeamentos / Apartamentos Turísticos terem um peso insignificante.

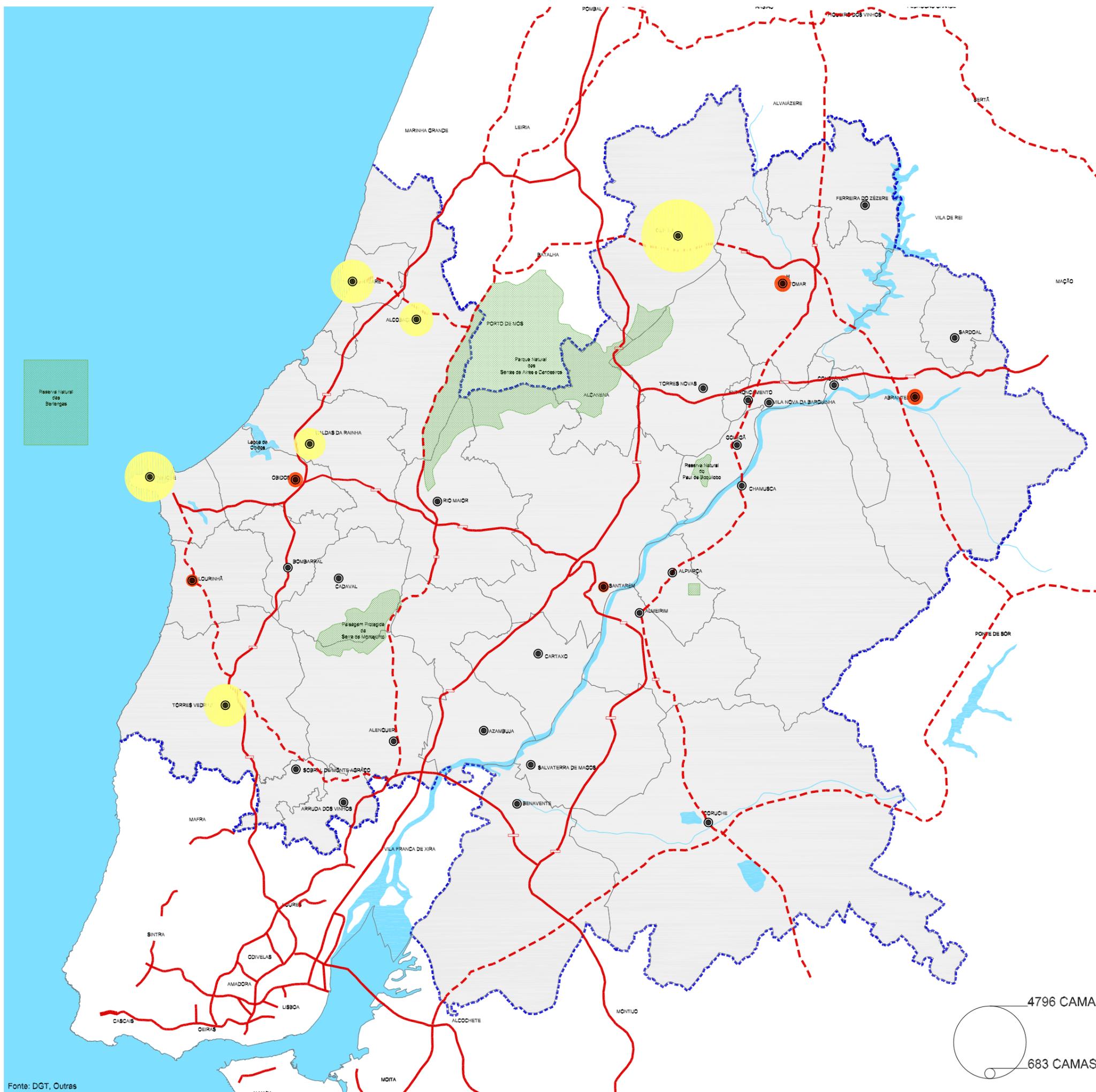
Região	Estabelecimentos Hoteleiros		Ald. / Apart. / Moradia T.		Parques Campismo		Tur. Espaço Rural - TER		Colónias Férias		Pousadas Juventude		Total	
	Camas	%	Camas	%	Camas	%	Camas	%	Camas	%	Camas	%	Camas	%
OESTE	4.513	37,9	492	4,1	6.466	54,3	595	5,0	262	2,2	79	0,7	11.915	100,0
LEIRIA / FÁTIMA	5.966	65,3	764	8,4	2.970	32,5	135	1,5	0	0,0	66	0,7	9.137	100,0
TEMPLÁRIOS	1.002	70,5	18	1,3	265	18,6	154	10,8	0	0,0	0	0,0	1.421	100,0
RIBATEJO	1.681	45,2	9	0,2	1.560	41,9	421	11,3	0	0,0	60	1,6	3.722	100,0
TOTAL	13.162	47,9	1.283	4,7	11.261	41,0	1.305	4,7	262	1,0	205	0,7	27.478	100,0
CONTINENTE	177.104	42,6	50.179	12,1	172.297	41,5	9.727	2,3	3.831	0,9	2.351	0,6	415.489	100,0

Fonte: INE

QUADRO 23 - ESTRUTURA DE ALOJAMENTO TURÍSTICO DO OESTE E VALE DO TEJO, POR REGIÕES TURÍSTICAS (2005)

²⁶ Dados da DGT, acrescidos de outros dados, possivelmente referentes a camas não classificadas, mas colocadas no mercado como tal.

²⁷ Fonte DGT, 2005



TOTAL DE CAMAS TURÍSTICAS (2006) - 27216

OURÉM/FÁTIMA - 4790 camas
com maior capacidade
(entre 4800 e 6000 camas)

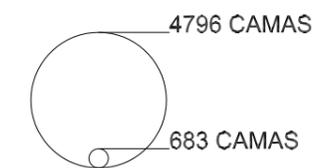
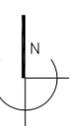
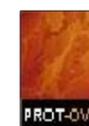
6 CONCELHOS = 19455 CAMAS
71,5 % DA CAPACIDADE TOTAL
OURÉM/FÁTIMA
PENICHE
NAZARÉ
TORRES VEDRAS
ALCOBAÇA
CALDAS DA RAINHA

5 CONCELHOS = 4561 CAMAS
17 % DA CAPACIDADE TOTAL
TOMAR
ABRANTES
ÓBIDOS
LOURINHÃ
SANTARÉM

RESTANTES = 3200 CAMAS
12 % DA CAPACIDADE TOTAL

LEGENDA:

- Concelhos com Camas Turísticas > 2000
- Concelhos com Camas Turísticas entre 500 e 2000



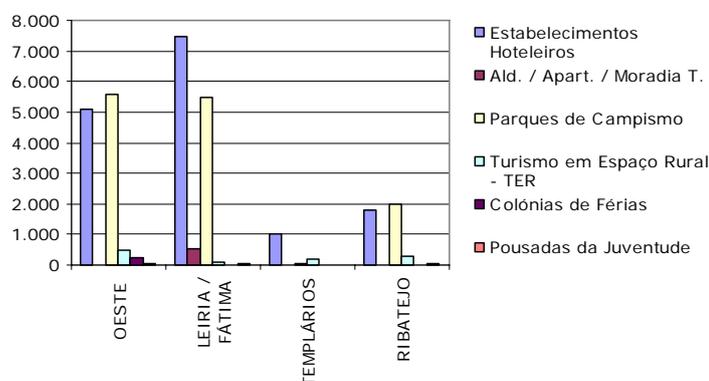


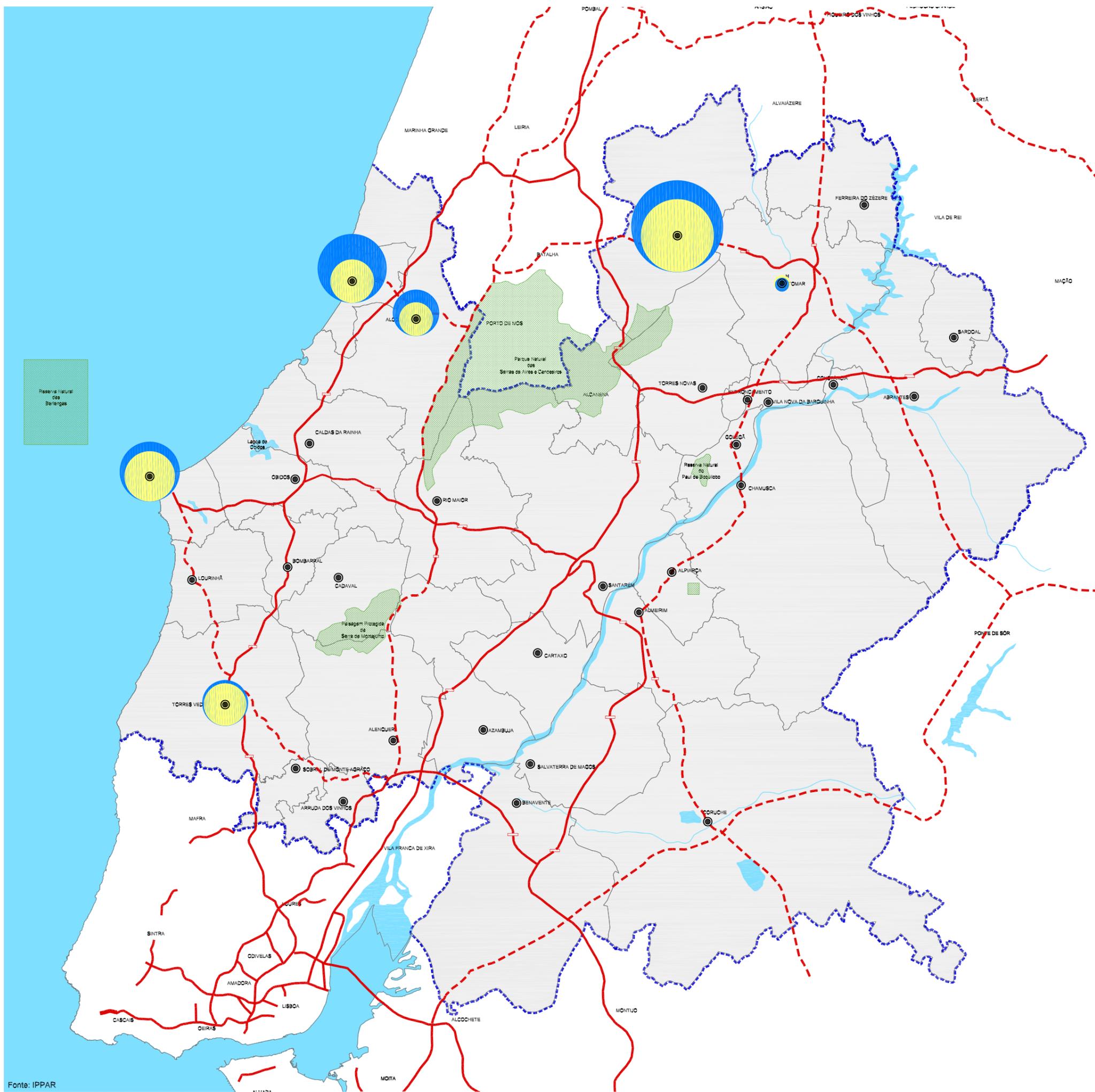
GRÁFICO 6 - ESTRUTURA DE ALOJAMENTO TURÍSTICO DO OESTE E VALE DO TEJO, POR REGIÕES TURÍSTICAS (2005)

De destacar:

- **A importância da concentração da oferta de estabelecimentos hoteleiros em Fátima, o que confirma este Centro Religioso como um destino turístico específico na Região;**
- **A pouca expressão do Ribatejo e a da Região dos Templários na oferta hoteleira regional;**
- **A importância regional do alojamento em parques de campismo, com destaque para o Oeste e Leiria / Fátima, sendo que grande parte desta oferta está implantada no Litoral;**
- **A pouca expressão do Turismo em Espaço Rural (TER) apesar da característica marcadamente rural e agrícola da Região e a existência de numerosas quintas e casa agrícolas com interesse patrimonial e cultural.**

Numa análise mais fina, por concelhos destaca-se:

- Cerca de 34,8% da capacidade de alojamento da Sub-região OVT encontra-se nos concelhos de Ourém e Peniche;
- Os concelhos de Peniche, Ourém, Nazaré e Torres Vedras são os que têm mais camas turísticas entre as 2.500 e 4.000;
- O concelho da capital de Distrito – Santarém tem uma capacidade muito reduzida na Região, inferior a Abrantes, Tomar e Óbidos;



Fonte: IPPAR

TOTAL DE CAMAS TURÍSTICAS:
 INE = 30423
 DGT = 21586
 Diferença de 4771 camas

LEGENDA:
 ■ INE (2005)
 ■ DGT (2006)

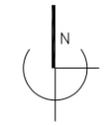
TOTAL DE CAMAS TURÍSTICAS - INE (2005) E DGT (2006)

TURISMO, LAZER E CULTURA 09

BRUNO SOARES arquitectos



MAIO 2007
 Escala 1: 500 000



- Os concelhos com menor capacidade de alojamento, abaixo das 100 camas (50 Quartos) são: Sobral de Monte Agraço, e Arruda dos Vinhos, no Oeste; Ferreira do Zêzere, Sardoal e Entroncamento, nos Templários; e Constância, Vila Nova da Barquinha, Chamusca, Almeirim e Cartaxo no Ribatejo.

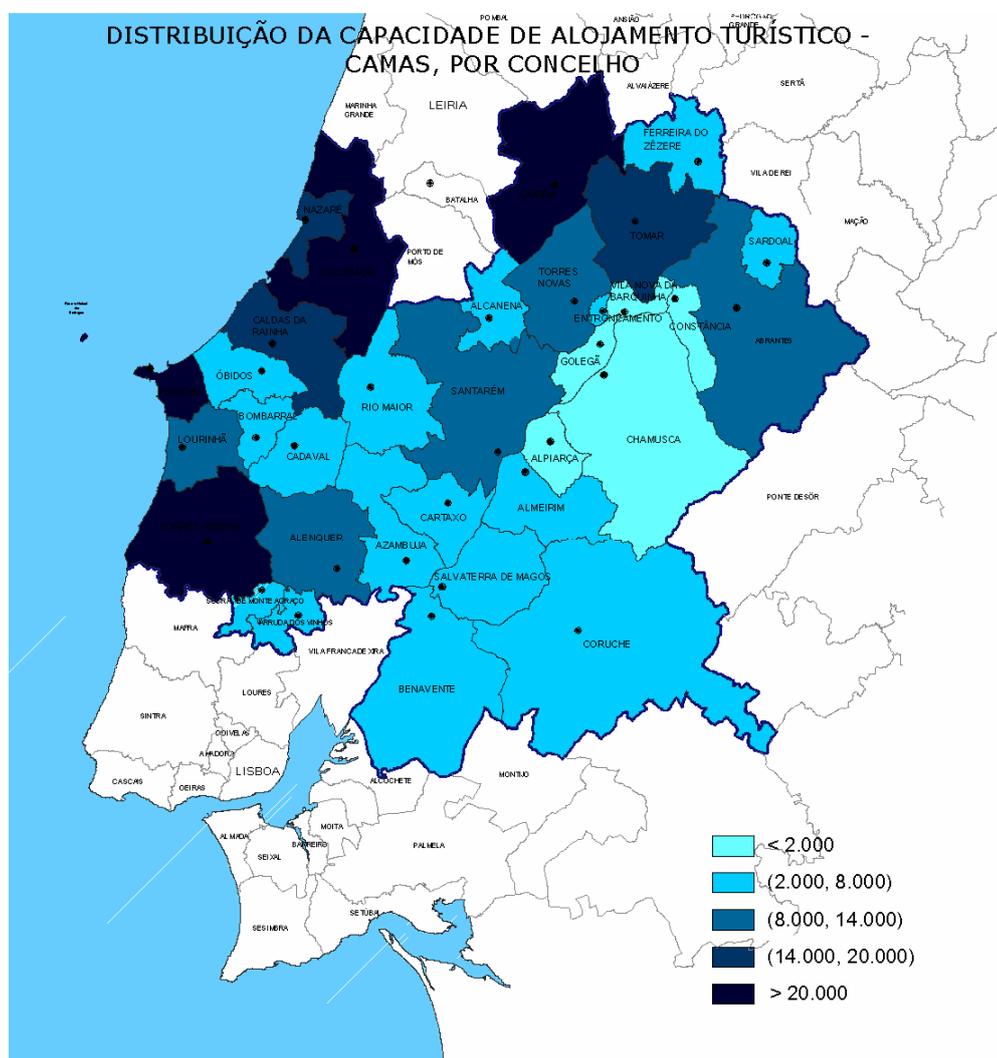


FIGURA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO (CAMAS), POR CONCELHO (2005)

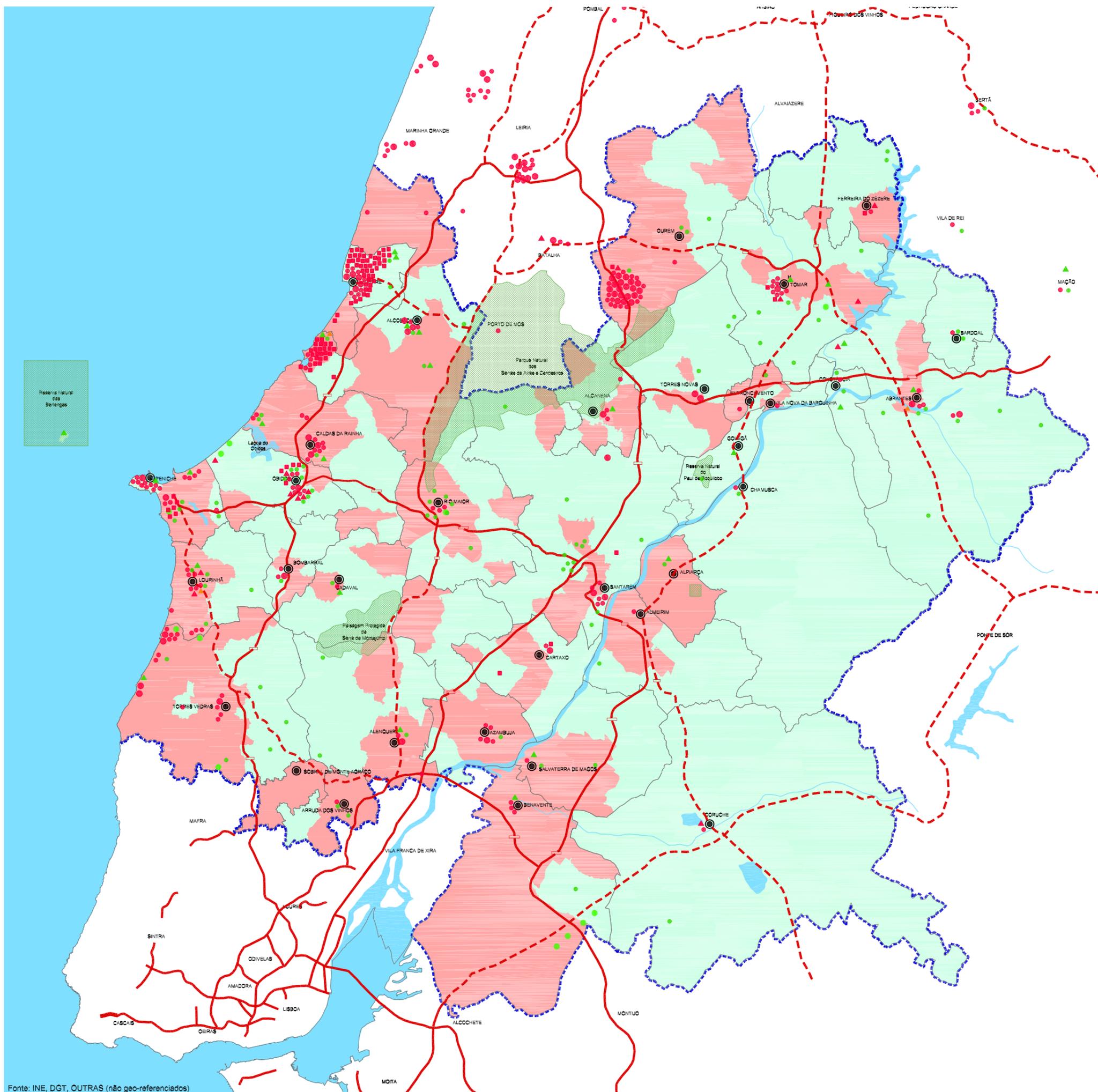
No que respeita à estrutura do alojamento (*vide* Quadro 24 e Desenho 10 –ALOJAMENTO TURÍSTICO EXISTENTE (2006), destacamos:

- A modalidade do Campismo tem maior expressão nos concelhos da Nazaré, Peniche, Alcobaça e Torres Vedras, localizam-se maioritariamente no litoral, com uma função claramente de apoio ao uso balnear interferindo, por vezes, na área da residência secundária;
- Ourém tem uma oferta assente na hotelaria.

REGIÃO	CONCELHO	ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS	M.C.A.T.	T.E.R.	PARQUES DE CAMPISMO	POUSADAS DA JUVENTUDE	COLÓNIAS FÉRIAS	TOTAL CAMAS TURÍSTICAS
OESTE		4513	492	595	6466	79	262	12407
	Caldas da Rainha	998	0	70	1000	0	254	2322
	Óbidos	790	40	128	0	0	0	958
	Peniche	603	452	157	3490	0	0	4702
	Rio Maior	130	0	74	0	0	8	212
	Bombarral	126	0	12	0	0	0	138
	Lourinhã	416	0	36	250	79	0	781
	Cadaval	88	0	10	24	0	0	122
	Torres Vedras	1278	0	36	1470	0	0	2784
	Alenquer	62	0	33	232	0	0	327
	Sobral de Monte Agraço	0	0	18	0	0	0	18
	Arruda dos Vinhos	22	0	21	0	0	0	43
LEIRIA / FÁTIMA		5966	764	135	2970	66	0	9901
	Nazaré	662	530	43	1610	0	0	2845
	Alcobaça	569	216	55	1360	66	0	2266
	Ourém	4735	18	37	0	0	0	4790
TEMPLÁRIOS		1002	18	154	265	0	0	1439
	Ferreira do Zézere	56	6	20	0	0	0	82
	Tomar	701	12	76	265	0	0	1054
	Sardoal	12	0	32	0	0	0	44
	Torres Novas	165	0	26	0	0	0	191
	Entroncamento	68	0	0	0	0	0	68
RIBATEJO		1681	9	421	1560	60	0	3731
	Abrantes	361	0	164	500	60	0	1085
	Constância	14	0	24	60	0	0	98
	Vila Nova da Barquinha	28	0	12	0	0	0	40
	Golegã	0	0	14	210	0	0	224
	Alcanena	142	0	0	200	0	0	342
	Santarém	557	3	123	0	0	0	683
	Chamusca	14	0	10	0	0	0	24
	Alpiarça	0	0	32	140	0	0	172
	Almeirim	76	0	6	0	0	0	82
	Cartaxo	82	6	0	0	0	0	88
	Azambuja	150	0	10	0	0	0	160
	Salvaterra de Magos	30	0	12	250	0	0	292
	Benavente	131	0	6	200	0	0	337
	Coruche	96	0	8	0	0	0	104
TOTAL		13162	1283	1305	11261	205	262	27478

Fonte: DGT e Outros

QUADRO 24 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO, POR REGIÃO TURÍSTICA E CONCELHO (2006)



LEGENDA:

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO 91/01:

- Positivo
- Negativo

EXISTENTE:

ALOJAMENTO TURÍSTICO

- Hotéis, Apart-Hotéis e Motéis
- Albergarias, Pensões, Residências e Hospedarias
- ▲ Pousadas, Estalagens
- Apartamentos, Aldeamentos Turísticos
- TER, TH
- ▲ Parques de Campismo
- ▲ Pousadas da Juventude

GOLFE

- Campos de Golfe

ALOJAMENTO TURÍSTICO EXISTENTE (2006)

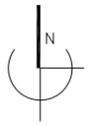
TURISMO, LAZER E CULTURA 10

BRUNO SOARES arquitectos



MAIO 2007

Escala 1: 500 000



Fonte: INE, DGT, OUTRAS (não geo-referenciados)

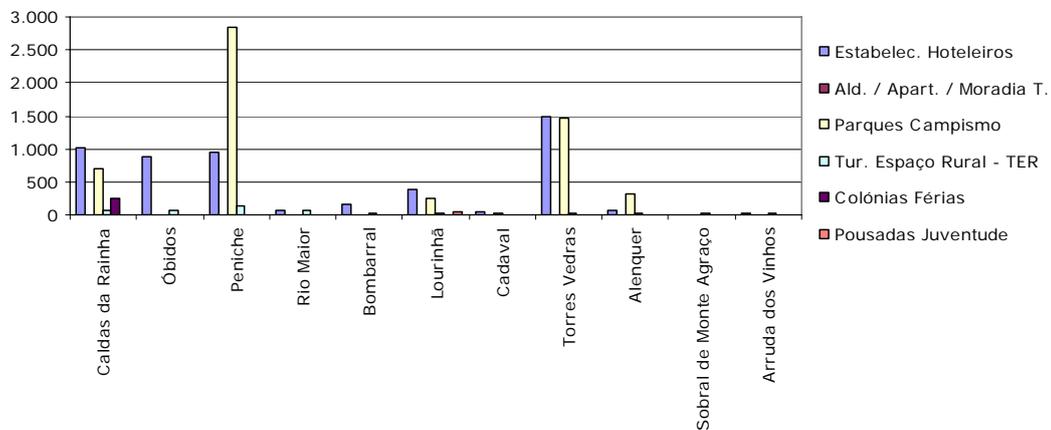


GRÁFICO 7 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO NA REGIÃO TURÍSTICA DO OESTE (2006)

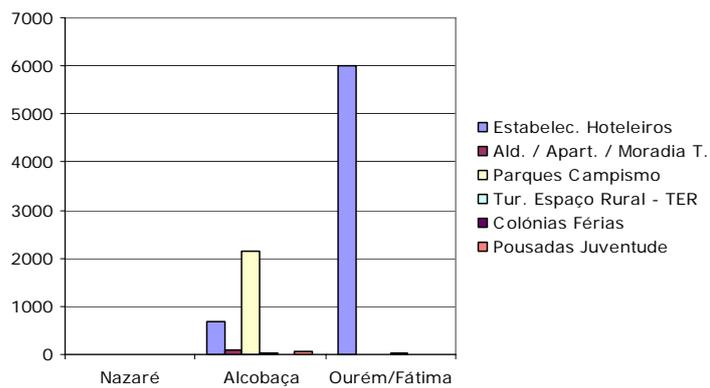


GRÁFICO 8 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO NA REGIÃO TURÍSTICA DE LEIRIA/FÁTIMA (2006)

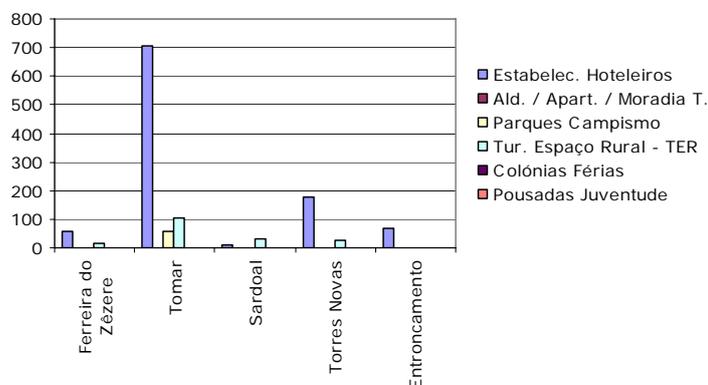


GRÁFICO 9 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO NA REGIÃO TURÍSTICAS DOS TEMPLÁRIOS (2006)

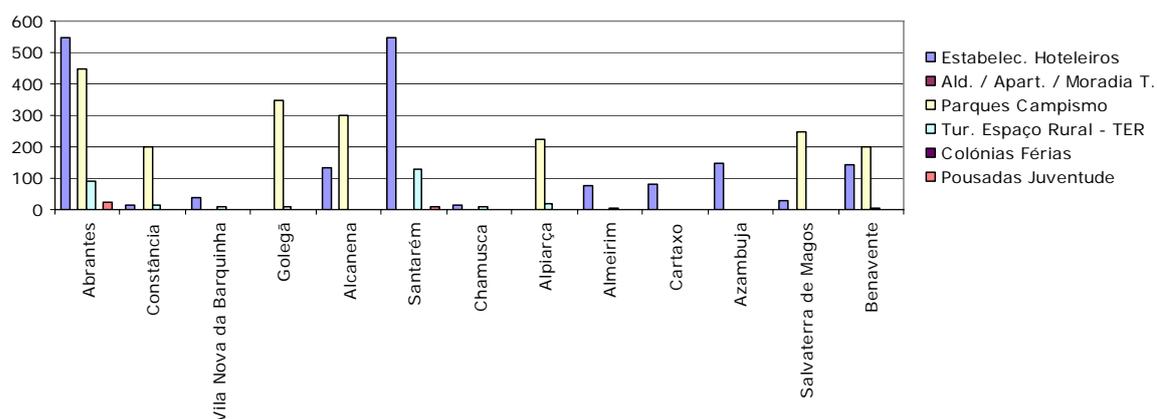


GRÁFICO 10 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO NA REGIÃO DO RIBATEJO (2006)

Para a análise da **dinâmica da oferta de alojamento dos últimos três anos**, utilizamos os dados estatísticos da DGT, apenas referentes aos estabelecimentos hoteleiros, e ao Turismo em Espaço Rural, uma vez que não existem estatísticas das outras modalidades de alojamento, desagregadas por concelhos²⁸. Mesmo em relação ao TER a evolução é elaborada através dos Anuários.

- Estabelecimentos Hoteleiros

²⁸ Os dados de 2005 referem-se à base de dados construída para efeito do PROT OVT, e apoia-se nos dados das Regiões de Turismo, entre outros.

O Ribatejo e o Oeste são as áreas que mais crescem (44,4% e 41,3%), sendo o reforço da oferta de alojamento menos significativo nas duas áreas restantes, Templários e Leiria / Fátima. Contudo esta evolução não alterou a estrutura global da oferta na Região, mantendo-se com destaque Leiria / Fátima, pelo peso da oferta hoteleira de Fátima, seguida do Oeste que reforça a sua posição, do Ribatejo e dos Templários, sendo esta última a Região de menor dinâmica.

Região	Concelho	2002*			2006**			Var. Estabelec. 02/06 (%)	Var. Camas 02/06 (%)
		N.º Estabelec.	N.º Camas	%	N.º Estabelec.	N.º Camas	%		
OESTE		36	2.917	30,8	39	3.377	31,7	8,3	15,8
	Caldas da Rainha	10	784		10	784			
	Óbidos	6	290		9	702			
	Peniche	2	364		2	364			
	Rio Maior	1	70		2	118			
	Bombarral	0	0		0	0			
	Lourinhã	4	191		4	191			
	Cadaval	1	44		0	44			
	Torres Vedras	12	1.174		12	1174			
	Alenquer	0	0		0	0			
	Sobral de Monte Agraço	0	0		0	0			
	Arruda dos Vinhos	0	0		0	0			
LEIRIA / FÁTIMA		46	4539	48,0	53	5040	47,3	15,2	11,0
	Nazaré	11	568		11	568			
	Alcobaça	9	483		10	541			
	Ourém/Fátima	26	3488		32	3931			
TEMPLÁRIOS		16	953	10,1	17	1.002	9,4	6,3	5,1
	Ferreira do Zézeze	2	56		2	56			
	Tomar	11	701		11	701			
	Sardoal	1	12		1	12			
	Torres Novas	1	116		2	165			
	Entroncamento	1	68		1	68			
RIBATEJO		17	1.047	11,1	20	1.235	11,6	17,6	18,0
	Abrantes	5	285		6	341			
	Constância	1	14		1	14			
	Vila Nova da Barquinha	1	28		1	28			
	Golegã	0	0		0	0			
	Alcanena	1	34		2	106			
	Santarém	6	497		6	497			
	Chamusca	0	0		0	0			
	Alpiarça	0	0		0	0			
	Almeirim	1	76		1	76			
	Cartaxo	0	0		1	60			
	Azambuja	0	0		0	0			
	Salvaterra de Magos	0	0		0	0			
	Benavente	1	85		1	85			
	Coruche	1	28		1	28			
TOTAL		115	9.456	100	129	10.654	100	12,2	12,7

Fonte: *INE e **DGT

QUADRO 25 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO CLASSIFICADO²⁹, POR REGIÃO TURÍSTICA E CONCELHO (2002/2006)

²⁹ Refere-se a Hotéis, Hotéis-Apartamentos, Pousadas, Estalagens, Motéis, Pensões, Aldeamentos e Apartamentos Turísticos.

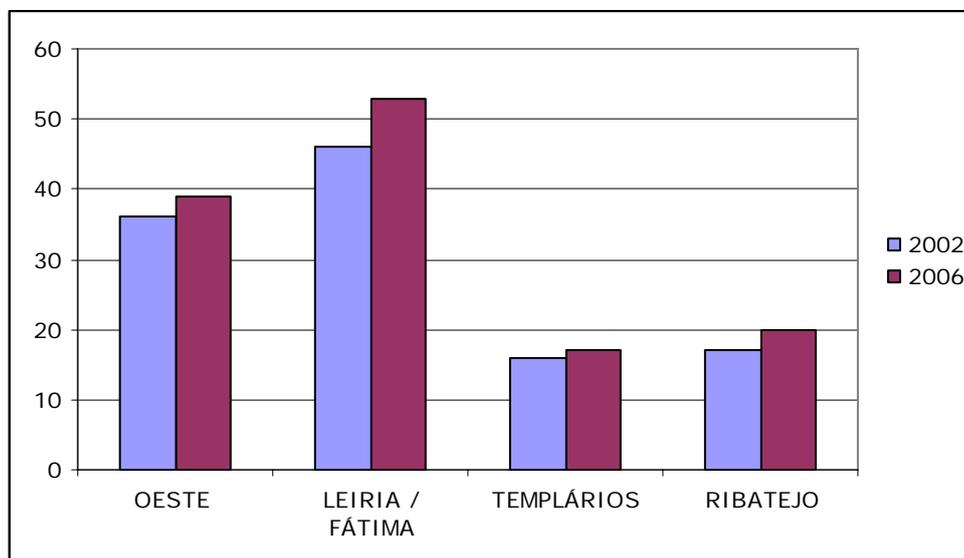


GRÁFICO 11 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO CLASSIFICADO, POR REGIÃO TURÍSTICA : ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS (2002/2006)

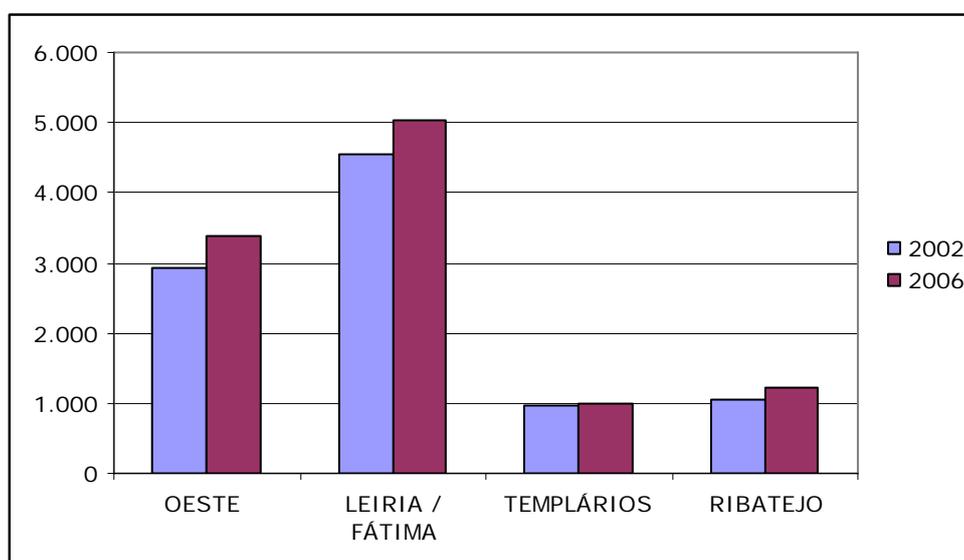


GRÁFICO 12 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO CLASSIFICADO, POR REGIÃO TURÍSTICA : CAMAS (2002/2006)

Entre 2002 e 2005 a variação do número de estabelecimentos é o dobro do número de camas, o que indicia uma maior proliferação de estabelecimentos de menor dimensão, passando a capacidade média de 96 camas / por unidade de alojamento para 75c./ UA, em 2005.

- Turismo em Espaço Rural

Esta modalidade de alojamento apresenta uma dinâmica considerável nos últimos oito anos. O Oeste é a Região Turística com maior dinâmica e a que oferece mais camas em TER, seguida do Ribatejo e dos Templários.

A estrutura de distribuição territorial não se alterou, bem como a dimensão média dos estabelecimentos que se mantém nas 11/ 12 camas por estabelecimento.

Região	Concelho	1998*			2006**			V. Estabelec.	V. Camas
		N.º Estabelec.	N.º Camas	%	N.º Estabelec.	N.º Camas	%	98/06 %	98/06 %
OESTE		10	124	38,5	42	595	45,6	320,0	379,8
	Caldas da Rainha	2	26		3	70			
	Óbidos	5	56		8	128			
	Peniche	1	16		5	157			
	Rio Maior	1	16		8	74			
	Bombarral	0	0		1	12			
	Lourinhã	1	10		5	36			
	Cadaval	0	0		1	10			
	Torres Vedras	0	0		5	36			
	Alenquer	0	0		3	33			
	Sobral de Monte Agraço	0	0		1	18			
	Arruda dos Vinhos	0	0		2	21			
LEIRIA / FÁTIMA		6	69	21,4	10	135	10,3	66,7	95,7
	Nazaré	1	20		2	43			
	Alcobaça	2	23		4	55			
	Ourém/Fátima	3	26		4	37			
TEMPLÁRIOS		5	54	16,8	13	154	11,8	160,0	185,2
	Ferreira do Zézere	0	0		2	20			
	Tomar	3	34		6	76			
	Sardoal	1	12		2	32			
	Torres Novas	1	8		3	26			
	Entroncamento	0	0		0	0			
RIBATEJO		6	75	23,3	82	421	32,3	1266,7	461,3
	Abrantes	0	0		17	164			
	Constância	1	16		4	24			
	Vila Nova da Barquinha	1	12		2	12			
	Golegã	0	0		2	14			
	Alcanena	0	0		5	0			
	Santarém	3	39		24	123			
	Chamusca	0	0		2	10			
	Alpiarça	0	0		2	32			
	Almeirim	0	0		2	6			
	Cartaxo	0	0		4	0			
	Azambuja	0	0		6	10			
	Salvaterra de Magos	0	0		4	12			
	Benavente	0	0		5	6			
	Coruche	1	8		3	8			
TOTAL		27	322	100	147	1.305	100	444,4	305,3

Fonte: * INE; ** DGT e outras

QUADRO 26 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO EM ESPAÇO RURAL³⁰, POR REGIÃO TURÍSTICA E CONCELHO (1998/2006)

³⁰ Refere-se a todas as tipologias de espaço rural.

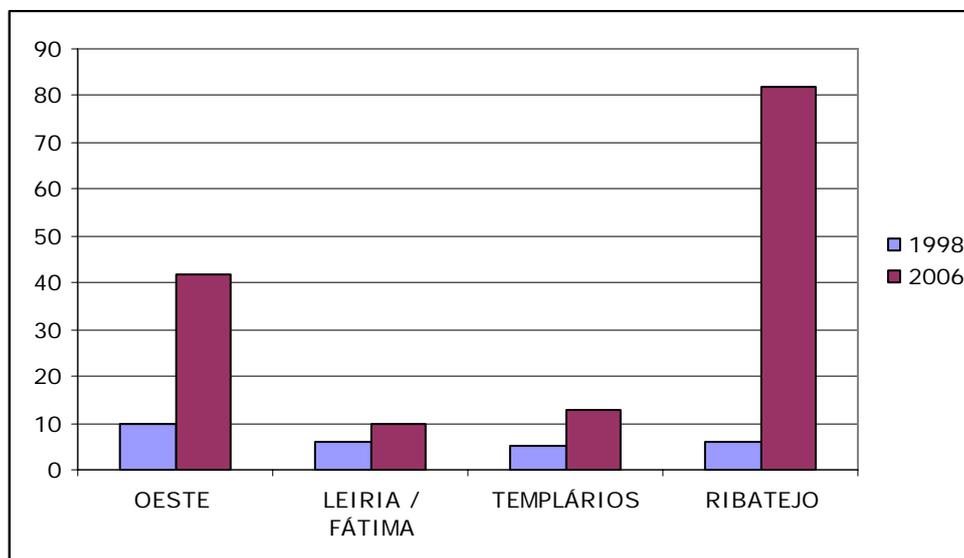


GRÁFICO 13 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO EM ESPAÇO RURAL, POR REGIÃO TURÍSTICA: ESTABELECIMENTOS (1998/2006)

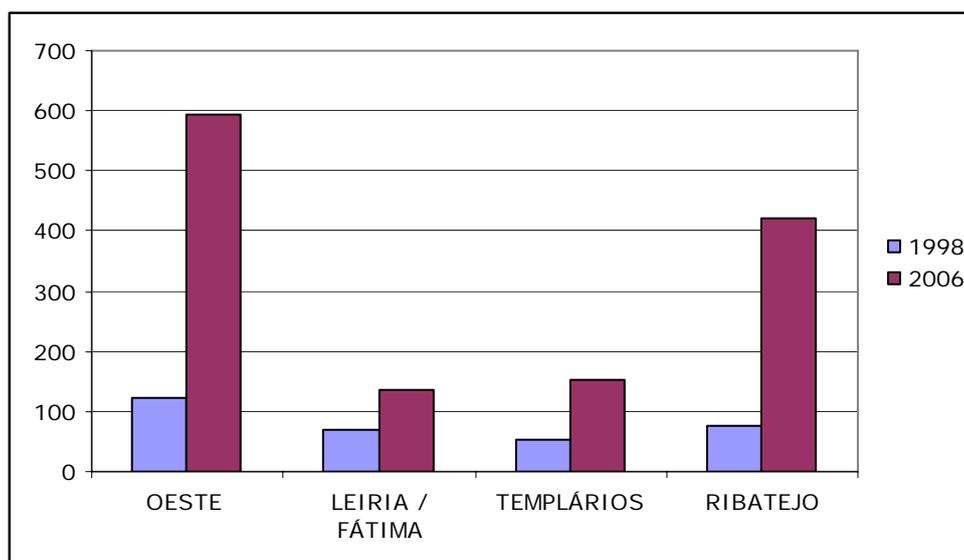


GRÁFICO 14 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO EM ESPAÇO RURAL, POR REGIÃO TURÍSTICA: CAMAS (1998/2006)

REGIÃO	CONCELHO	TOTAL CAMAS TURÍSTICAS CLASSIFICADAS_DGT (2006)	%	TOTAL CAMAS TURÍSTICAS NÃO CLASSIFICADAS (2006)	%	TOTAL CAMAS TURÍSTICAS CLASSIFICADAS E NÃO CLASSIFICADAS (2006)
OESTE		8.694	72%	3.451	28%	12.145
	Caldas da Rainha	1814		254		2068
	Óbidos	830		128		958
	Peniche	2688		2014		4702
	Rio Maior	158		46		204
	Bombarral	0		138		138
	Lourinhã	219		562		781
	Cadaval	44		78		122
	Torres Vedras	2658		126		2784
	Alenquer	265		62		327
	Sobral de Monte Agraço	18		0		18
	Arruda dos Vinhos	0		43		43
LEIRIA / FÁTIMA		8.821	89%	1.080	11%	9.901
	Nazaré	2728		117		2845
	Alcobaça	2112		154		2266
	Ourém	3981		809		4790
TEMPLÁRIOS		1.386	96%	53	4%	1.439
	Ferreira do Zézere	82		0		82
	Tomar	1019		35		1054
	Sardoal	44		0		44
	Torres Novas	173		18		191
	Entroncamento	68		0		68
RIBATEJO		2.685	72%	1.046	28%	3.731
	Abrantes	729		356		1085
	Constância	98		0		98
	Vila Nova da Barquinha	40		0		40
	Golegã	224		0		224
	Alcanena	106		236		342
	Santarém	577		106		683
	Chamusca	10		14		24
	Alpiarça	172		0		172
	Almeirim	82		0		82
	Cartaxo	66		22		88
	Azambuja	0		160		160
	Salvaterra de Magos	260		32		292
	Benavente	285		52		337
	Coruche	36		68		104
TOTAL		21.586	79%	5.630	21%	27.216

Fonte: DGT, OUTRAS

QUADRO 27 - CAMAS TURÍSTICAS CLASSIFICADAS E NÃO CLASSIFICADAS NO OESTE E VALE DO TEJO (2006)

REGIÃO	CONCELHO	UNIDADES DE ALOJAMENTO_DGT (2006)	TOTAL CAMAS TURÍSTICAS CLASSIFICADAS_DGT (2006)	%	UNIDADES DE ALOJAMENTO_NÃO CLASSIFICADAS (2006)	TOTAL CAMAS TURÍSTICAS NÃO CLASSIFICADAS (2006)	%	TOTAL UNIDADES DE ALOJAMENTO (2006)	TOTAL CAMAS TURÍSTICAS (2006)
OESTE	Caldas da Rainha	14	1814	72%	71	3.451	28%	150	12.145
	Óbidos	21	830		4	254		18	2068
	Peniche	12	2688		22	2014		26	958
	Rio Maior	4	158		7	46		34	4702
	Bombarral	0	0		4	138		11	204
	Lourinhã	7	219		12	562		19	781
	Cadaval	1	44		3	78		4	122
	Torres Vedras	15	2658		8	126		23	2784
	Alenquer	4	265		3	62		7	327
	Sobral de Monte Agraço	1	18		0	0		1	18
	Arruda dos Vinhos	0	0		3	43		3	43
	LEIRIA / FÁTIMA	140	8.821	89%	12	1.080	11%	152	9.901
	Nazareth	63	2728		3	117		66	2845
	Alcobaça	41	2112		4	154		45	2266
	Ourense	36	3961		5	809		41	4790
TENRÍLIOS	31	1.386	96%	4	53	4%	35	1.439	
Ferreira do Zêzere	5	82		0	0		5	82	
Tomar	19	1019		2	35		21	1054	
Sardoal	3	44		0	0		3	44	
Torres Novas	3	173		2	18		5	191	
Entroncamento	1	68		0	0		1	68	
RIBATEJO	52	2.685	72%	30	1.046	28%	82	3.731	
Abrantes	11	729		6	356		17	1085	
Constância	4	98		0	0		4	98	
Vila Nova da Barquinha	2	40		0	0		2	40	
Golegã	2	224		0	0		2	224	
Alcanena	2	106		3	236		5	342	
Santarém	18	577		6	106		24	683	
Chamusca	1	10		1	14		2	24	
Alpiarça	2	172		0	0		2	172	
Almeirim	2	82		0	0		2	82	
Cartaxo	3	66		1	22		4	88	
Azambuja	0	0		6	160		6	160	
Salváttera de Magos	2	260		2	32		4	292	
Benavente	1	285		4	52		5	337	
Coruche	2	36		1	68		3	104	
TOTAL	302	21.586	79%	117	5.630	21%	419	27.216	

Fonte: DGT, OUTRAS

QUADRO 28 - UNIDADES DE ALOJAMENTO E CAMAS TURÍSTICAS, CLASSIFICADAS E NÃO CLASSIFICADAS, NO OESTE E VALE DO TEJO (2006)

REGIÃO	CONCELHO	HOTELS, APART- HOTELS, HOTELS		ALBERGARIAS, PESSOAS, RESIDENCIAIS, HOSPEDARIAS		POUSADAS, ESTALAGENS		APARTAMENTOS, ALDEamentos, INDUSTRIAS TURISTICAS		TURISMO RURAL, TURISMO DE HABITADIAO, AGRIC. TURISMO		PARQUES DE CASPENSO		POUSADAS DA JUPENDENTE		SUB-TOTAL CAMAS TURISTICAS POR CONCELHO		TOTAL CAMAS TURISTICAS NO DOT							
		CLASS.	%	CLASS.	%	CLASS.	%	CLASS.	%	CLASS.	%	CLASS.	%	CLASS.	%	CLASS.	%	CLASS.	%	CLASS.	%				
NORTE	Castro de Branca	1759	130	1122	899	496	116	492	0	203	312	454	1924	0	79	12145	8694	71,6%	3451	28,4%	8694	46,3%	3451	61,2%	
	Castro Verde	424	14	330	14	40	40	40	0	40	40	1330	0	0	0	2060	114	67,7%	254	12,3%	1334	3,4%	254	4,5%	
	Pinheiro	264	118	135	139	496	482	482	0	32	125	1840	1650	0	0	4702	1658	57,2%	2054	42,8%	2658	12,5%	2104	35,9%	
	Rio Maior	102	34	105	34	0	116	0	0	46	130	158	275,2%	46	22,5%	204	158	77,5%	46	22,5%	158	0,7%	46	0,8%	
	Bombarral	0	0	0	0	0	0	0	0	26	26	260	0	0	79	130	100,0%	0	0,0%	130	0,0%	130	2,5%		
	Comendador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
	Trovis Vedros	881	29	293	104	44	0	0	0	0	22	1479	194	24	0	0	2784	1658	59,5%	126	4,7%	2958	12,3%	1136	22,4%
	Almeirim	0	0	0	0	0	0	0	0	33	33	232	0	0	0	327	245	81,0%	62	19,0%	265	1,2%	62	1,1%	
	Sotã de Monte Agrajo	0	0	0	0	0	0	0	0	18	18	18	18	100,0%	0	0	18	100,0%	0	0,0%	18	0,1%	0	0,0%	
	SOT. XITOS	0	0	0	0	0	0	0	0	21	21	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
LEBIA / FÁTIMA	1829	696	1829	250	82	0	244	0	102	28	2910	60	60	66	9931	8821	88,8%	1810	18,9%	8821	46,9%	1810	19,2%		
	324	64	242	30	0	0	0	0	20	20	2440	23	1440	0	2845	2718	95,9%	117	4,1%	2729	12,6%	117	2,1%		
	247	294	294	28	0	0	216	0	55	55	1390	60	60	66	2266	2112	92,8%	154	6,8%	2112	9,8%	154	2,7%		
	1255	632	1255	172	0	0	18	0	116	38	230	15	15	0	4790	3911	81,7%	879	18,3%	3911	10,4%	879	14,4%		
TEMPOVALE	517	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
	382	15	15	60	6	0	6	0	30	30	82	82	100,0%	0	0	82	82	100,0%	0	0,0%	82	0,4%	0	0,0%	
	165	12	12	62	62	0	12	0	32	32	20	250	15	15	1094	1019	96,7%	35	3,3%	1013	4,7%	35	0,6%		
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
	185	12	12	60	6	0	12	0	32	32	20	250	15	15	1094	1019	96,7%	35	3,3%	1013	4,7%	35	0,6%		
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
RIANTILHO	692	80	495	299	48	68	9	9	0	201	140	1160	400	60	3731	2685	72,0%	1846	28,0%	2685	12,4%	1846	18,4%		
	183	110	110	20	48	0	0	0	88	76	390	200	200	69	1085	719	67,2%	356	32,8%	729	3,4%	356	6,3%		
	18	18	18	20	0	0	0	0	20	20	60	60	60	90	90	100,0%	0	0,0%	90	0,5%	0	0,0%			
	26	26	26	26	0	0	0	0	26	26	60	60	60	224	224	100,0%	0	0,0%	224	1,0%	0	0,0%			
	72	34	34	36	0	0	0	0	34	34	210	200	200	342	342	100,0%	0	0,0%	342	1,5%	0	0,0%			
	177	130	130	60	60	3	3	0	77	77	683	577	84,5%	106	155%	206	69,0%	106	0,5%	577	2,7%	106	1,9%		
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%		
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
SUB-TOTAL	6096	906	3829	1418	729	164	129	143	0	707	518	8862	2399	0	205	22216	21566	79,3%	5830	20,7%	21566	18,0%	5830	10,0%	
	7802	906	3829	1418	729	164	129	143	0	707	518	8862	2399	0	205	22216	21566	79,3%	5830	20,7%	21566	18,0%	5830	10,0%	
	FUNDOS DE OVT																								

QUADRO 29 - CAMAS CLASSIFICADAS E NÃO CLASSIFICADAS, POR CONCELHO E TIPOLOGIA (2006)

12.1.2. Alojamento Residencial de Lazer – Residência Secundária

A área de intervenção do PROT OVT constitui uma área tradicional de lazer, sobretudo da Área Metropolitana de Lisboa, verificando-se ainda que grande parte do litoral oferece áreas balneares não só à AML como às zonas do interior. Como área de lazer, a região OVT tem vindo a reforçar a sua oferta, sobretudo tendo em conta as novas acessibilidades (A8, A15 e A 23) entretanto construídas. Detinha em 2001, 82.524 alojamentos de uso sazonal, ou seja uma capacidade estimada em 247.572 camas, 33,7% da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

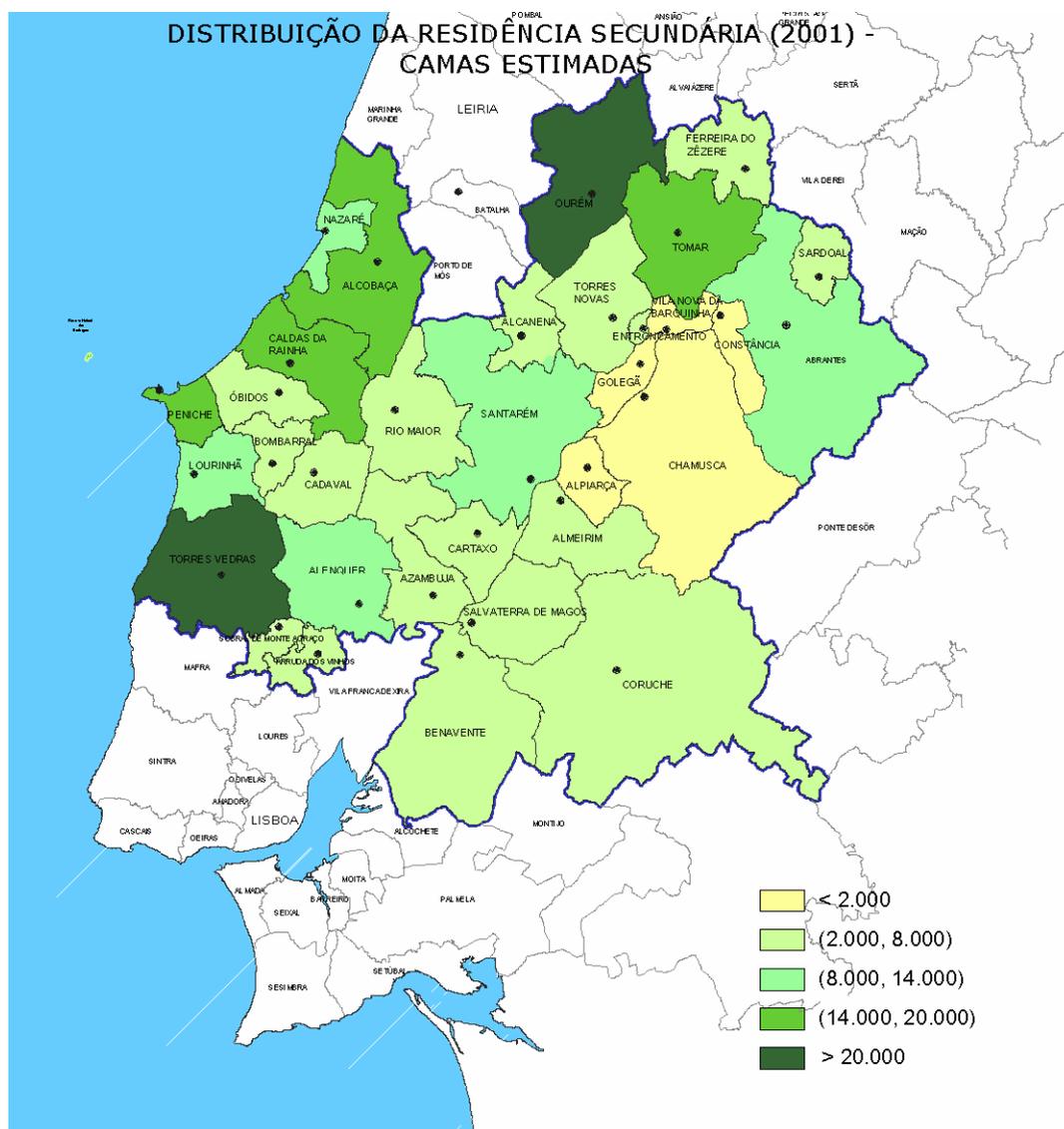


FIGURA 7 - DISTRIBUIÇÃO DA RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA - CAMAS ESTIMADAS (2001)

Os seis concelhos com mais de 14.000 camas estimadas – Torres Vedras, Ourém, Alcobaça, Peniche, Tomar e Caldas da Rainha – totalizam 114.726 camas, 46,3% do total da Sub-Região OVT.

Em termos de evolução, verifica-se que na década de oitenta o crescimento foi mais significativo nos concelhos do litoral, eventualmente associado às dinâmicas dos núcleos balneares aí existentes, e nalguns do interior.

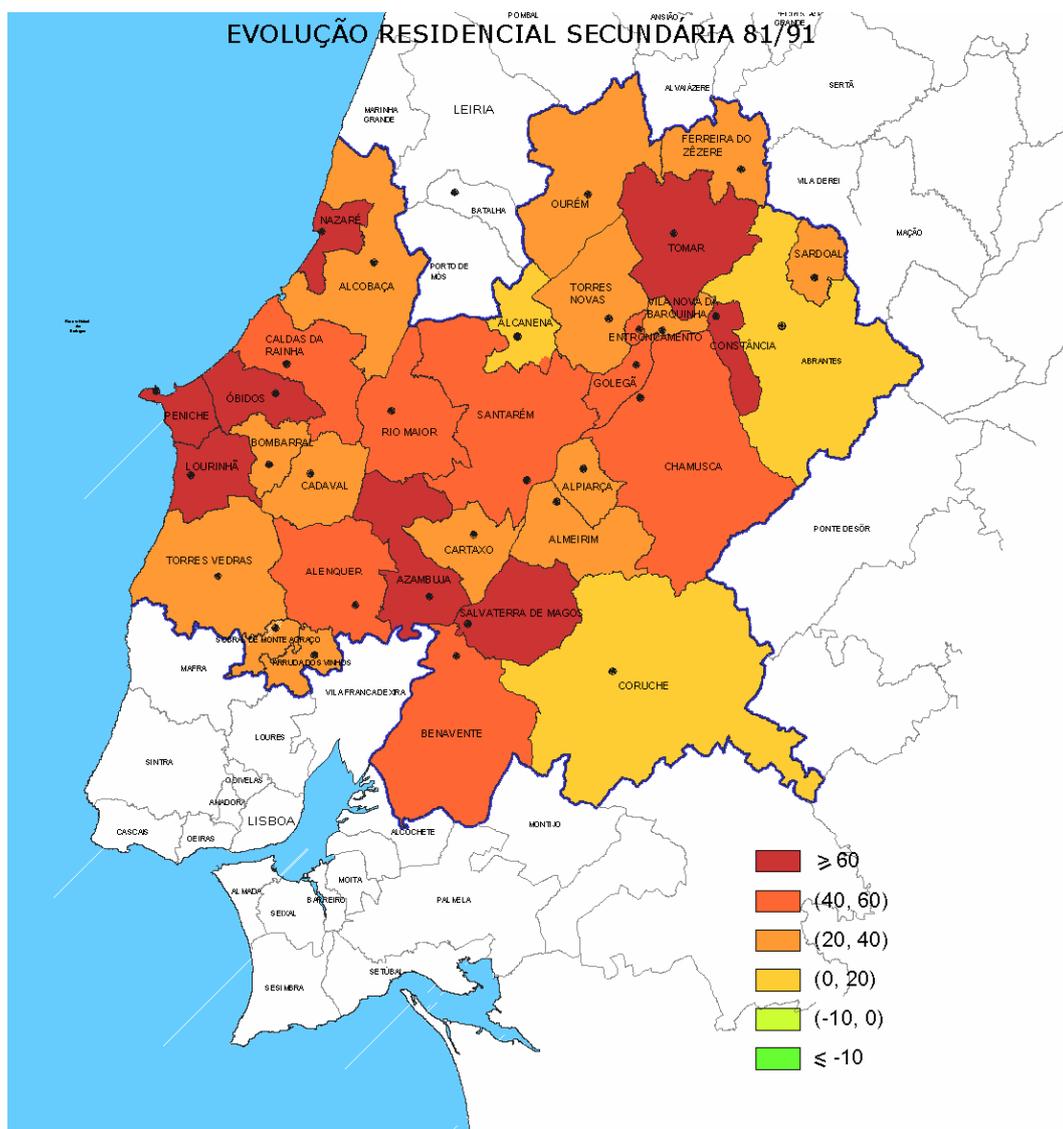


FIGURA 8 - EVOLUÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (1981/1991)

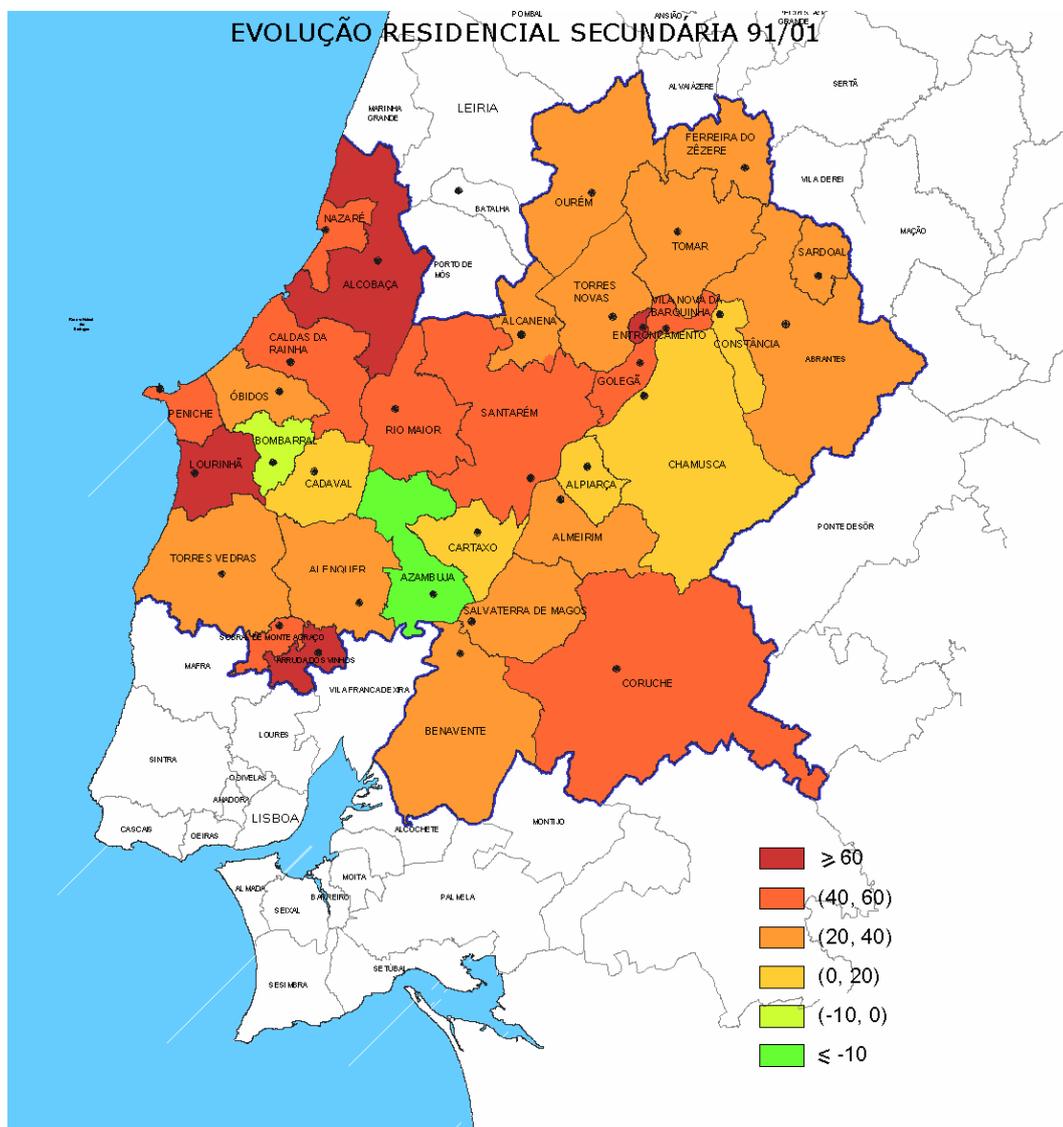
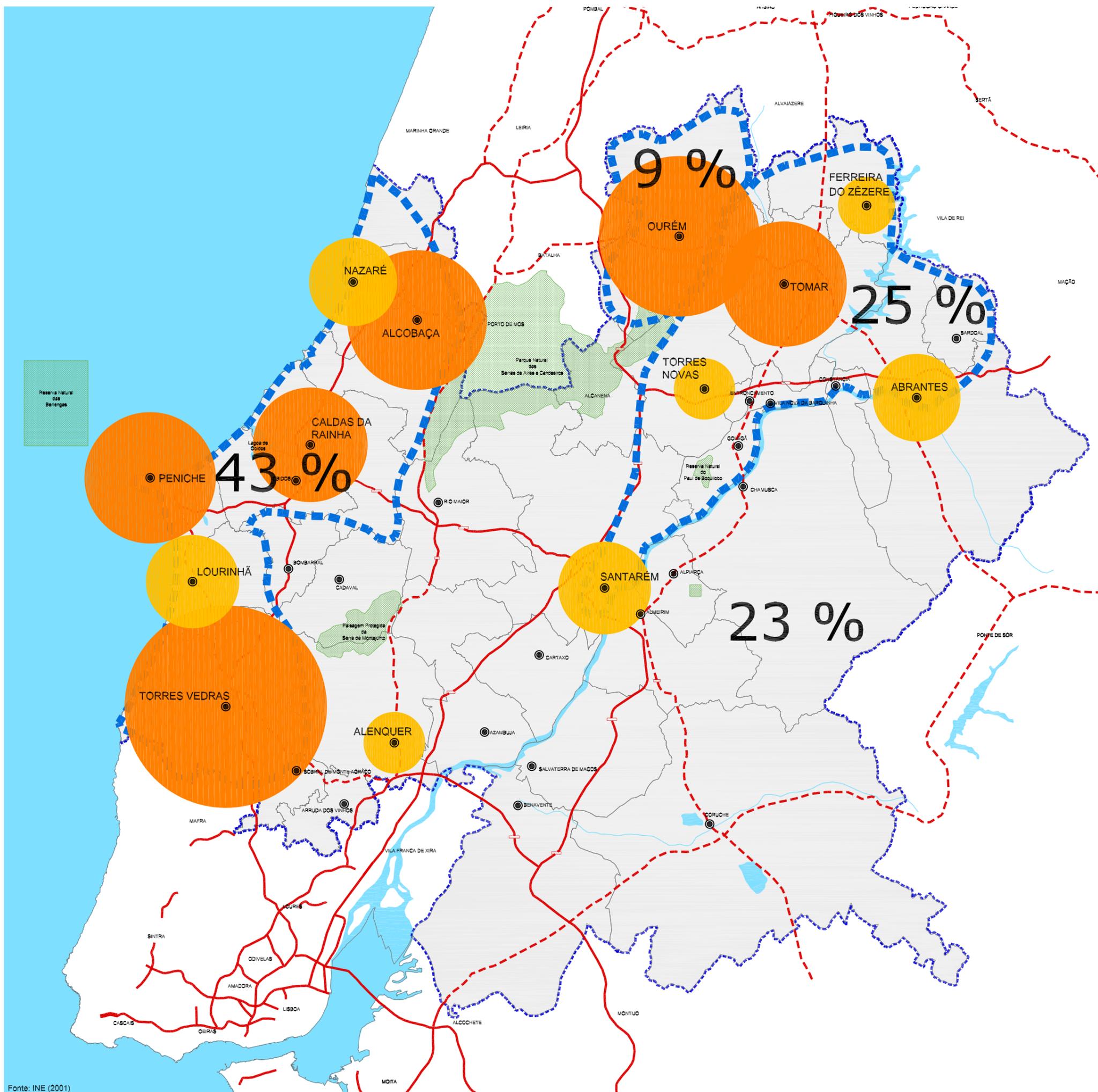


FIGURA 9 - EVOLUÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (1991/2001)

Às dinâmicas da residência secundária (*vide* Desenho 11 – TOTAL DE CAMAS EM RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA (2001)) estão associadas as dinâmicas demográficas e do alojamento habitual (Quadro 11). Da análise por concelhos, para o período 91/2001, destaca-se:

- Os concelhos de **Alenquer, S. Monte Agraço e Arruda dos Vinhos**, que foram os de maior dinâmica demográfica e residencial habitual, apresentam crescimentos significativos também



TOTAL CAMAS RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA:
247572 Camas

TORRES VEDRAS - 26601 (com maior capacidade)

7 CONCELHOS = 105 855 CAMAS
43 % DA CAPACIDADE TOTAL
TORRES VEDRAS
ALCOBAÇA
CALDAS DA RAINHA
LOURINHÃ
NAZARÉ
ÓBIDOS
PENICHE

9 CONCELHOS = 61 593 CAMAS
25 % DA CAPACIDADE TOTAL
TOMAR
SANTARÉM
ABRANTES
TORRES NOVAS
FERREIRA DO ZÉZERE
SARDOAL
V. N. BARQUINHA
GOLEGÃ
CONSTÂNCIA

OURÉM/FÁTIMA = 21087 CAMAS
9 % DA CAPACIDADE TOTAL

16 RESTANTES = 59 037 CAMAS
23 % DA CAPACIDADE TOTAL

LEGENDA:

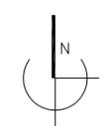
- > 15000 Camas
- Entre 7000 e 15000 Camas

BRUNO SOARES arquitectos



MAIO 2007

Escala 1: 500 000



Fonte: INE (2001)

da residência secundária; as taxas de FRS³¹ reforçam ligeiramente, mas rondam os 20%, em 2001. São os concelhos mais próximos de Lisboa e directamente influenciados pelas dinâmicas metropolitanas;

- **Azambuja**, inserida nas mesmas dinâmicas, apresenta curiosamente dinâmicas demográficas e de residência habitual positivas, com decréscimo da residência secundária, o que poderá indiciar a passagem de residência secundária a principal;
- **Benavente, Salvaterra de Magos e Cartaxo**, ainda localizados na primeira coroa metropolitana apresentam dinâmicas demográficas e residenciais positivas, com destaque para Benavente; reforçam a residência secundária e mantêm as taxas FRS a rondar os 20%;
- **Torre Vedras** insere-se ainda nas dinâmicas metropolitanas, mas já com maior destaque para o crescimento da residência secundária, com uma taxa de 35,4%;
- Os restantes concelhos do Ribatejo, **de Abrantes a Almeirim / Coruche**, têm dinâmicas demográficas com pouca expressão, nalguns casos negativas, mas com uma dinâmica expressiva no que respeita à residência secundária. Contudo as taxas da FRS continuam a rondar genericamente os 20 %. **Santarém** não se destaca nesta leitura;
- Dos Concelhos da Região dos Templários destacam-se **Torres Novas e o Entroncamento**, ambos com taxas de FRS entre 17 e 20%, embora com dinâmicas diferentes – o primeiro a perder população, o Entroncamento com a maior dinâmica demográfica e residencial da Sub-Região OVT;
- Os concelhos do **Sardoal, Ferreira do Zêzere e Tomar** perdem população, destacando-se Tomar a uma variação de residência habitual positiva, que nos outros é negativa. O crescimento significativo de residência secundária do Sardoal e Ferreira fazem crer que uma parte do crescimento se refere ao abandono de residência principal. Apresentam taxas de FRS elevadas de 55.8 e 69.3 % respectivamente. Em Tomar a dinâmica de residência Secundária não é tão acentuada, com uma taxa de 34,9 %;

³¹ Função Residencial Secundária

- Nos concelhos da Região de Turismo de Leiria / Fátima, destaca-se **Ourém**, que é a seguir ao Entroncamento, o concelho com mais dinâmica demográfica e residencial. A taxa de FRS mantém-se constante entre 91 e 2001, abaixo dos 50 %, (\cong 44.3%);
- **Alcobaça** apresenta uma dinâmica demográfica fraca, e uma dinâmica residencial moderada para a habitual e acentuada para a Secundária. A taxa ronda os 30%;
- A **Nazaré** acentua entre 91 / 2001 a função turística e de lazer que a caracteriza com uma dinâmica demográfica negativa e residencial secundária muito forte, atinge os valores mais elevados da taxa de FRS de 71.1 %, aproximando-se da do Algarve (73.7%);
- Nos Concelhos do Oeste ainda não referidas, destaca-se o município das **Caldas da Rainha**, com dinâmicas semelhantes a Torres Vedras, apesar de reforçar mais a Residência Secundária, e também a sua função residencial de Lazer, com 32.6 %;
- Os concelhos de **Peniche** e **Lourinhã** têm uma função residencial de lazer importante, acima dos 50%, seguida de Óbidos, com 41.4%;

A par dos concelhos do **Bombarral** e **Cadaval**, tanto Peniche, como Lourinhã têm dinâmicas demográficas e da residência habitual positivas, já quanto à residência secundária o crescimento maior situa-se nos concelhos da Lourinhã e de Peniche, que apresentam os dois taxas de FRS acima dos 50%, (50,1% e 59.9%), sendo o do Cadaval mais moderado e o do Bombarral negativo;

- Óbidos perde população, apresenta uma dinâmica residencial moderada mais significativa no que respeita à secundária;
- Rio Maior, apesar das dinâmicas positivas demográficas e residenciais, tem a taxa FRS a rondar os 20%.

Região	Concelho	Var. Poulção. Residente 91/01	Var. Alojamento Habitual 91/01	Var. Alojamento Secundário 91/01	Alojamento Secundário 2001	Taxa de Função Residencial Secundária 1991	Taxa de Função Residencial Secundária 2001
OESTE		8,7	16,8	39,0	33.621	27,4	32,6
	Caldas da Rainha	13,1	22,3	54,2	5.010	22,2	28,0
	Óbidos	-2,8	6,0	32,3	1.612	33,1	41,4
	Peniche	5,5	15,1	43,5	5.745	48,1	59,9
	Rio Maior	4,9	12,8	40,9	1.509	16,2	20,2
	Bombarral	4,7	10,6	-8,1	959	23,6	19,6
	Lourinhã	7,7	14,5	67,6	4.081	34,2	50,1
	Cadaval	3,2	9,7	15,2	1.783	33,7	35,4
	Torres Vedras	7,5	16,5	36,0	8.867	30,3	35,4
	Alenquer	14,9	22,0	21,9	2.681	19,1	19,1
	Sobral de Monte Agraço	23,2	26,9	42,2	674	18,8	21,0
	Arruda dos Vinhos	10,5	14,8	67,1	700	12,9	18,8
LEIRIA / FÁTIMA		6,0	14,7	41,9	16.999	33,8	41,7
	Nazare	-2,9	6,5	45,9	3.857	51,9	71,1
	Alcobaça	1,8	10,4	66,5	6.113	20,9	31,5
	Ourem/Fátima	15,0	23,9	24,1	7.029	44,2	44,3
TEMPLÁRIOS		2,0	8,8	31,5	12.655	25,7	31,1
	Ferreira do Zézere	-5,3	-0,8	35,9	2.488	50,6	69,3
	Tomar	-0,3	5,6	22,2	5.478	30,2	34,9
	Sardoal	-7,4	-4,6	39,3	862	38,2	55,8
	Torres Novas	-2,1	5,9	20,3	2.664	17,6	20,0
	Entroncamento	27,8	37,4	142,3	1.163	9,9	17,5
RIBATEJO		1,2	8,4	26,3	19.249	15,7	18,3
	Abrantes	-7,5	1,7	39,3	3.829	17,6	24,1
	Constância	-8,5	-2,7	13,7	240	15,4	18,0
	Vila Nova da Barquinha	0,8	9,9	47,7	523	14,2	19,0
	Golegã	-6,0	1,1	42,8	397	13,5	19,0
	Alcanena	1,6	8,1	26,9	990	16,1	18,9
	Santarém	1,5	9,9	43,7	4.050	13,1	17,2
	Chamusca	-6,4	-1,3	4,4	569	12,3	13,0
	Alpiarça	4,1	6,5	4,9	211	7,3	7,2
	Almeirim	2,7	11,2	30,0	737	7,9	9,2
	Cartaxo	5,0	11,7	10,9	1.603	19,4	19,3
	Azambuja	6,5	10,6	-20,1	1.512	28,8	20,8
	Salvaterra de Magos	6,2	13,5	29,3	1.427	17,7	20,2
	Benavente	26,8	36,2	21,6	1.660	22,6	20,2
	Coruche	-8,7	-4,8	60,0	1.501	10,9	18,3
TOTAL		4,6	12,2	35,2	82.524	23,6	29,0

Fonte: INE

QUADRO 30 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, ALOJAMENTO HABITUAL E ALOJAMENTO SECUNDÁRIO, POR REGIÃO TURÍSTICA E CONCELHO (1991/2001)

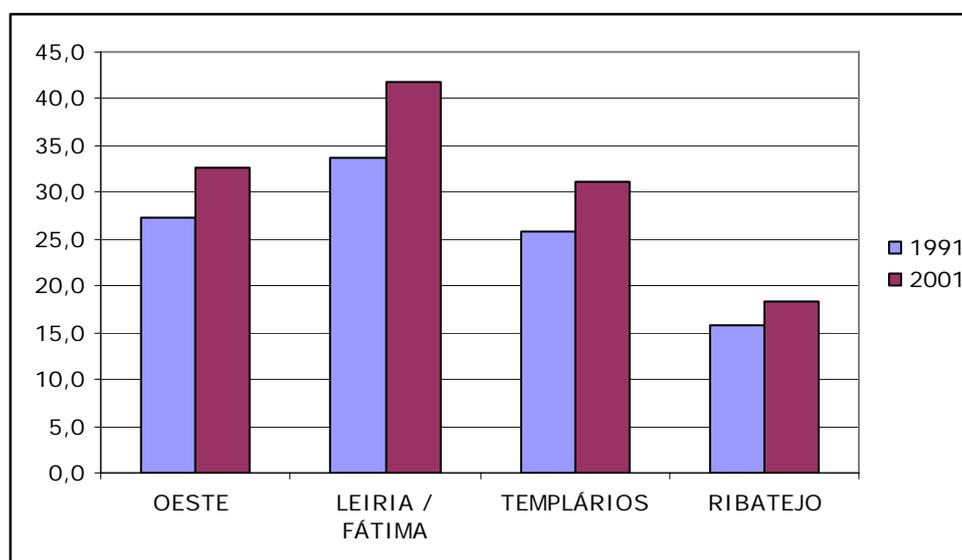


GRÁFICO 15 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (1991/2001)

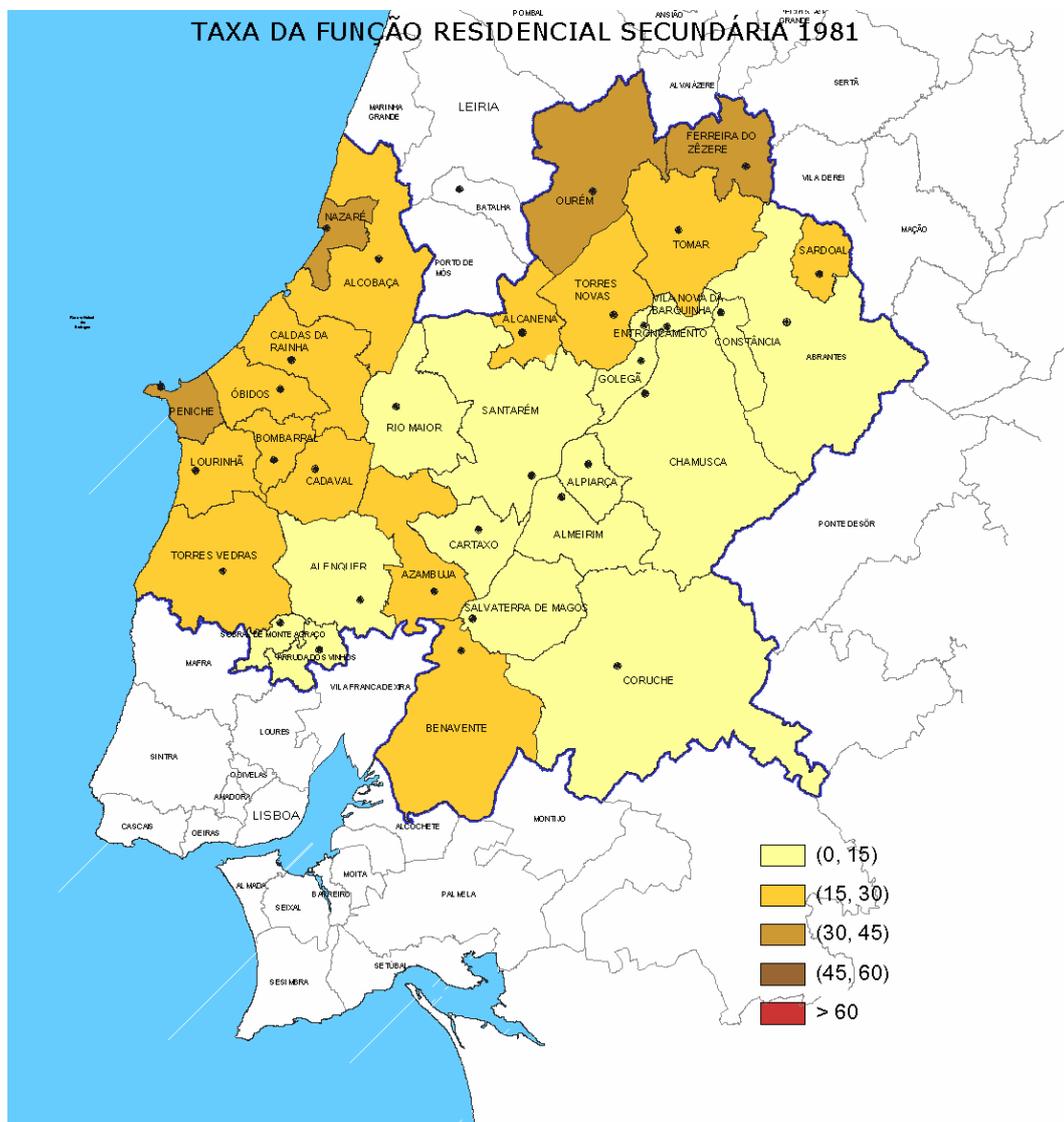


FIGURA 10 - TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (1981)

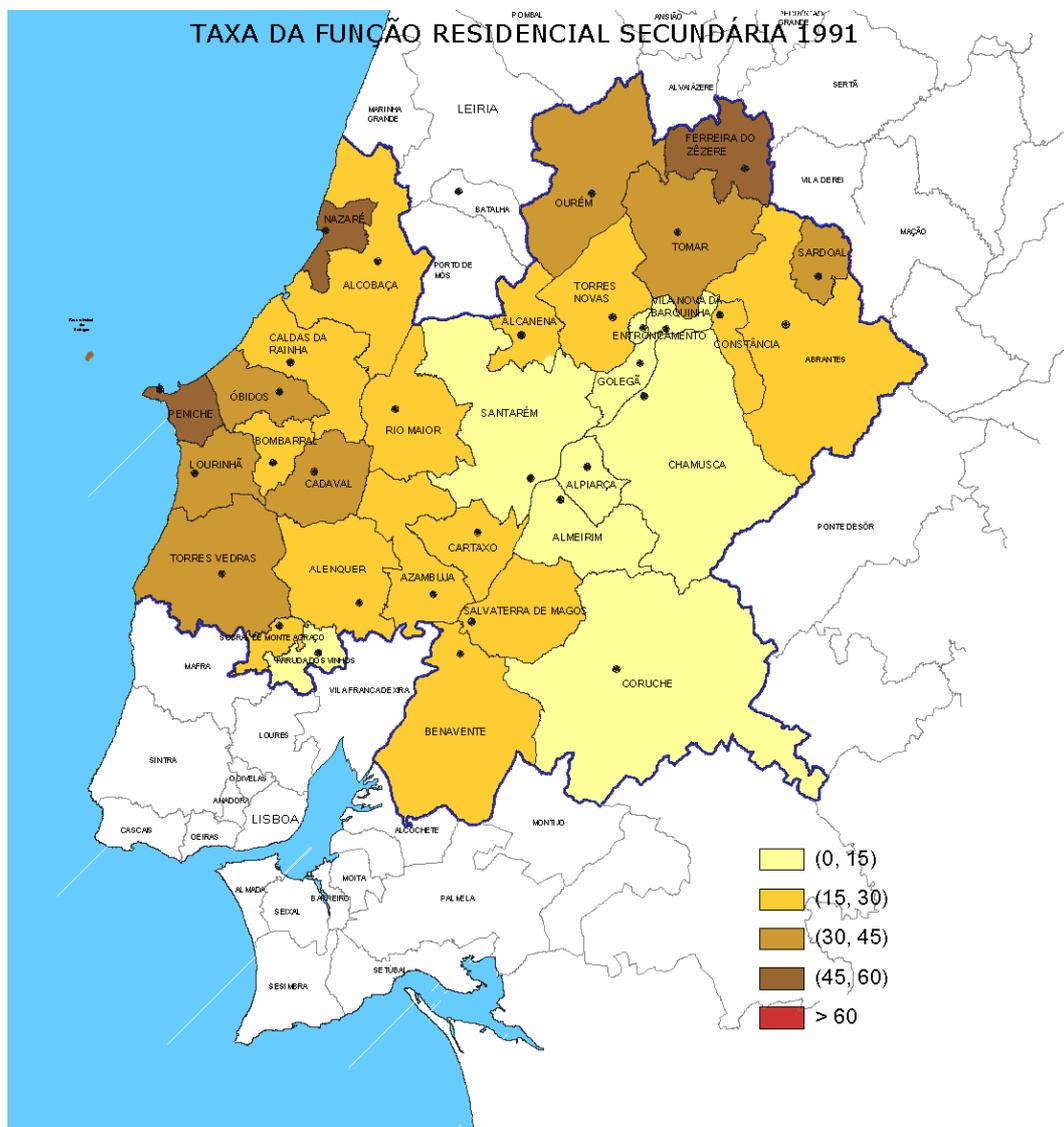


FIGURA 11 - TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (1991)

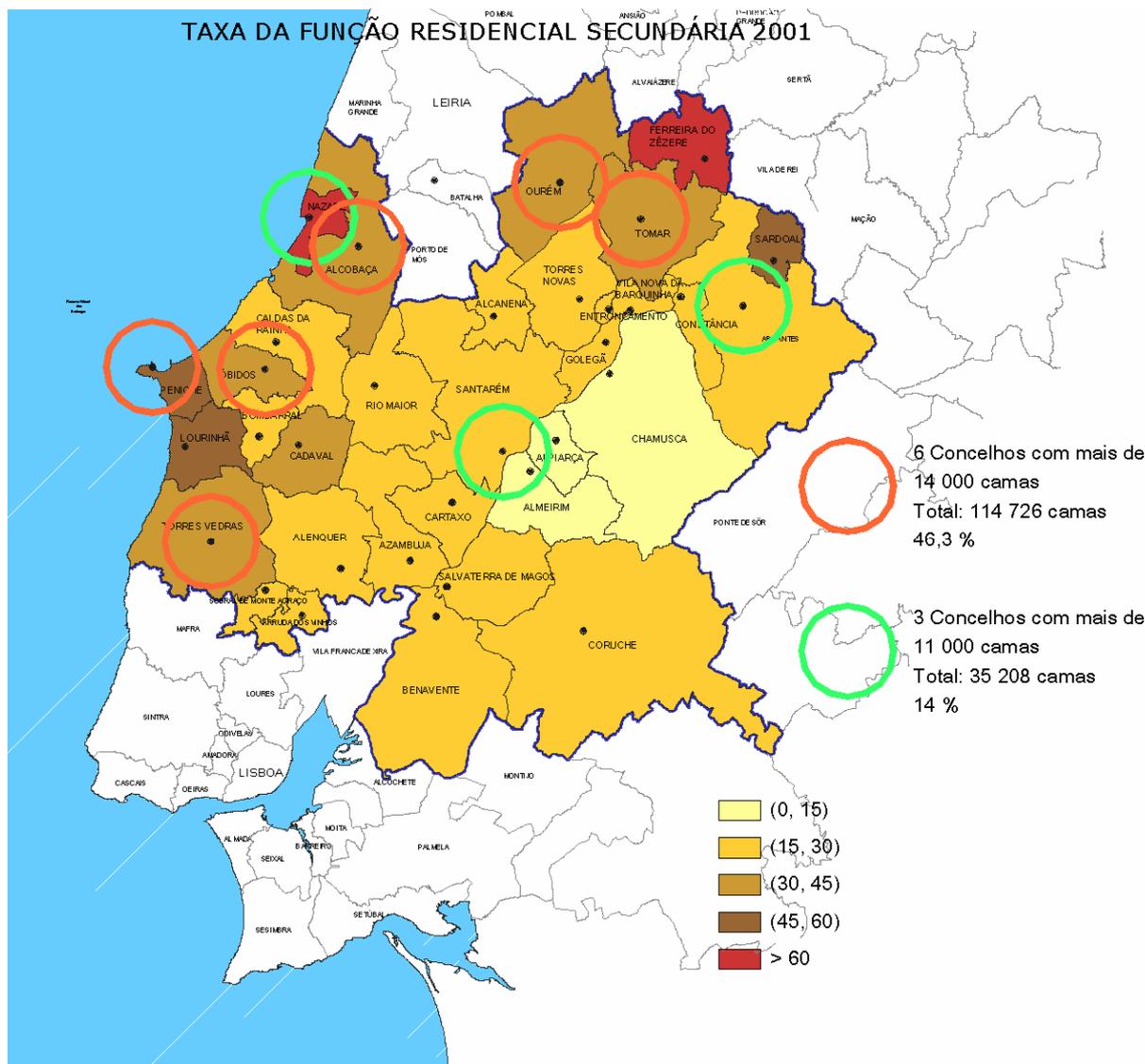


FIGURA 12 - TAXA DA FUNÇÃO RESIDENCIAL SECUNDÁRIA (2001)

12.2. Recursos e Produtos Turísticos e de Lazer

12.2.1. Recursos e Produtos Turísticos

A oferta do alojamento turístico classificado está directamente relacionada com os Produtos Turísticos mobilizadores da deslocação, e com a percepção dos Destinos Turísticos. Diremos assim,

que existem dois Destinos nesta área: um que é “**Lisboa**” (área metropolitana), e que enquanto tal se alarga sobretudo à Zona Oeste, e outro que é “**Fátima**” (Figura 13 - destinos turísticos)

A relação da Região com o Destino Lisboa materializa-se sobretudo como oferta complementar, através das excursões a partir da Área Metropolitana para os arredores próximos, num raio de 100 / 120 Km, e que alcançam a Norte, Alcobaça / Batalha / Fátima e Tomar, e, para Sul, Évora. O Destino Turístico Fátima autonomiza-se na Região, uma vez que oferece integralmente o Produto (turismo religioso), o Alojamento e, ainda, o excursionismo às áreas envolventes a partir de Fátima. Lisboa é neste caso a “porta” de entrada para Fátima, sobretudo para estrangeiros que se deslocam de avião ou mesmo de comboio. A actividade turística no restante território objecto do PROT distribui-se por dois grandes eixos / corredores – o do Litoral, de Torres Vedras a Alcobaça; e o do Vale do Tejo – da Azambuja a Tomar / Abrantes.

Na Figura seguinte temos a distribuição territorial do alojamento turístico. Se procurarmos associar o alojamento aos produtos que servem, diremos que em toda a Região os produtos “Touring cultural e paisagístico” e o “Short-break” são os principais produtos.

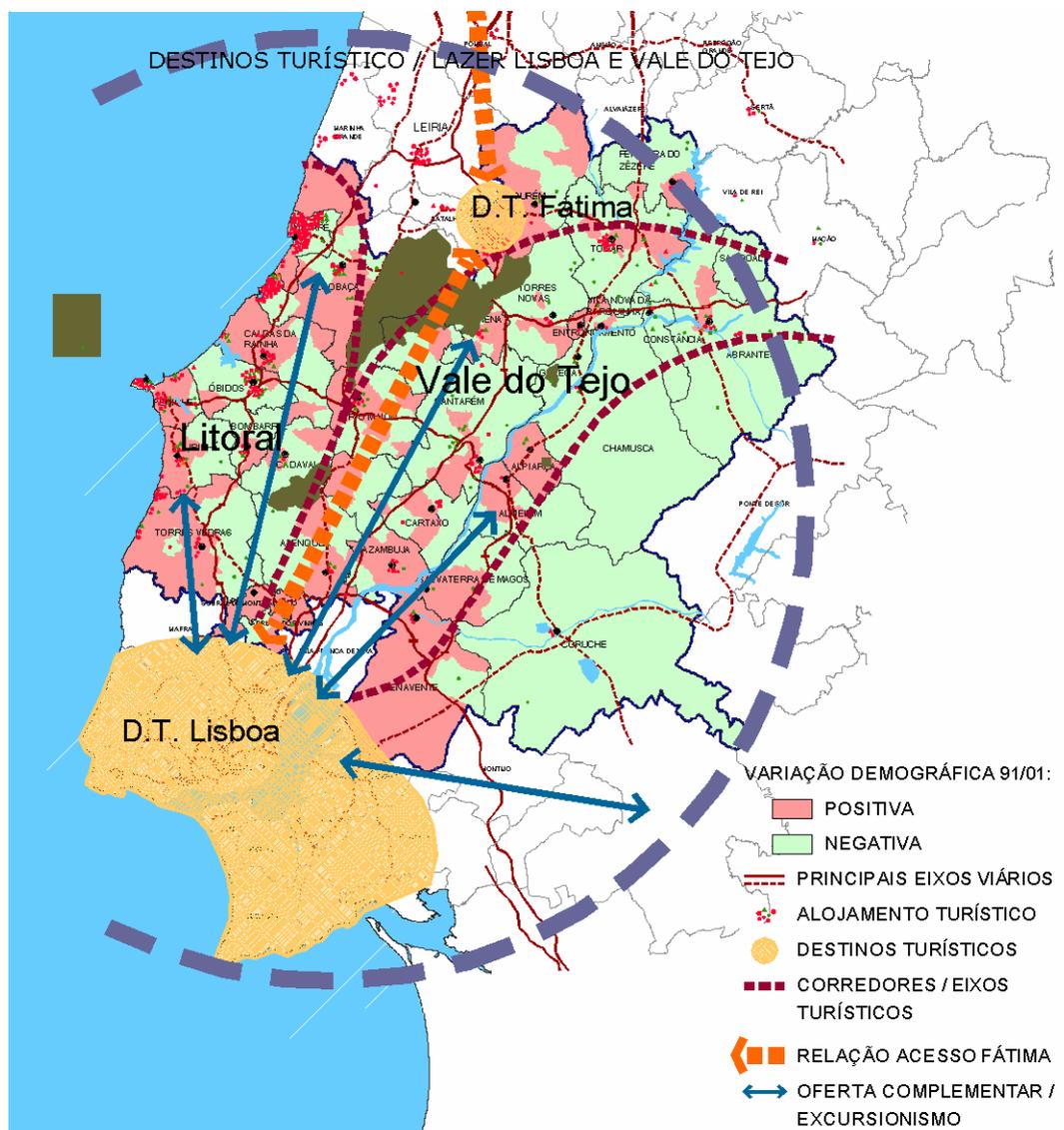


FIGURA 13 - DESTINOS TURÍSTICOS

Estes **produtos turísticos** estão associados à vontade de conhecimento das características da Região, não só naturais e paisagísticas, sobretudo associadas à ruralidade dos espaços, como culturais e humanizadas, associadas à história, ao património, à gastronomia, às actividades e às tradições.

No corredor **Litoral** o produto principal é o **"Sol e Mar"** associado às funções balneares e nalguns casos complementado pelo produto **"Golfe"** e pelos **"Eventos"**.

No **corredor do Vale do Tejo** ao produto principal **"Touring"** associam-se os **"Eventos"**, não desempenhando ainda o Rio Tejo um produto devidamente estruturado.

Nas Cidades ao longo dos dois eixos referidos a oferta respeitará ainda ao produto **“negócios”**, em função das diversas actividades económicas da Região.

O **“Touring Cultural e Paisagístico”** tem diversas componentes geracionais – a de maior peso será a da AML. Outra é interna à Região, sobretudo no sentido interior / Litoral, outra ainda será de atravessamento do País Norte / Lisboa, Norte / Sul ou vice-versa.

Neste Produto estimamos que se reflectam as dormidas no Continente, ou seja 44,7 % de nacionais e 55,3% de estrangeiros. Já o **“Short-break”** terá a sua principal geração na AML e interna, reportando-se sobretudo ao mercado nacional.

Como **Produtos emergentes** destacam-se o **“Golfe”** e o turismo de **“Saúde e Bem Estar”**, protagonizado sobretudo pelas tradicionais Termas, ambos com potencial de afirmação e crescimento.

Também o Turismo Desportivo, traduzido em **“Estágios”** e **“Eventos”** é potenciado pelas infraestruturas que a Região já oferece.

Um outro aspecto relevante é que a par dos produtos turísticos referidos, a presença do valioso património, bem como de actividades culturais e recreativas distribuídas por toda a Sub-Região OVT, associadas à gastronomia diversificada são atractivos para muitos visitantes (que não pernoitam) mas que aí se deslocam em excursões organizadas ou individuais.

Aqui se implementa o segundo mais antigo circuito turístico do país, a seguir a Sintra – Fátima – Batalha – Alcobaça – Nazaré.

Os números dos visitantes são disso a tradução³²:

- Santuário de Fátima – 5.000.000 de visitantes / Ano (alguns serão turistas que pernoitam);
 - 1.000.000 de várias nacionalidades;
 - 1.000.000 de espanhóis;
 - 3.000.000 de portugueses.
- Mosteiro de Santa Maria da Vitória na Batalha - 285.000 / ano;
- Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça – 167.900 / ano;
- Convento de Cristo em Tomar – 170.000 / ano.

Apesar do potencial de recursos e mesmo de produtos que a Sub-Região já oferece, e da qualidade crescente dos meios promocionais (folhetos, mapas, rotas e circuitos) desenvolvidos pelas Regiões de Turismo, cremos que é possível apostar no aprofundamento e especialização da oferta turística e de lazer, uma perspectiva de exploração das complementaridades territoriais. As taxas de ocupação na hotelaria e mais ainda no TER, genericamente baixas, denunciam de algum modo a falta de **“produto”** e de uma formatação e promoção adequadas.

³² Valores a aferir com IPPAR.

A aposta referida passa pelo reforço dos produtos turísticos existentes e emergentes, pela melhor formatação dos produtos de lazer e pelo estabelecimento de redes de oferta.

Fátima e o produto associado ao Turismo Religioso, que será em breve reforçado com a inauguração da nova Basílica e com os projectos de reestruturação urbanística na envolvente, destaca-se muito no conjunto da oferta sub-regional, funcionando efectivamente como a primeira âncora da atracção à Região.

O levantamento efectuado permitiu identificar os principais produtos já consolidados, referenciados no Quadro 1 e na Figura 01. (*vide* Desenho 12- LOCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E RECURSOS TURÍSTICOS, ACTIVIDADES DE LAZER E OFERTA COMPLEMENTAR NO OESTE E VALE DO TEJO)

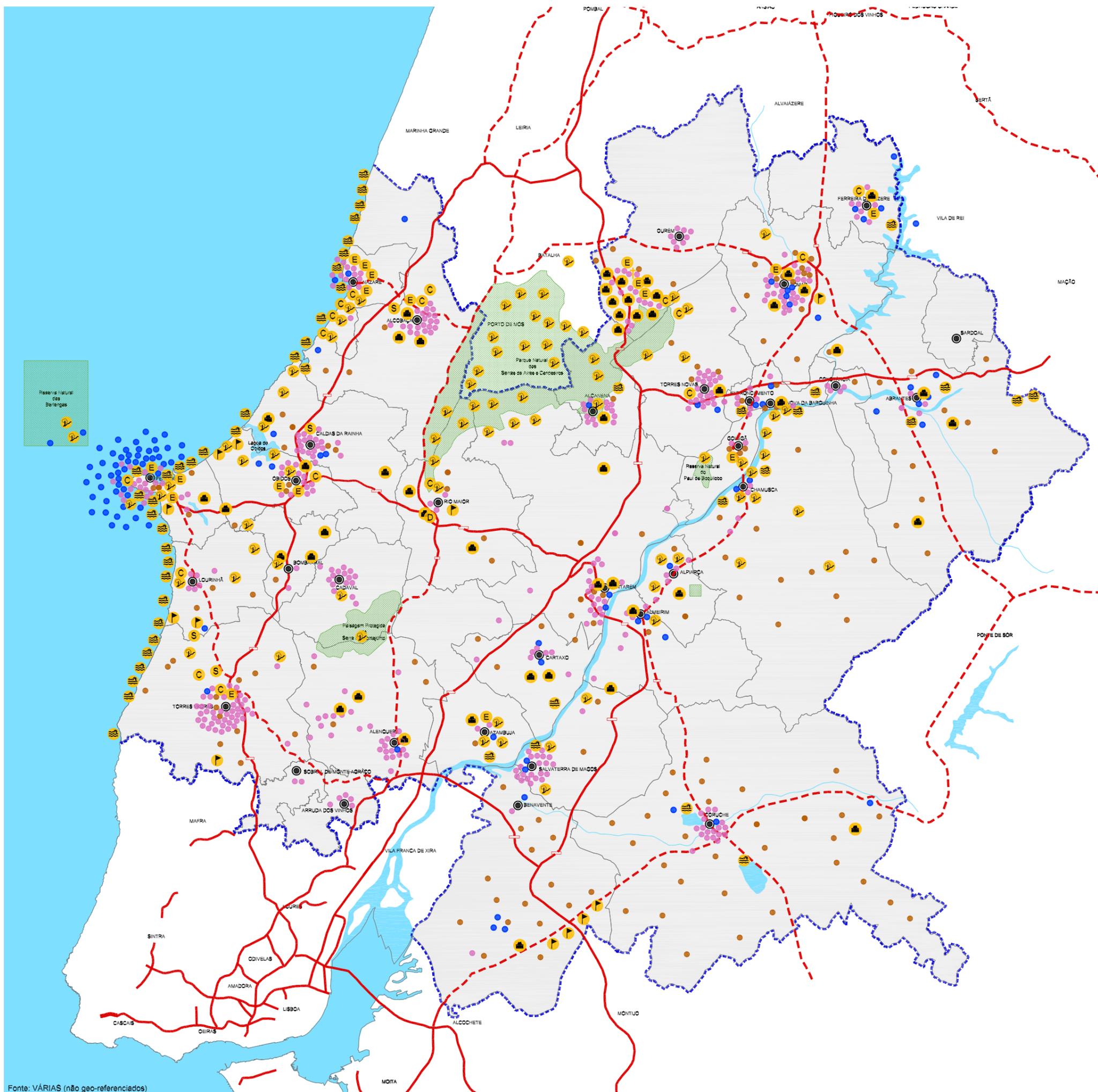
A distribuição territorial dos produtos, recursos, infra-estruturas e actividades associados ao turismo e ao recreio e lazer da população foi identificada³³ e analisada, de acordo com as seguintes categorias:

- Produtos e Recursos Turísticos;
- Actividades de Lazer e Recursos que lhes estão associados;
- Oferta Complementar.

Para os Produtos Turísticos foi feito um levantamento exaustivo dos produtos, recursos e infra-estruturas da região (*vide* Desenho 13- PRINCIPAIS PRODUTOS E RECURSOS NO OESTE E VALE DO TEJO), o que permitiu identificar os principais produtos já consolidados:

- SOL E PRAIA, associado às praias marítimas e fluviais. Este produto turístico distribui-se ao longo da fachada atlântica e pontualmente ao longo do rio Tejo e das albufeiras e lagoas que integram este território;
- GOLFE, com maior relevância junto à fachada atlântica e com maior concentração no concelho de Benavente. O território Oeste e Vale do Tejo integra no total 11 campos de golfe;

³³ Todos os dados relativos aos levantamentos dos produtos, actividades e oferta complementar estão disponíveis nos seguintes sites: REGIÃO DE TURISMO DO OESTE: <http://www.rt-oeste.pt>; REGIÃO DE TURISMO DO RIBATEJO: <http://www.rribatejo.org>; REGIÃO DE TURISMO DOS TEMPLÁRIOS: <http://www.rtemplarios.pt>; REGIÃO DE TURISMO DE LEIRIA/FÁTIMA: <http://www.rt-leiriafatima.pt>; LIFE COOLER – O Guia da Boa Vida: <http://www.lifecooler.com>; e respectivos sites das Câmaras Municipais.



- LEGENDA:**
- PRODUTOS TURÍSTICOS DIFERENCIADOS:**
- Sol e Praia - Praias Marítimas e Fluviais
 - Golfe
 - MICE
 - Eventos
 - Estágios Desportivos
 - Religioso
 - Touring Cultural e Paisagístico
 - Turismo da Natureza
 - Turismo Científico
 - Saúde e Bem Estar
- ACTIVIDADES DE LAZER:**
- TERRA**
 - Caça
 - Karting
 - Tiro
 - Hipismo
 - Aventura
 - MAR**
 - Pesca
 - Mergulho
 - Surf / Kitsurf
 - Vela
 - Canoagem
 - Marítimo-Turísticas
 - OFERTA COMPLEMENTAR:**
 - Património da Humanidade
 - Museus / Teatros
 - Castelos
 - Património Construído
 - Festas / Feiras
 - Gastronomia / Vinhos
 - Excursões
 - Touradas

LOCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E RECURSOS TURÍSTICOS,
ACTIVIDADES DE LAZER E OFERTA COMPLEMENTAR NO OVT

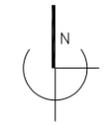
TURISMO, LAZER E CULTURA 12

BRUNO SOARES arquitectos

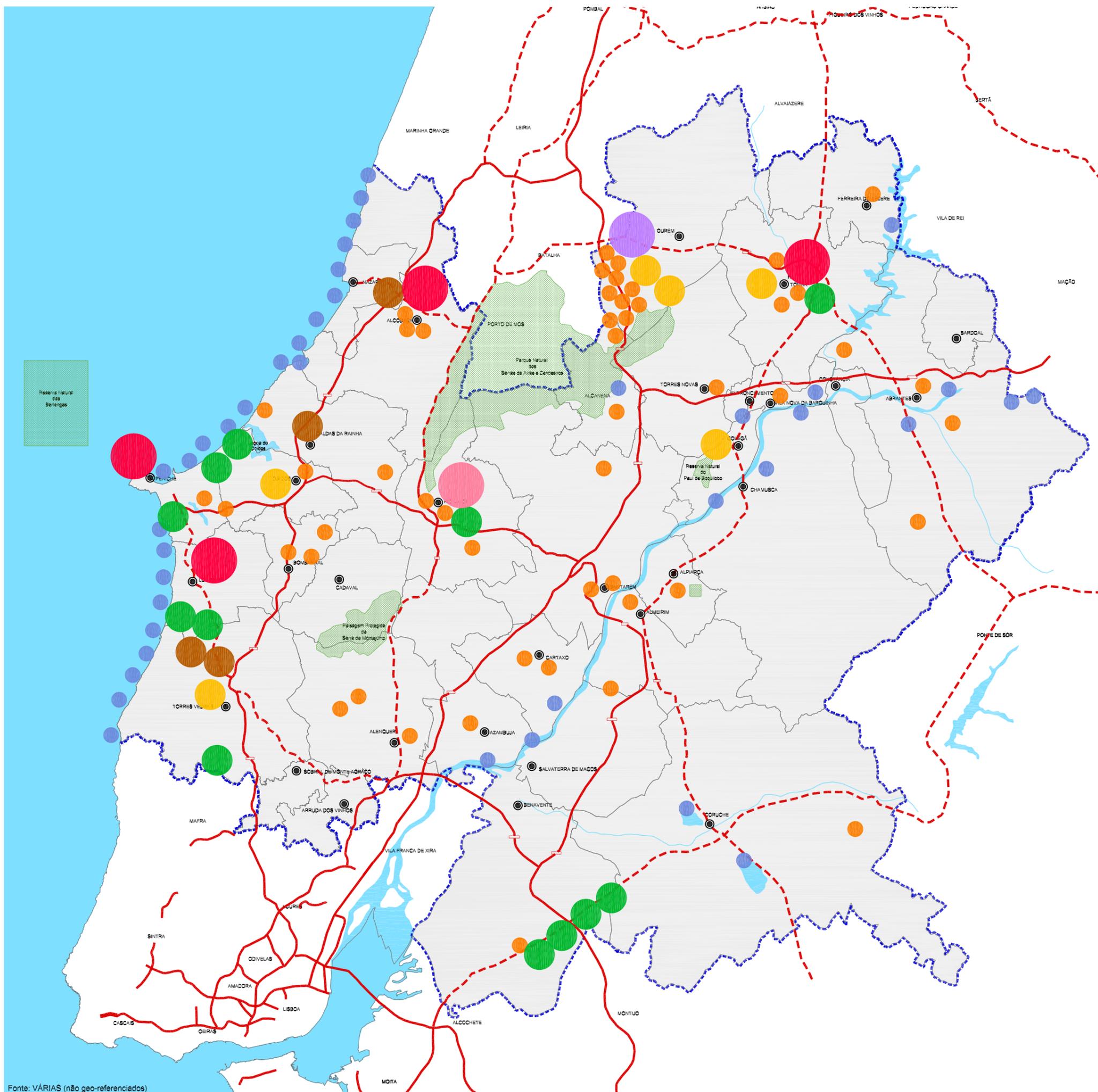


MAIO 2007

Escala 1: 500 000



Fonte: VÁRIAS (não geo-referenciados)



Fonte: VÁRIAS (não geo-referenciados)

LEGENDA:

- Religioso
- Turismo Desportivo
- Turismo Científico
- Golfe
- Eventos
- Saúde e Bem Estar
- Sol e Praia (Marítimas e Fluviais)
- Mice

PRINCIPAIS PRODUTOS E RECURSOS TURÍSTICOS NO OESTE E VALE DO TEJO

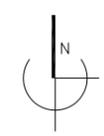
TURISMO, LAZER E CULTURA 13

BRUNO SOARES arquitectos



MAIO 2007

Escala 1: 500 000



- MICE, que corresponde à existência de salas preparadas para a realização de congressos e reuniões com alojamento integrado. Este produto distribui-se um pouco por toda a área (50 espaços no total), com maior concentração na margem direita do rio Tejo, e com particular incidência na Freguesia de Fátima, com 11 espaços que integram 15 salas;
- EVENTOS, com capacidade de organização e de acolhimento dos visitantes nacionais e internacionais. A este produto encontram-se associadas a Festa dos Chocolate e Semana Internacional de Piano de Óbidos (Óbidos); a Feira Internacional do Cavalo (Golegã); a Festa dos Tabuleiros (Tomar), o Carnaval de Torres Vedras (Torres Vedras), o 13 de Maio, o 13 de Outubro e Festival de Música em Leiria (Fátima/Ourém); a Semana da Renda de Bilros, Feira Internacional do Artesanato e Festa Nossa Senhora da Boa Viagem (Peniche); Meia Maratona Internacional da Nazaré, Nazaré Bodyboard Special Edition, Jornadas de Cultura Marítima e Recreação da Arte Xavega (Nazaré); Mostra Internacional de Doces e Licores Conventuais (Alcobaça); o "Círius" – Teatro de Rua Religioso (Ferreira do Zêzere); e a Feira de Maio.



ILUSTRAÇÃO 4 - FESTA DOS TABULEIROS - TOMAR



ILUSTRAÇÃO 5 - FEIRA INTERNACIONAL DO CAVALO - GOLEGÃ



ILUSTRAÇÃO 6 - CARNAVAL DE TORRES VEDRAS

- **TURISMO DESPORTIVO**, que corresponde à realização de estágios desportivos e eventos de alta competição. O Centro de Estágios de Rio Maior constitui a única infra-estrutura identificada com capacidade para acolher este tipo de actividades;
- **TURISMO RELIGIOSO**, que integra os eventos, peregrinações e visitas de carácter religioso, como o Santuário de Fátima;



ILUSTRAÇÃO 7 - SANTUÁRIO DE FÁTIMA³⁴

- TOURING CULTURAL E PAISAGÍSTICO percorre toda a região utilizando todos os recursos e actividades de lazer presentes. Constituindo o Oeste e Vale do Tejo um território de elevada diversidade cultural e paisagística, estamos portanto em presença de condições excepcionais para o desenvolvimento e consolidação deste produto;
- TURISMO DA NATUREZA decorre da articulação dos recursos com um conjunto alargado de actividades. A estes recursos correspondem os Parques e Reservas Naturais, as albufeiras, os rios, o mar, as grutas e as pegadas de dinossauros. As actividades que integram este produto consubstanciam os Circuitos da Natureza: circuitos pedestres, cicláveis, de BTT, equestres. No

³⁴ Fonte: Bruno Soares Arquitectos

Oeste e Vale do Tejo este produto distribui-se em três grandes áreas: na fachada atlântica, na proximidade das margens do rio Tejo e no Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros;

- **TURISMO CIENTÍFICO** decorre nesta região, das características específicas que a definem, com a presença de elementos naturais e culturais de grande valor patrimonial e interesse científico (grutas, pegadas de dinossauros, património construído pelas ordens religiosas – Templários, Cister, o património gótico): a Espeleologia, a Paleontologia, Arqueologia Subaquática, o estudo das Ordens Religiosas.
- **SAÚDE E BEM-ESTAR**, encontra-se associado à existência e funcionamento de infra-estruturas que fazem o aproveitamento das águas medicinais existentes na região. Estas infra-estruturas localizam-se no Oeste, desde Alcobaça até Torres Vedras, com termas nas Caldas da Rainha e Vimeiro;

PRODUTOS E RECURSOS TURÍSTICOS NA REGIÃO OESTE E VALE DO TEJO

Região	Concelho	PRODUTOS E RECURSOS TURÍSTICOS								
		Turismo Religioso	Sol e Praia	Golfe	Turismo Desportivo	Eventos	MICE	Turismo Natureza	Turismo Científico	Saúde e Bem-Estar
OESTE		0	47	6	1	2	13	0	5	3
	Caldas da Rainha		1				2			1
	Óbidos		3	1		1				
	Peniche		15	1			2		1	
	Rio Maior			1	1		3		1	
	Bombarral						3			
	Lourinhã		8	1					1	1
	Cadaval									
	Torres Vedras		20	2		1			2	1
	Alenquer						3			
	Sobral de Monte Agraço									
	Arruda dos Vinhos									
LEIRIA / FÁTIMA		1	14	0	0	2	14	0	0	1
	Nazaré		4							
	Alcobaça		10				3			1
	Ourém									
	Fátima	1				2	11			
TEMPLÁRIOS		0	2	1	0	1	5	0	0	0
	Ferreira do Zézere		1				1			
	Tomar			1		1	3			
	Sardoal									
	Torres Novas						1			
	Entroncamento		1							
RI BATEJO		0	12	4	0	1	18	0	0	0
	Abrantes		3				4			
	Constância		1							
	Vila Nova da Barquinha		1				1			
	Golegã					1				
	Alcanena		1				1			
	Santarém						3			
	Chamusca		1							
	Alpiarça						1			
	Almeirim						2			
	Cartaxo		1				3			
	Azambuja		1				1			
	Salvaterra de Magos		1							
	Benavente			4			1			
	Coruche		2				1			
TOTAL		1	75	11	1	6	50	0	5	4

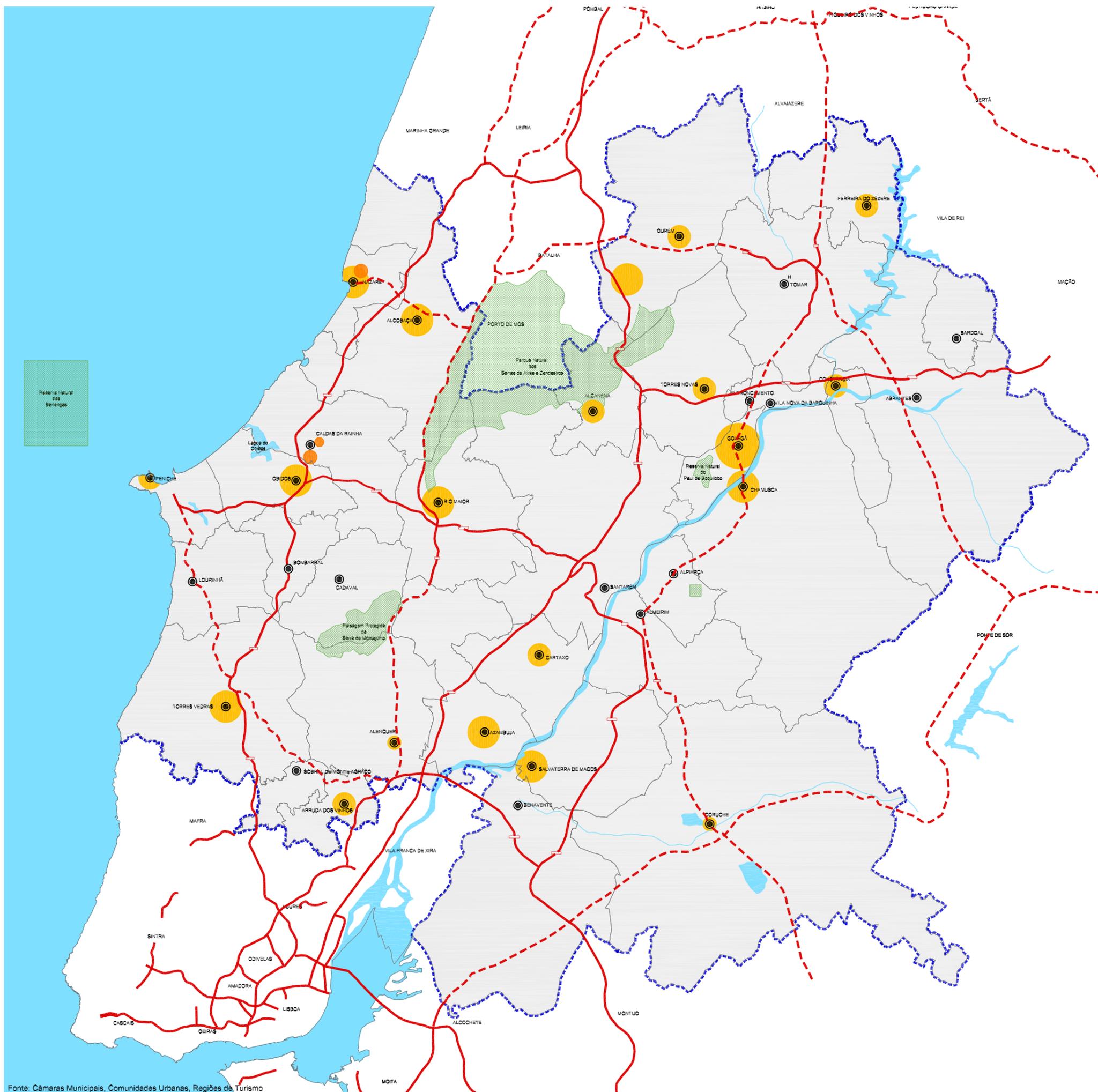
Fonte: Várias

QUADRO 31 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS NO OESTE E VALE DO TEJO

12.2.2. Eventos

A atracção global por concelho e a sua distribuição territorial foi analisada pela capacidade de cada concelho tem em promover eventos e actividades, avaliada pelo número de visitantes ao ano, assim como pelo número de visitantes dos equipamentos da Rede Nacional de Museus.

O Desenho 14 – CAPACIDADE DE ATRACÇÃO GLOBAL, POR CONCELHO (2005) representa essa capacidade de atracção global onde foram introduzidos as quantificações dos dados enviados pelas Câmaras Municipais, Comunidades Urbanas e Regiões de Turismo, relativos aos eventos realizados em cada concelho.



- LEGENDA:**
- EVENTOS - NÚMERO DE VISITANTES**
(da totalidade de Eventos ocorridos):
- 1 a 5 milhões visitantes/ano
 - 100 mil a 1 milhão visitantes/ano
 - 5 a 100 mil visitantes/ano
 - < 5 mil visitantes/ano
- MUSEUS - NÚMERO DE VISITANTES** (Rede Nacional afectos ao IPM):
- > 25 mil visitantes/ano
 - 20 a 25 mil visitantes/ano

CAPACIDADE DE ATRACÇÃO GLOBAL, POR CONCELHO (2005)

TURISMO, LAZER E CULTURA 14

BRUNO SOARES arquitectos

MAIO 2007

ESCALA 1: 500 000

PROT-OVT

Fonte: Câmaras Municipais, Comunidades Urbanas, Regiões de Turismo

Dos Eventos já inventariados, destacam-se como Produtos Turísticos 16 de visibilidade internacional, nos concelhos de Óbidos, Peniche, Nazaré, Alcobaça, Ferreira do Zêzere, Golegã e Azambuja.

Da globalidade dos valores disponibilizados pelas entidades acima referidas, foram quantificados 117 eventos, dos quais 70 são de nível Regional, 31 Nacionais e 16 de visibilidade Internacional, nos concelhos de Óbidos, Peniche, Nazaré, Alcobaça, Ferreira do Zêzere, Golegã e Azambuja. O evento com maior número de visitantes foi a Feira Internacional do Cavalo, com 1 000 000 de visitantes. ~~(vide Desenho 12 – Capacidade de Atracção Global, por Concelho 2005).~~

Deverá ter-se em atenção que os dados e conclusões apresentados não abrangem a totalidade dos eventos, na medida em que não se dispõe de informação completa solicitada às Câmaras Municipais e Regiões de Turismo.

TIPOLOGIA DE EVENTOS POR CONCELHO E NÚMERO DE VISITANTES (2005)

Região	Concelho	Número Eventos	Número Visitantes 2005	Eventos Regionais	Eventos Nacionais	Eventos Internacionais
OESTE		67	1.135.803	33	24	10
	Caldas da Rainha					
	Óbidos	10	265.000	5	3	2
	Peniche	13	18.603	8	2	3
	Rio Maior	2	100.000	0	2	0
	Bombarral					
	Lourinhã					
	Cadaval	10	não contabilizados	7	3	0
	Torres Vedras	23	676.800	7	11	5
	Alenquer	6	1.400	4	2	0
	Sobral de Monte Agraço					
	Arruda dos Vinhos	3	74.000	2	1	0
LEIRIA / FÁTIMA		22	685.000	5	9	8
	Nazaré	8	134.000	1	3	4
	Alcobaça	9	157.000	3	5	1
	Ourém	4	44.000			
	Fátima	1	350.000	1	1	3
TEMPLÁRIOS		18	94.936	12	5	1
	Ferreira do Zêzere	7	17.622	5	1	1
	Tomar					
	Sardoal					
	Torres Novas	11	77.314	7	4	0
	Entroncamento					
RIBATEJO		52	1.450.043	40	10	2
	Abrantes					
	Constância	3	40.000	1	2	0
	Vila Nova da Barquinha					
	Golegã	1	1.000.000	0	0	1
	Alcanena	13	18.200	8	5	0
	Santarém					
	Chamusca	1	120.000	1	0	0
	Alpiarça					
	Almeirim					
	Cartaxo	2	32.000	2	0	0
	Azambuja	1	100.000	0	0	1
	Salvaterra de Magos	16	136.300	13	3	0
	Benavente					
	Coruche	15	3.543	15	0	0
TOTAL		159	3.365.782	90	48	21

Fonte: Câmaras Municipais, Regiões de Turismo, Comunidades Urbanas

QUADRO 32 - CAPACIDADE DE ATRACÇÃO GLOBAL, POR CONCELHO (2005)

12.2.3. Actividades de Lazer

Verifica-se que a Região Oeste e Vale do Tejo é rica na oferta de actividades de recreio e Lazer (*vide* Desenho 15 - ACTIVIDADES DE RECREIO E LAZER NO OESTE E VALE DO TEJO). No entanto cremos que, a par de recursos ainda não potenciados, será necessária uma formatação tematizada em termos sub-regionais, capaz de atrair mais públicos com motivações específicas.

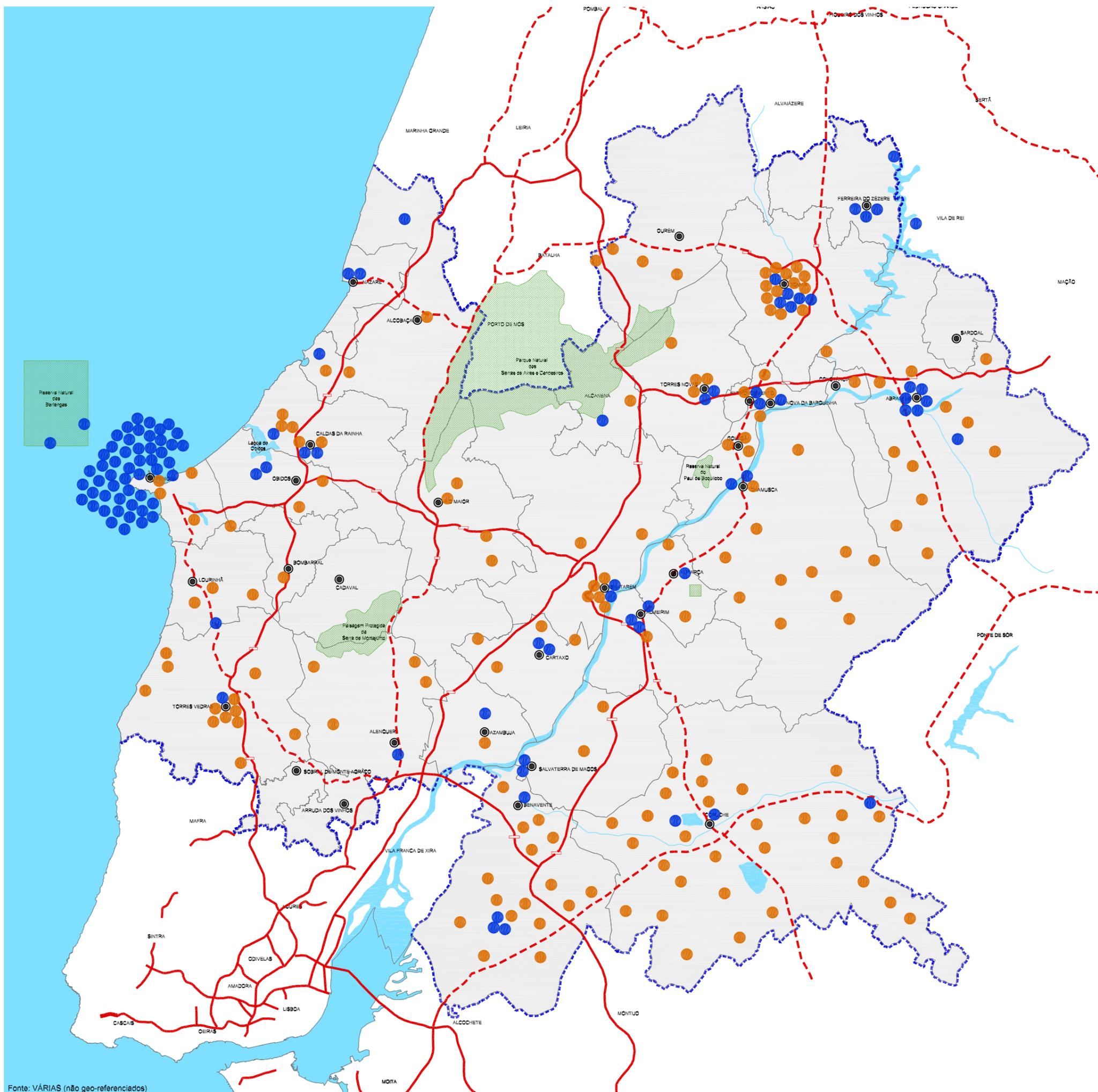
Para as Actividades de Lazer foi feito um levantamento exaustivo das actividades realizadas que utilizam os recursos terrestres e marítimos da região:

- CAÇA
- KARTING
- TIRO
- HIPISMO
- AVENTURA
- PESCA
- MERGULHO
- SURF/KITESURF
- VELA
- CANOAGEM
- MARÍTIMO-TURÍSTICAS

Verificou-se uma predominância das actividades ligadas à caça, seguida da pesca, hipismo e desporto de aventura. Embora toda a costa marítima constitua um local privilegiado para o desenvolvimento de actividades como a pesca, é na região do Ribatejo que se observa uma maior concentração desta actividade, com 28 registos do aproveitamento do rio Tejo como recurso, sendo de 18 observados em toda a zona de costa, 16 dos quais em Peniche. Nas marítimo-turísticas, a maior incidência assinala-se em Peniche, com 23 dos 24 registos.

É também na região do Ribatejo que mais se desenvolve a caça com 62 reservas de caça turística, das 72 existentes em todo o território. Também o hipismo tem maior expressão na região ribatejana, com 15 dos 34 centros hípicas e coudelarias.

Por outro lado, o desporto aventura, que integra os desportos radicais, surge com maior destaque na região Oeste, com 14 dos 31 assinalados.



Fonte: VÁRIAS (não geo-referenciados)

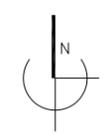
LEGENDA:

- TERRA
 - Caça
 - Karting
 - Tiro
 - Hipismo
 - Aventura
- ÁGUA
 - Pesca
 - Mergulho
 - Surf/Kitesurf
 - Vela
 - Canoagem
 - Marítimo-Turísticas



MAIO 2007

Escala 1: 500 000



ACTIVIDADES DE LAZER NA REGIÃO OESTE E VALE DO TEJO

Região	Concelho	ACTIVIDADES E RECURSOS DE LAZER										
		Caça	Karting	Tiro	Hípismo	Aventura	Pesca	Mergulho	Surf/Kite surf	Vela	Canoagem	Marítimo-Turísticas
OESTE		4	3	3	11	14	18	5	12	1	2	23
	Caldas da Rainha			1	2	2	1	1		1		
	Obidos					2					2	
	Peniche			1	2	2	16	4	9			23
	Rio Maior				1	2						
	Bombarral		1									
	Lourinhã	1	1		1				2			
	Cadaval											
	Torres Vedras		1	1	4	6			1			
	Alenquer	3			1		1					
	Sobral de Monte Agraço											
	Arruda dos Vinhos											
LEIRIA / FÁTIMA		0	1	0	5	0	4	0	0	0	0	0
	Nazaré						3					
	Alcobaça				3		1					
	Ourém				1							
	Fátima		1		1							
TEMLÁRIOS		2	0	1	3	10	13	0	0	0	0	1
	Ferreira do Zézere						3					1
	Tomar	1		1	3	8	6					
	Sardoal											
	Torres Novas	1				2	2					
	Entroncamento						2					
RIBATEJO		66	2	1	15	7	28	0	0	0	0	0
	Abrantes	7	1	1		2	6					
	Constância				1							
	Vila Nova da Barquinha					3	1					
	Golegã				2							
	Alcanena					1	1					
	Santarém	3			2	1	2					
	Chamusca	12			1		2					
	Alpiarça						1					
	Almeirim		1		1		3					
	Cartaxo	1			3		2					
	Azambuja				1		1					
	Salvaterra de Magos	2					2					
	Benavente	14			1		4					
	Coruche	27			3		3					
TOTAL		72	6	5	34	31	63	5	12	1	2	24

Fonte: Várias

QUADRO 33 - DISTRIBUIÇÃO DAS ACTIVIDADES DE LAZER NO OESTE E VALE DO TEJO

12.2.4. Oferta Complementar

A diversidade e quantidade de informação que este ponto encerra não nos possibilitaram o seu tratamento aprofundado em todos os itens considerados. Apresenta-se assim, neste ponto, a informação tratada até ao momento, sendo que será completada, ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Para a Oferta Complementar, foi feito um levantamento que enquadra e apoia os produtos turísticos e as actividades de lazer da população (*vide* Desenho 16 - PRINCIPAL OFERTA COMPLEMENTAR (EXCLUINDO PATRIMÓNIO) NO OESTE E VALE DO TEJO), dos quais se destacam:

- PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE

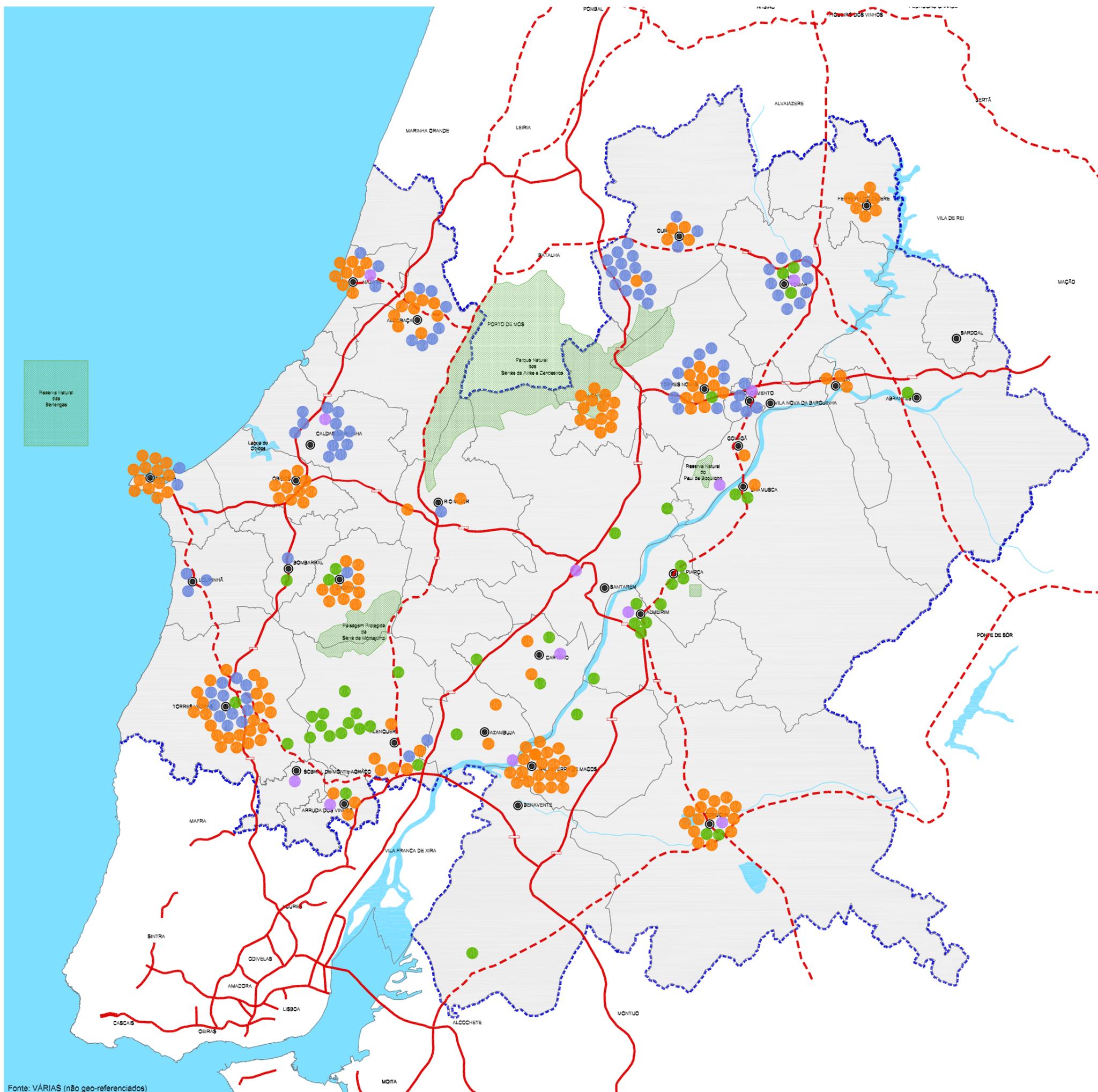
- MUSEUS/TEATROS
- CASTELOS
- PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO
- FESTAS/FEIRAS
- GASTRONOMIA/VINHOS
- EXCURSIONISMO
- TOURADAS

A Oferta Complementar constitui uma agregação e articulação de actividades que contribui para o reforço do enquadramento e qualificação da região como destino turístico, podendo potenciar o desenvolvimento de dinâmicas culturais diferenciadas deste território. Da análise efectuada à distribuição territorial da Oferta Complementar no Oeste e Vale do Tejo, observa-se uma significativa presença do património na região – Património da Humanidade, Castelos, Fortificações, Sítios Arqueológicos e Equipamentos Culturais, nomeadamente Museus.

Ainda na abordagem patrimonial e cultural do território, a Rede de Museus (33,9 % do total nacional) e a Animação Cultural (traduzida nas Festas e Feiras da região, constituem-se como elementos fundamentais da dinamização cultural da região.

Também na Gastronomia/Vinhos se pode observar o importante papel que estes elementos têm na região, com 50 espaços identificados com ligação às diversas rotas dos vinhos.

O Excursionismo (que integra as agências de Viagens e Rent-a-Car) apresenta valores expressivos para globalidade da região, com um total de 86 operadores identificados. Este tipo de serviços distribui-se um pouco por todo o território, com maior incidência nas regiões Oeste, Templários e Leiria/Fátima, com relevância para o percurso turístico Convento de Cristo / Santuário de Fátima / Mosteiro da Batalha / Mosteiro de Alcobaça / Óbidos.



Reserva Natural das Berlengas

LEGENDA:

- Festas/Feiras
- Gastronomia/Vinhos
- Excursões
- Touradas

PRINCIPAL OFERTA COMPLEMENTAR (Excluindo o Património)
NO OESTE E VALE DO TEJO

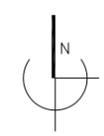
TURISMO, LAZER E CULTURA 16

BRUNO SOARES arquitectos



MAIO 2007

Escala 1: 500 000



Fonte: VÁRIAS (não geo-referenciados)

OFERTA COMPLEMENTAR NA REGIÃO OESTE E VALE DO TEJO

Região	Concelho	OFERTA COMPLEMENTAR									
		Património Humanidade	Museus	Castelos	Outro Património Construído	Festas/Festas	Gastronomia/Vinhos	Animação Cultural	Animação Urbana	Excursões	Touradas
OESTE		0	8	5	26	25	19	0	0	34	3
	Caldas da Rainha		4		1		1			12	1
	Óbidos			1	2	10					
	Peniche		1	1	4	13				2	
	Rio Maior					2				1	
	Bombarral							2		1	
	Lourinhã		1		2					3	
	Cadaval		1		2			1		1	
	Torres Vedras			1	10			3		12	
	Alenquer		1	2	4			11		2	
	Sobral de Monte Agraço				1						1
	Arruda dos Vinhos							1			1
LEIRIA / FÁTIMA		1	1	2	3	22	0	0	0	27	1
	Nazaré			1	1	8				3	1
	Alcobaça	1			1	2				7	
	Ourém			1		4				3	
	Fátima					1				14	
TEMPLÁRIOS		1	1	2	11	18	9	0	0	25	2
	Ferreira do Zézere					7					
	Tomar	1	1	1	10		5			10	1
	Sardoal						1				
	Torres Novas			1	1	11		3		10	
	Entroncamento									5	1
RIBATEJO		0	6	2	24	52	22	0	0	0	6
	Abrantes				3		1				
	Constância		1			3					
	Vila Nova da Barquinha			1	1						
	Golegã		1		1	1	1				
	Alcanena					13					
	Santarém		2	1	17		1				1
	Chamusca						1	2			1
	Alpiarça		1					3			
	Almeirim							6			1
	Cartaxo				1	2		3			1
	Azambuja				1	1		1			
	Salvaterra de Magos					16		1			1
	Benavente		1					1			
	Coruche					15		2			1
TOTAL		2	16	11	64	117	50	0	0	86	12

Fonte: Várias

QUADRO 34 - DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA COMPLEMENTAR NO OESTE E VALE DO TEJO

13. QUADRO SÍNTESE DE POTENCIALIDADES/DEBILIDADES – OPORTUNIDADES/RISCOS

QUADRO SÍNTESE DO TURISMO E LAZER:

Potencialidades:

Recursos diversificados para o turismo e lazer com destaque para os recursos ligados à Água;

Proximidade a Lisboa destino turístico internacional no qual se integra;

Proximidade à Área Metropolitana de Lisboa, principal pólo demográfico e de consumo do País;

Acessibilidades rodoviárias regionais e de ligação às redes nacionais e transeuropeias de transportes.

Oportunidades:

Crescimento e diversificação da procura turística na Região de Lisboa / Reforço do Destino Lisboa;

Novas acessibilidades regionais e nacionais (melhoria das transversais) permitindo circuitos integrados;

Construção do novo Aeroporto de Lisboa;

Desenvolvimento (crescimento previsível) do Turismo Residencial – Portugal Destino TR (PENT);

Estratégia e política nacional de Turismo (PENT) que elege o Oeste como novo pólo de atracção turística;

Processos de reestruturação interna da Região.

Debilidades

Falta de formatação e promoção de produtos turísticos e de lazer adequados aos recursos da região;

Concorrência de Lisboa e da AML na oferta turística e de alojamento turístico;

Deficientes acessibilidades locais que não acompanham a melhoria das acessibilidades regionais;

Dificuldade de integração do Turismo e Lazer na actividade agrícola regional;

Concorrência no uso do solo com actividades incompatíveis;

Existência de áreas ambiental e paisagisticamente desqualificadas;

Pouca qualificação e integração da Oferta Campismo (falta de Parques de Caravanismo).

Riscos:

Decadência do campo e das actividades;

Expansão metropolitana e suburbanização dos Corredores do Vale do Tejo e do Litoral;

Saturação do mercado de residência secundária;

Pouca diversificação do modelo de oferta de alojamento turístico;

Não enquadramento territorial da residência secundária não integrada no turismo residencial.

PARTE III – TERRITÓRIO E RECURSOS PARA O TURISMO, LAZER E CULTURA

14. TERRITÓRIO E RECURSOS

A área do Oeste e Vale do Tejo abrange um vasto território (8.801,6 Km²) muito diversificado tanto sob o ponto de vista geográfico como económico, social, histórico e cultural, que se traduz numa grande variedade de paisagens, todas elas marcadas por uma longa ocupação humana mas também pelas transformações que se vêm dando sob a crescente influência da Área Metropolitana de Lisboa.

Geograficamente esta sub-região é “segmentada” em sectores que se estendem da AML para Nordeste delimitados pela linha de costa, e cortada pelo Rio Tejo e por uma linha de cumeadas que, sensivelmente da Serra de Sintra e da Serra da Carregueira, prossegue por Montejunto para as cristas das Serras de Aires e Candeeiros.

Esta linha que marca o sentido do relevo interior da Região corresponde a uma barreira física que historicamente separou os espaços do Oeste, no Litoral, e a bacia do Baixo Tejo que do Estuário se estende pela Lezíria até ao estrangulamento do Médio Tejo na zona do Almourol.

Enquanto que, no extremo Nordeste, este território faz a transição para as matas do pinhal da Região Centro, através das Matas Nacionais do Pinhal de Leiria, no Litoral, e das serras, no interior, no extremo Sudoeste confina com a mancha da ocupação metropolitana de Lisboa.

A esta grande diferenciação geográfica correspondem também diversidades culturais, de exploração dos recursos e de organização do território, da sua ocupação e do seu povoamento, de grande importância para as actividades ligadas ao turismo e ao lazer.

Nos Desenho 17 – TURISMO, LAZER E CULTURA NO OESTE E VALE DO TEJO – MODELO ACTUAL e Desenho 18 – OESTE E VALE DO TEJO: TERRITÓRIO DE TURISMO E LAZER – DIAGNÓSTICO, apresentamos uma leitura da Região na óptica do Turismo e do Lazer, isto é das suas principais formas de uso do Território, dos recursos disponíveis para o desenvolvimento do Sector, e das tendências de evolução identificadas e caracterizadas nos pontos anteriores.

Esta leitura faz-se com base em:

- i. **“Unidades Territoriais”**, as quais associam características geográficas e paisagísticas à especificidade de usos e às actividades económicas dominantes, e à actual localização e distribuição territorial das actividades e recursos ligados ao turismo e ao lazer;

- ii. **“Sistemas Turísticos e de Lazer”** que traduzem a existência de espaços estruturados ou tendencialmente estruturados para os usos turísticos e de lazer; e

LITORAL

Área com forte peso da OFERTA TURÍSTICA e de LAZER com grande POTENCIALIDADE e DINÂMICA de DESENVOLVIMENTO

FÁTIMA

FÁTIMA - Destino Maduro a necessitar de REQUALIFICAÇÃO

VALE TEJO / ZÊZERE / ALBUFEIRA CAST. BODE

Área com peso significativo de OFERTA de LAZER - EMERGENTE para o TURISMO - RECURSOS e POTENCIALIDADES NÃO APROVEITADAS

LEGENDA:

PRODUTOS E RECURSOS TURÍSTICOS:

- Religioso
- Turismo Desportivo
- Turismo Científico
- Golfe
- Eventos
- Saúde e Bem Estar
- Sol e Praia (Marítimas e Fluviais)
- Mice

ALOJAMENTO TURÍSTICO:

- Alojamento Turístico Existente

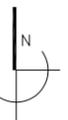
TURISMO, LAZER E CULTURA NO OESTE E VALE DO TEJO - MODELO ACTUAL

TURISMO, LAZER E CULTURA 17

BRUNO SOARES arquitectos

MAIO 2007

Escala 1: 500 000



LEGENDA:

-  LIMITE DA REGIÃO OVT
-  REDE VIÁRIA PRINCIPAL: EXISTENTE - PREVISTA
-  LINHA DE CUMEADA SINTRA - MONTEJUNTO - AIRE/CANDEEIROS
-  ESTUÁRIO DO TEJO
-  RIOS/LAGOAS E ALBUFEIRAS
-  VALE DE CHELEIROS
-  MANCHA DA OCUPAÇÃO METROPOLITANA DE LISBOA
-  PRAIAS
-  AEROPORTO DA PORTELA
-  AEROPORTO DA OTA
-  CORREDORES E NÓS DE ACTIVIDADES INDUSTRIAIS, LOGÍSTICA E COMERCIAIS

I - UNIDADES TERRITORIAIS

-  LITORAL
-  LEZIRIA DO TEJO E VALE DO SORRAIA/VALES DO TEJO E ZÉZERE (MÉDIO TEJO)
-  CAMPOS DO OESTE E VALE DO TEJO
-  PARQUES E ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS
-  A- PARQUE NATURAL AIRE-CANDEEIROS
-  B- RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO
-  C- PAISAGEM PROTEGIDA DA SERRA DE MONTEJUNTO
-  D- RESERVA NATURAL DO P. BOQUILOBO
-  E- PINHAL DE LEIRIA (MATAS NACIONAIS)
-  F- RESERVA NATURAL DAS BERLENGAS
-  PINHAL INTERIOR E LITORAL
-  CHARNECAS DO SUL DO TEJO

II - ESPAÇOS DE POLARIZAÇÃO TURÍSTICA

-  FÁTIMA
-  PATRIMÓNIO HISTÓRICO
- A- ALCOBAÇA (PH)
- B- BATALHA (PH)
- C- TOMAR (PH)
- D- SANTARÉM
- E- ÓBIDOS
- F- LEIRIA
- G- OURÉM
- I - ALMOUROL
- H- MAFRA

III - SISTEMAS TURÍSTICOS E DE LAZER

-  1- SISTEMA TORRES VEDRAS - MAFRA
SUB-SISTEMA ERICEIRA - BARRIL
SUB-SISTEMA SANTA CRUZ - VIMEIRO
-  2- SISTEMA PENICHE - ÓBIDOS - CALDAS DA RAINHA - S. MARTINHO DO PORTO
-  3- SISTEMA NAZARÉ - ALCOBAÇA - PATAIAS
-  4- SISTEMA DO MÉDIO TEJO
-  5- EIXO DO IC-13 - ALCOCHETE - INFANTADO - CORUCHE

OESTE E VALE DO TEJO - TERRITÓRIO DE TURISMO E LAZER (DIAGNÓSTICO)

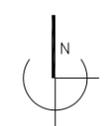
TURISMO, LAZER E CULTURA 18

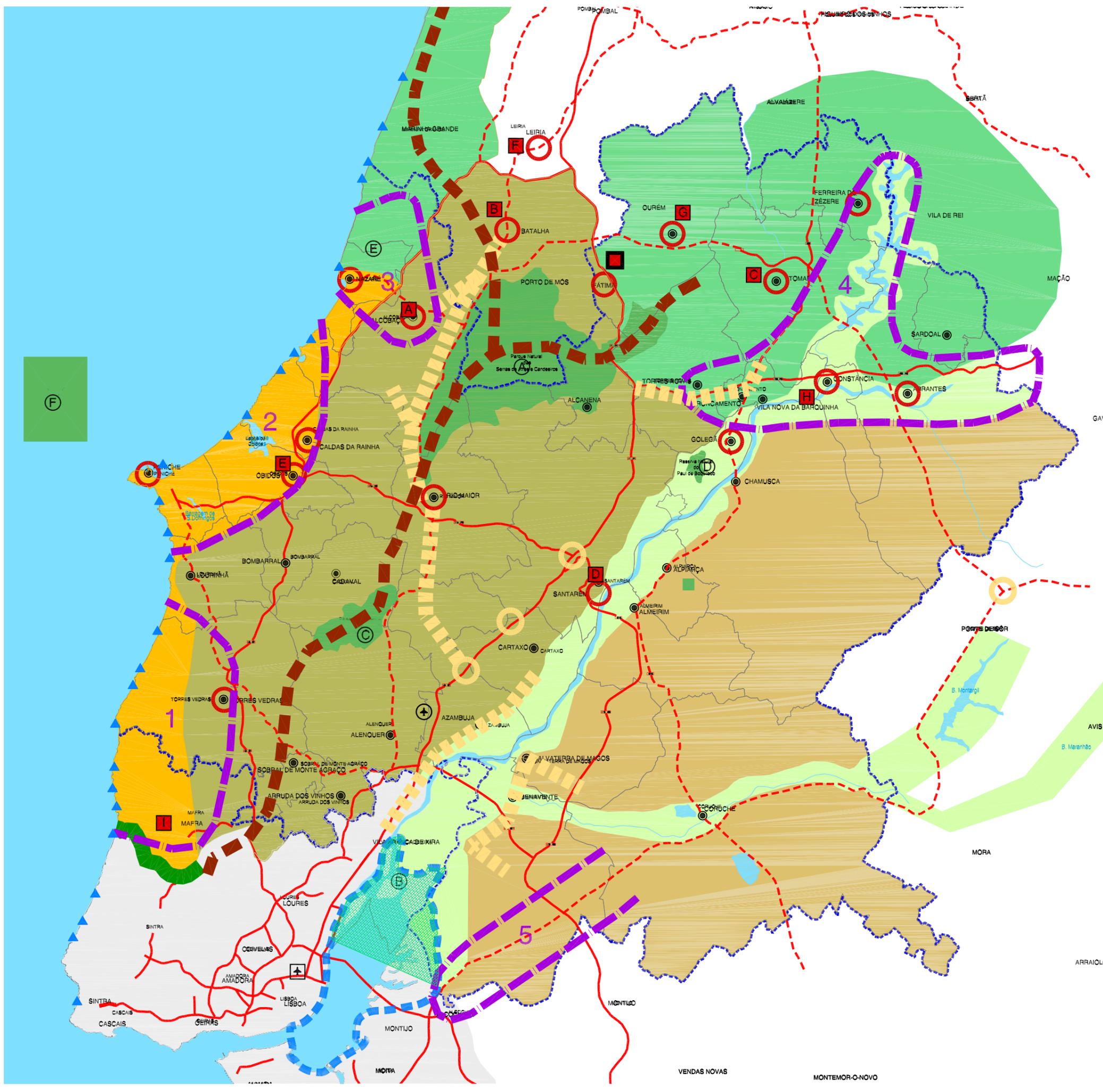
BRUNO SOARES arquitectos

MAIO 2007

Escala 1: 500 000







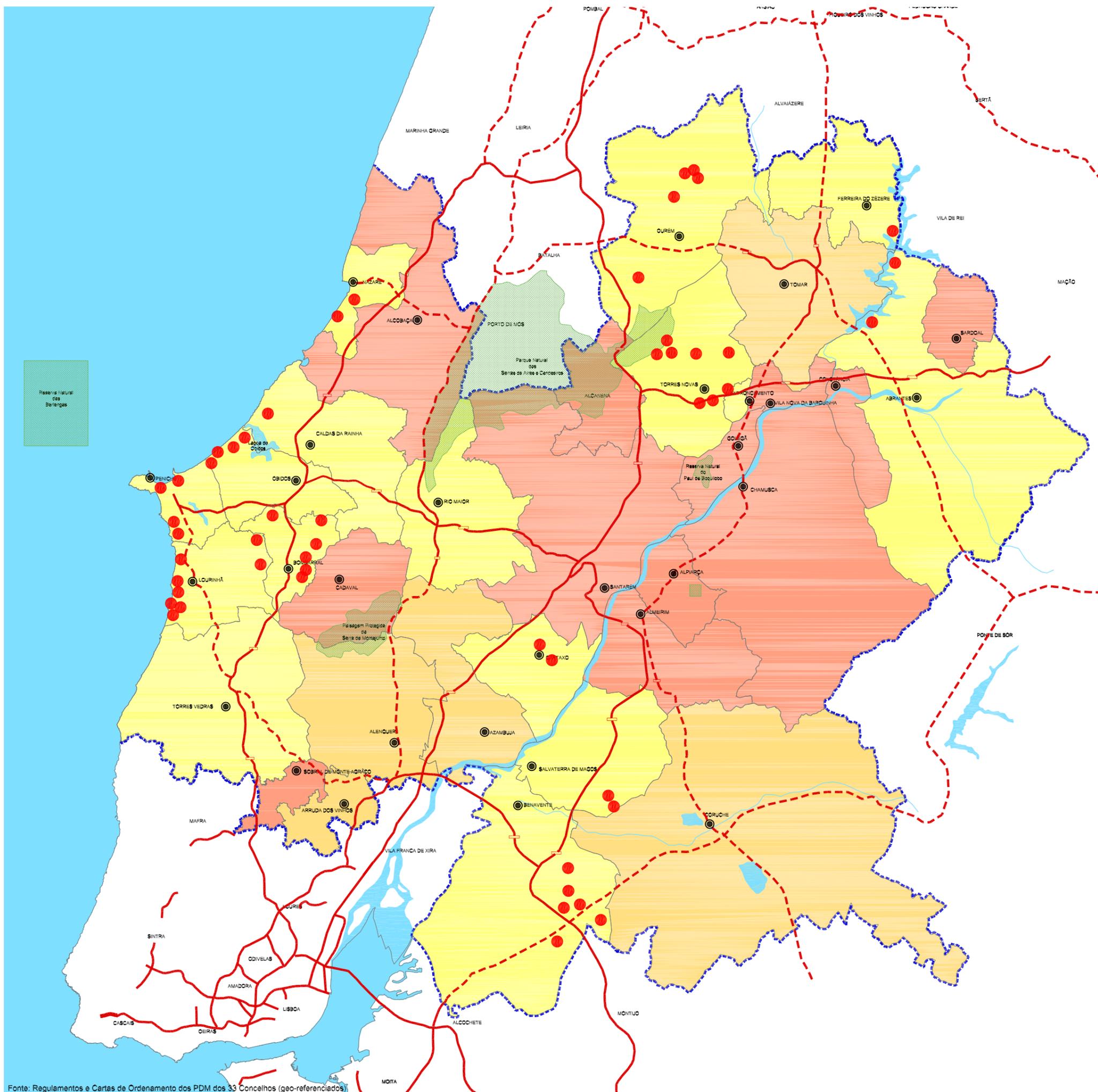
iii. **“Espaços de Polarização Turística “** que correspondem ao pólo de Fátima e aos grandes conjuntos de património edificado, com destaque para os classificados como Património da Humanidade (PH), os quais polarizam ou podem, por si, atrair fluxos significativos de visitantes.

15. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL – SITUAÇÃO ACTUAL

Os PDM correspondentes aos 33 concelhos abrangidos pelo âmbito territorial do PROT-OVT abordam os usos turísticos através da definição de regras e localizações afectas a esta actividade. Da análise dos elementos correspondentes aos PDM, observa-se uma predominância de espaços com aptidão turística, de terminologia diferenciada, regulamentada e com localizações preferenciais, conforme explicita o Quadro 34 e o Desenho 19 – ÁREAS PARA O TURISMO PREVISTAS NOS PDM DO OESTE E VALE DO TEJO. Destes:

- Cerca de 48% estabelecem, em sede de Regulamento e Carta de Ordenamento, áreas especificamente afectas ao desenvolvimento de actividades turísticas;
- 15% do total regulamentam usos turísticos por categorias de espaços destinados a outros usos dominantes, sem localização preferencial;
- Os restantes 36% regulamentam o desenvolvimento da actividade turística de forma genérica, sem localização específica.

Para além do enquadramento dado às actividades turísticas nos PDM, verifica-se que as dinâmicas de investimento instaladas não encontram resposta nos IGT, implicando a sua alteração através de Planos de Pormenor. De um modo geral, os PDM em vigor não estão preparados para enquadrar novos tipos de empreendimentos turísticos no PENT, em particular os correspondentes aos “resorts integrados”. Assim, deverão decorrer do PROT orientações para a revisão dos PDM no sentido de a sua adequação a uma estratégia territorial em que o turismo e o lazer assumem um papel importante no desenvolvimento da Região.



LEGENDA:

ÁREAS PARA TURISMO NOS PDM DO OESTE E VALE DO TEJO

● Distribuição das Áreas para Turismo (nas Cartas de Ordenamento)

PDM - LOCALIZAÇÃO DE ÁREAS PARA TURISMO:

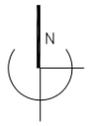
- Localiza
- Não Localiza
- Não se Aplica

BRUNO SOARES arquitectos



MAIO 2007

Escala 1: 500 000



Fonte: Regulamentos e Cartas de Ordenamento dos PDM dos 33 Concelhos (geo-referenciados)

ÁREAS PREVISTAS PARA O TURISMO NOS PDM DO OESTE E VALE DO TEJO

LOCALIZAÇÃO ÁREAS PARA TURISMO NA CARTA DE ORDENAMENTO		
LOCALIZA *	NÃO LOCALIZA **	NÃO SE APLICA ***
48%	15%	36%
Caldas da Rainha Óbidos Peniche Rio Maior Bombarral Lourinhã Torres Vedras Nazaré Ourém Ferreira do Zêzere Torres Novas Entroncamento Abrantes Cartaxo Salvaterra de Magos Benavente	Alenquer Arruda dos Vinhos Tomar Azambuja Coruche	Cadaval Sobral de Monte Agraço Alcobaça Sardoal Constância Vila Nova da Barquinha Golegã Alcanena Santarém Chamusca Alpiarça Almeirim
64%		36%

* Regulamenta e identifica espaços para turismo na Carta de Ordenamento

** Regulamenta usos turísticos por categorias de espaços destinados a outros usos dominantes

*** Regulamenta genericamente

Fonte: Regulamentos dos PDM do Oeste e Vale do Tejo

QUADRO 35 - ÁREAS PREVISTAS PARA O TURISMO NOS PDM DO OESTE E VALE DO TEJO

16. UNIDADES TERRITORIAIS

16.1. "Corredor Litoral"

Estende-se ao longo da costa, entre a Ericeira (fora do OVT) e a Nazaré. Os usos turísticos e de lazer, nomeadamente a residência secundária, distribuem-se por toda a área, mas com maior concentração junto da orla costeira onde se desenvolveram alguns importantes núcleos balneares (Ericeira, Santa Cruz, Porto Novo/Maceira, praia da Areia Branca, S. Bernardino/Consolação, Baleal, S. Martinho do Porto e Nazaré) tendencialmente ligados por um povoamento linear, afastado da costa, onde se misturam comércio, serviços, residência secundária e residência habitual. Este "corredor"

predominantemente turístico e de lazer é interrompido na costa da Lourinhã dando lugar a um povoamento linear estritamente ligado ao espaço rural e às actividades agrícolas, e é balizado a Sul pelo vale de Cheleiros onde se faz a transição para a mancha de ocupação metropolitana de Lisboa, e a Norte da Nazaré pelas Matas Nacionais do Pinhal de Leiria que constituem um “tampão” à expansão contínua da ocupação turística e do lazer no litoral.

No corredor litoral identificam-se três sistemas turísticos e de lazer:

- **Sistema Torres Vedras – Mafra**, o qual integra dois subsistemas litorais, Ericeira – Barril e Santa Cruz – Vimeiro;
- **Sistema Peniche – Óbidos – Caldas da Rainha**, o qual abrange o litoral entre São Bernardino e São Martinho do Porto, bem como a Serra d’El Rei e a Lagoa de Óbidos;
- **Sistema Nazaré – Alcobaça – S. Pedro de Moel**, polarizado pela Nazaré mas que integra ainda S. Pedro de Moel, a Norte.

A estruturação territorial do corredor litoral faz-se com base numa rede de centralidades urbano-turísticas que integra a rede urbana regional e, nomeadamente, os seus principais centros (Torres Vedras, Peniche, Caldas da Rainha e Nazaré), mas também numa rede de centralidades menos “convencional” onde se prestam serviços específicos a turistas, visitantes e utentes de segunda residência – (comércio de proximidade, restauração, bancos, agências imobiliárias, *rent-a-car*, serviços de manutenção, materiais de construção e equipamentos para habitação, equipamentos de recreio, desportivos, saúde e bem estar, etc.) e que tanto se localizam na rede de pequenos centros ligados ao espaço rural (por exemplo S. Pedro da Cadeira, Ferrel e Serra d’El Rei), como nos centros balneares (Santa Cruz, Consolação, São Martinho do Porto e Nazaré), como ainda ao longo das estradas (em particular da EN-247), ou, de forma dispersa, no campo.



ILUSTRAÇÃO 8 - FACHADA ATLÂNTICA³⁵

No conjunto do litoral é de destacar a crescente importância de Caldas da Rainha e de Óbidos como centralidades urbano-turísticas complementares, que vêm reforçando a sua capacidade atractiva (Eventos de Óbidos) e polarizadora de uma vasta área turística e de lazer que se configura entre Peniche e São Martinho do Porto.

³⁵ Fonte: Bruno Soares Arquitectos



ILUSTRAÇÃO 9 - LAGOA DE ÓBIDOS³⁶

Nestes sistemas turísticos e de lazer verifica-se uma forte pressão de crescimento do alojamento, tanto nos núcleos urbanos e balneares existentes, que tendem a expandir e densificar, como através de novas áreas turísticas / residenciais cujo modelo dominante assenta nas

³⁶ Fonte: Bruno Soares Arquitectos



componentes hoteleira, aldeamento turístico e loteamento residencial, quase sempre associadas a golfe.

Esta dinâmica é especialmente forte no triângulo Peniche – Óbidos – S. Martinho do Porto, embora surjam pretensões para o desenvolvimento de empreendimentos deste tipo em todo o litoral.

16.2. Lezíria do Tejo

A grande planície agrícola acompanha as duas margens do Tejo desde o Estuário, no concelho de Benavente, até Vila Nova da Barquinha onde o vale estreita. As baixas agrícolas do Tejo prolongam-se ainda pelo Vale do Sorraia até ao limite do concelho de Coruche com características culturais idênticas às da Lezíria. No Ribatejo, a rede urbana acompanha de um e outro lado a planície, localizando-se frequentemente os aglomerados urbanos nos limites ou mesmo dentro das zonas de cheias do rio, com as quais “convivem” regularmente.



ILUSTRAÇÃO 10 - LEZÍRIA DO TEJO³⁷

A base económica da Lezíria assenta fundamentalmente nas actividades agrárias e nas indústrias e serviços a elas ligados. Com excepção de alguns eventos de projecção regional e nacional, surpreendentemente as actividades turísticas e de Lazer têm muito pouca expressão neste território, não correspondendo às suas potencialidades se se atender à importância económica das actividades agrícolas e pecuárias, à riqueza da paisagem, à diversidade das tradições e à presença que algumas das suas actividades têm no imaginário colectivo português, num território com excelente acessibilidade em relação à AML e ao país.

Na última década desenvolveram-se projectos para a dinamização do turismo e do lazer na Lezíria, através da criação e instalação de rotas temáticas, de novos eventos relacionados com o vinho

³⁷ Fonte: Bruno Soares Arquitectos

e com a gastronomia, e da valorização das margens do Tejo com a construção de espaços públicos, equipamentos e infra-estruturas que proporcionam a fruição do rio. Ao mesmo tempo, verificou-se um crescimento significativo do Turismo em Espaço Rural (o segundo maior crescimento verificado na OVT entre 1998 e 2002) aproveitando as potencialidades das quintas tradicionais e das grandes casas agrícolas. Estas iniciativas vão-se consolidando através da organização associativa das empresas, nomeadamente na área do alojamento e da animação turística.



ILUSTRAÇÃO 11 - CASA AGRÍCOLA NA LEZÍRIA DO TEJO³⁸

A possível associação entre as actividades agrárias e o turismo e lazer, através da utilização das estruturas e do património das quintas tradicionais, constitui uma das linhas

³⁸ Fonte: Bruno Soares Arquitectos

mais interessantes e de maior potencial, no futuro próximo, para o desenvolvimento do turismo na Lezíria.

16.3. Vales do Tejo e do Zêzere (Médio Tejo)

O Vale do Tejo entre Vila Nova da Barquinha e Abrantes tem características substancialmente diferentes da Lezíria. Aqui, o Vale estreita, a agricultura perde importância, e a rede urbana, mantendo a mesma proximidade ao rio, não depende das actividades a ele ligadas. **Contudo, é ainda a Água o grande atractivo para o Turismo e Lazer nesta zona.** Por um lado, as margens do Tejo proporcionam a criação de espaços de recreio e de lazer e a construção de equipamentos recreativos e desportivos ligados ao rio, e, por outro lado, a albufeira de Castelo de Bode constitui, reconhecidamente, um espaço com potencial de atracção que ultrapassa a região.



ILUSTRAÇÃO 12 - MÉDIO TEJO³⁹

³⁹ Fonte: Bruno Soares Arquitectos

No conjunto Oeste e Vale do Tejo, a Região Turística dos Templários é a que apresenta menores taxas de crescimento assim como a mais reduzida capacidade de alojamento turístico.

O aproveitamento dos recursos e das potencialidades que os Vales do Tejo e do Zêzere dispõem para o desenvolvimento de actividade desportivas e recreativas poderá constituir uma alavanca para o crescimento sustentado da oferta de alojamento turístico que falta nesta região, a par de condições que integrem o Médio Tejo e, em particular, a cidade de Tomar nos circuitos turísticos culturais da Região.

A constituição do Parque Almourol, numa parceria entre as Câmaras Municipais da Barquinha, Chamusca, Constância e a NERSANT, a par da requalificação da Zona Ribeirinha de Abrantes, apoiados pelo Programa ValTejo, mostram as potencialidades deste troço do rio para o recreio e o desporto mas, também, as dificuldades de formatação, integração e promoção de produtos a eles ligados.



ILUSTRAÇÃO 13 - RIO TEJO / CASTELO DE ALMOUROL⁴⁰

⁴⁰ Fonte: Bruno Soares Arquitectos

16.4. Campos do Oeste e do Vale do Tejo

Entre o Litoral e a Lezíria do Tejo, o território, embora dividido pela linha de cumeeada das serras, é um “Campo” marcadamente agrícola e florestal, designado no Ribatejo por “Bairro”, que integra também grandes instalações de pecuária intensiva, áreas de exploração de inertes (na zona dos calcários), espaços de concentração industrial/logística, e, mesmo, parques de sucata dispersos na periferia da área metropolitana.



ILUSTRAÇÃO 14 - CAMPOS DO OESTE⁴¹

Trata-se de um território rural onde predominam as pequenas e médias explorações agrícolas, muitas delas ligadas à produção do vinho, à criação cavalar e aos horto-frutícolas, que, exceptuando

⁴¹ Fonte: Bruno Soares Arquitectos

alguns centros urbanos integrados nas dinâmicas metropolitanas (Azambuja, Cartaxo, Alenquer/Carregado) e as cidades com funções administrativas de nível supra municipal (Torres Vedras, Santarém, Alcobaça e Rio Maior), tem uma rede urbana de pequena dimensão e pouco dinâmica.

As actividades económicas de carácter mais industrial e logístico vêm-se concentrando ao longo do IC-2 formando um grande eixo de actividades que da Batalha se estende pela Benedita a Rio Maior e, tendencialmente, a Aveiras.

Este “eixo económico”, no qual se integram também explorações pecuárias intensivas e áreas de exploração de inertes com grandes impactes paisagísticos e ambientais, pode considerar-se um “eixo repulsivo” do turismo e do lazer da Região. Isto significa que o corredor da Batalha a Aveiras será, em geral, pouco atractivo para as actividades turísticas e de lazer, exceptuando as que se podem ligar aos negócios.

Embora tenha hoje uma boa acessibilidade inter-regional e à AML através das A-1, A-8 e A-10, acessibilidade reforçada transversalmente pela A-15, este grande “Campo” interior não tem sido atractivo para o turismo e para o lazer, ainda que se verifique de forma dispersa e pouco significativa a difusão de residência secundária tanto nas aldeias como nas propriedades rurais, e disponha de recursos de grande interesse e potencialidade como sejam o espólio paleontológico ligado aos dinossaúros, na Lourinhã, ou o património ligado à tradição agrícola e à produção do vinho.

Contudo, na situação actual de relativa “inércia” desta área no que respeita ao turismo e lazer, deve destacar-se o papel emergente de Rio Maior no que respeita às actividades e aos estágios desportivos possibilitados pelo conjunto de equipamentos e infra-estruturas de que já dispõe, podendo também constituir numa das “portas” do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

Deverá ainda ter-se em consideração que Rio Maior beneficia, hoje, das acessibilidades proporcionadas pela A15 que colocam este centro numa situação intermédia, em relação aos corredores da A1 e A8 e, mais directamente com o sistema turístico de Peniche-Óbidos-Caldas da Rainha, com a Lezíria através de Santarém, e com condições privilegiadas para estabelecer relações de complementaridade entre o eixo económico industrial do IC-2 e o resto da Região, nomeadamente com o novo Aeroporto da Ota.

16.5. Parques e Espaços Naturais Protegidos

A Região de Lisboa e Vale do Tejo tem um conjunto importante de espaços de grande valor ambiental e paisagístico os quais constituem um importante recurso para o turismo e lazer na Região.

Parte destes espaços localizam-se no Oeste e Vale do Tejo e devem incluir, para além do Parque Natural das serras de Aire e Candeeiros (parte integrada na Região Centro), das Reservas Naturais do

Estuário do Tejo, das Berlengas e do Paul do Boquilobo (Golegã), e da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, o Rio Tejo, a Orla Costeira com os “monumentos naturais” que são a Cabo Carvoeiro (Peniche), a Lagoa de Óbidos e a concha de São Martinho, bem como o histórico “Pinhal de Leiria” integrado em grande parte nas Matas Nacionais sob gestão do Estado.



ILUSTRAÇÃO 15 - SERRA DE AIRE E CANDEIROS⁴²

Com excepção das Berlengas e das grutas de Alvados e de Santo António, nenhum destes espaços oferece ainda produtos turísticos e de lazer de acordo com a sua importância cultural e com as potencialidades de atracção numa região metropolitana e destino turístico como Lisboa.

Esta debilidade é particularmente notória no que respeita ao Rio Tejo e à Reserva Natural do Estuário, espaços com um grande potencial de atracção atendendo tanto aos temas envolvidos como à proximidade das áreas residenciais e turísticas da AML.

Também, os temas da geografia/geologia e, da paleontologia poderiam ser envolvidos em rede com outros recursos regionais e nacionais como são, por exemplo, os temas do Tejo como grande rio

⁴² Fonte: Bruno Soares Arquitectos

ibérico, ou o tema dos dinossáurios, este articulando o Museu da Lourinhã com o Parque Natural e com outros locais com vestígios preservados (Carenque, Espichel) com os quais se podem estabelecer circuitos de visita.

16.6. Pinhal interior

No Médio Tejo faz-se a transição da Região de Lisboa e Vale do Tejo para a Floresta Central e para a zona montanhosa que constitui a grande barreira geográfica do centro do país. Neste espaço os concelhos de Sardoal e Ferreira do Zêzere integram já a Serra enquanto Alcanena, Ourém, Torres Novas e Tomar são concelhos de transição em parte afectados pela orografia e pelas crescentes dificuldades de acessibilidade à medida que se afastam do Vale do Tejo e do corredor da A1.



No que respeita ao turismo e ao lazer esta área, beneficia, por um lado, das dinâmicas dos vales do Tejo e do Zêzere (Castelo de Bode), da atracção de Fátima, dos recursos patrimoniais da Cidade de Tomar (Convento de Tomar), e da proximidade ao Parque Natural das Serras de Aire e de Candeeiros (Grutas de Alvados e Santo António), e, por outro lado, da grande acessibilidade no conjunto do Território Nacional que lhe é proporcionado pela junção da A1 com a A3, a qual poderá justificar o crescimento da residência secundária que se vem verificando nos concelhos de Vila Nova de Ourém e de Tomar.

Contudo, verifica-se que estes dois centros urbanos não estruturam, ainda, este território encontrando-se à margem das dinâmicas já instaladas na proximidade. **A oportunidade de integração e de um maior protagonismo destas cidades no desenvolvimento do turismo regional poderá emergir com a futura construção do IC-9.**

16.7. Charnecas do Sul do Tejo

A margem esquerda do Tejo, para além da planície da Lezíria, é um território pouco acidentado mas de solos pobres e predominantemente ocupado com matas de eucaliptos e de pinhal para exploração industrial, e de montado de sobre. Fora das várzeas associadas a algumas linhas de água e das zonas de Foros e Fazendas, a agricultura é rara.

Salvo situações pontuais em que centros de herdades e de antigas quintas integram alojamento turístico e actividades de recreio e lazer (como é exemplo a Herdade dos Cadouços) ou áreas que integram coutos de caça, a actividade turística é muito reduzida e não apresenta dinâmica significativa.

A grande quantidade de Reservas de Caça Turística mostra que esta actividade pode representar, neste território, o mais importante recurso para o lazer e para a realização de eventos com capacidade para atrair turistas e desenvolver a vertente de alojamento turístico a Sul do Tejo.

Por outro lado, o Vale do Sorraia constitui a ligação natural a dois dos mais interessantes espaços de lazer da Região a Sul do Tejo, ainda pouco desenvolvidos, as albufeiras de Montargil e do Maranhão, as quais integrarão inevitavelmente o território turístico e de lazer da Região polarizada

⁴³ Fonte: Bruno Soares Arquitectos

por Lisboa e com os quais a Charneca a Sul do Tejo pode estabelecer relações de complementaridade, tanto no que respeita à oferta de actividades como de alojamento.

No que respeita às actividades de Lazer e por influência da Área Metropolitana de Lisboa, identifica-se ainda a tendência para a expansão da residência secundária no corredor do futuro IC-13, actual EN-119, que ligará Alcochete a Coruche. Neste corredor existem diversos projectos em concretização e outros que apontam para a conformação de um eixo de turismo residencial e de residência secundária associados a equipamentos desportivos e recreativos, nomeadamente de golfe e equestres, claramente induzido pela AML e a ela ligados através de Alcochete e da Ponte Vasco da Gama. Este eixo abrange tendencialmente áreas de “Foros” e “Fazendas” nos concelhos de Coruche e de Benavente as quais oferecem condições à expansão da residência secundária fora dos grandes empreendimentos existentes e previstos para a zona. Esta é, no momento, a única área das charnecas a Sul do Tejo que apresenta procura e dinâmica significativas ligadas ao lazer e ao turismo.

17. ESPAÇOS DE POLARIZAÇÃO TURÍSTICA

Para efeitos deste diagnóstico consideramos como principais espaços de polarização turística o Santuário de Fátima que constituindo o motivo de deslocação de cerca de 5 milhões de peregrinos e visitantes em 2005, podendo considerar-se um destino internacional de turismo religioso, bem como os principais monumentos e centros históricos da região de entre os quais se destacam os conjuntos dos mosteiros de Alcobaça e Batalha e o Convento de Cristo em Tomar classificados como Património da Humanidade.

Parte deste património encontra-se actualmente integrado em circuitos de visita organizados a partir de Lisboa e de outras origens, muitos dos quais têm como principal destino Fátima.

As tendências identificadas são, por um lado, para a valorização do património através da dinamização de actividades que atraiam eventos e visitantes a cada local, e, por outro lado a integração do património em redes, nomeadamente redes temáticas que dêem origem a rotas e circuitos integrados de visita, como, por exemplo, a Rota dos Templários, o Circuito do Património da Humanidade ligando Tomar, Batalha e Alcobaça, ou do Gótico tendo como pólo Santarém mas que poderá abranger todo o território da margem direita do Tejo onde se verifica uma presença significativa de edifícios dos séculos XII a XIV com destaque para os edifícios religiosos.

18. SISTEMAS TURÍSTICOS E DE LAZER

Os sistemas turísticos e de lazer que procuram traduzir a interpretação das estruturas territoriais – redes viárias e acessibilidades, povoamento, recursos e centralidades – que organizam e apoiam as actividades turísticas e de lazer, já foram descritos nos pontos anteriores e referidos às “Unidades Territoriais”.

Metodologicamente a delimitação e caracterização destes sistemas deverá ser completada, verificada e eventualmente alterada na confrontação com os diagnósticos referentes à rede urbana, ocupação e uso do solo, actividades económicas e acessibilidades a desenvolver pela Equipa do PROT-OVT.

A configuração dos sistemas turísticos e de lazer constituirá um dos elementos para a formulação do Modelo Territorial do turismo e do lazer do PROT-OVT a desenvolver na fase seguinte.

19. TENDÊNCIAS

19.1. Alojamento Total na Sub-Região Oeste e Vale do Tejo – Tendências

O Oeste constitui a área de maior oferta de alojamento total, seguida dos municípios que integram a Região de Turismo de Leiria / Fátima e dos que se englobam na Região de Turismo do Ribatejo.

Região	Alojamento Turístico 2005	Alojamento Residencial 2001 *	Alojamento Total	%
OESTE	11.491	100.863	112.370	40,4
LEIRIA / FÁTIMA	13.594	50.997	64.591	23,2
TEMPLÁRIOS	1.254	37.965	39.219	14,1
RIBATEJO	4.084	57.747	61.831	22,2
TOTAL	30.423	247.572	278.011	100,0

Fonte: INE

*Número de Alojamentos x 3 camas

QUADRO 36 - ALOJAMENTO TOTAL NA SUB-REGIÃO OESTE E VALE DO TEJO (2001; 2005)

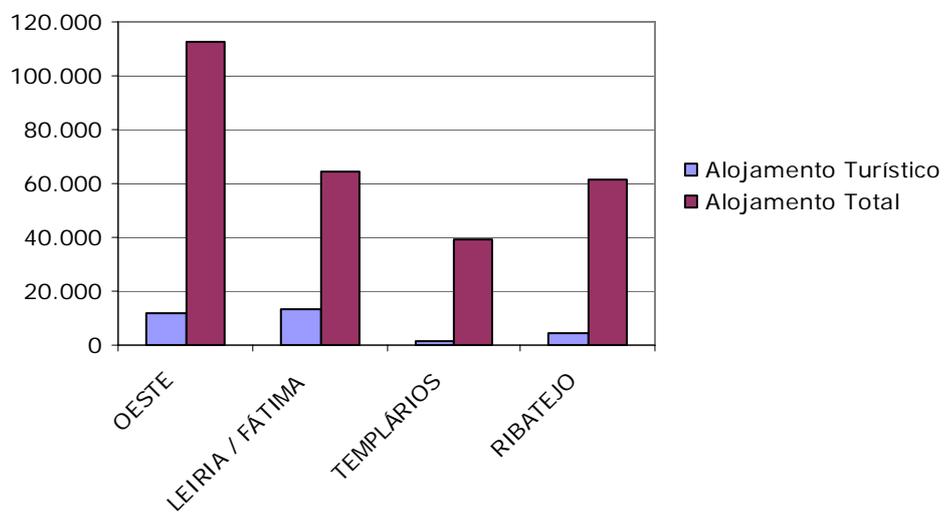


GRÁFICO 16 - ALOJAMENTO TOTAL NA SUB-REGIÃO OESTE E VALE DO TEJO (2001; 2005)

Assim, aos cerca de 800.000 habitantes da Sub-Região OVT acresce uma capacidade de cerca de 250.000 residentes sazonais, correspondente a 31% da população.

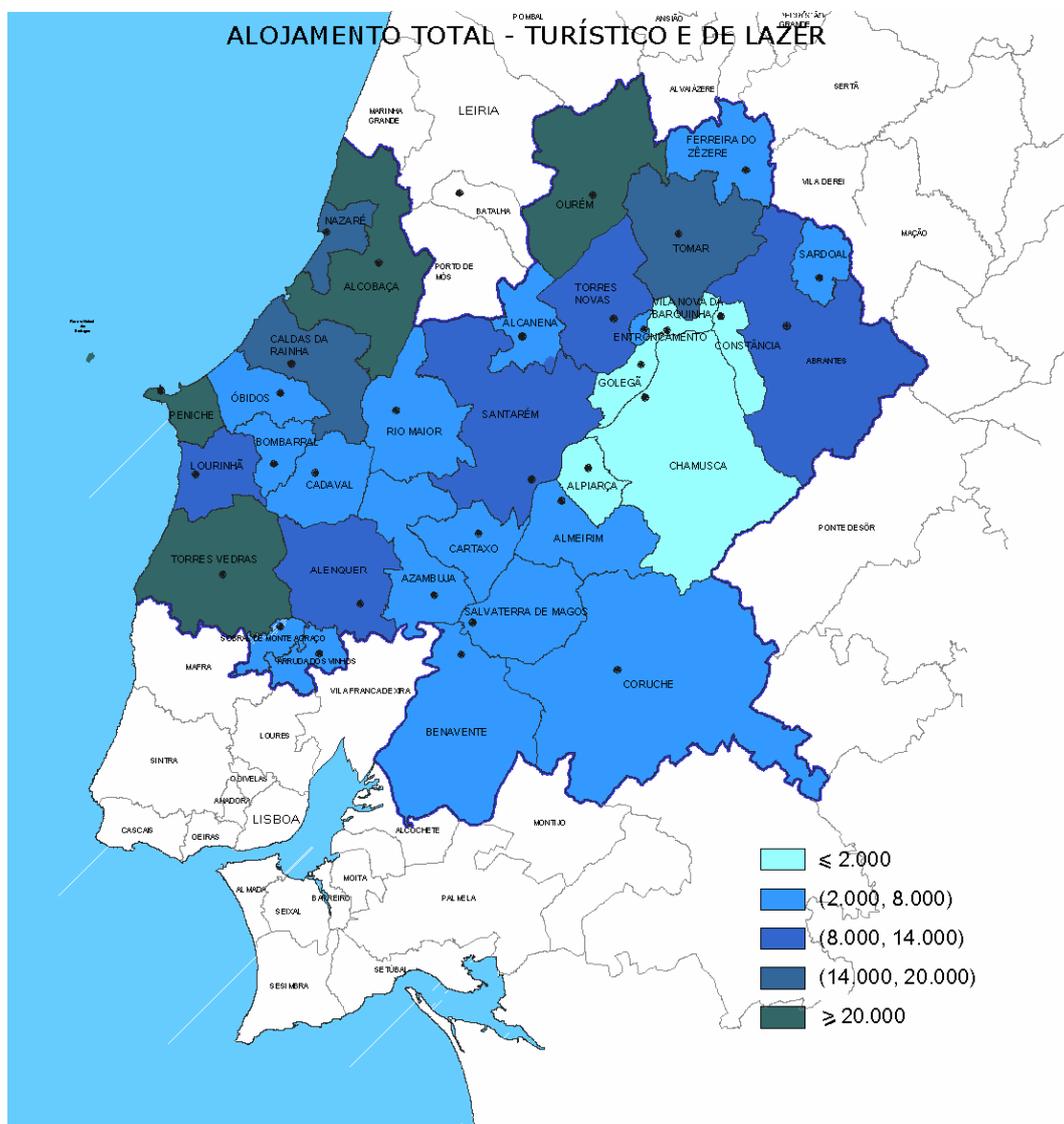


FIGURA 14 - ALOJAMENTO TOTAL - TURÍSTICO E DE LAZER

19.2. Pretensões de Investimento

Nos Desenho 20 - PRETENSÕES DE INVESTIMENTO NO OVT – ALOJAMENTO POR TIPOLOGIA e Desenho 21 - PRETENSÕES DE INVESTIMENTO NO OESTE E VALE DO TEJO – ALOJAMENTO POR NÚMERO DE CAMAS , representam-se as intenções de investimento dos últimos anos, independentemente do seu grau de apreciação. Das 70 pretensões identificadas, 23 localizam-se no Litoral, 20 no corredor do Tejo (Lezíria e Médio Tejo) e no restante território 27.

PRETENSÕES DE INVESTIMENTOS NO OESTE E VALE DO TEJO

REGIÃO	CONCELHO	TOTAL CAMAS TURÍSTICAS EXISTENTES (2006)	INVESTIMENTO PREVISTO	
			ÁREA TOTAL (ha)	TOTAL CAMAS TURÍSTICAS PREVISTAS
OESTE		12.145	3.517	59.794
	Caldas da Rainha*	2068	278	
	Óbidos	958	1280	29333
	Peniche*	4702	74	978
	Rio Maior*	204	549	5759
	Bombarral*	138	3	
	Lourinhã*	781	269	4863
	Cadaval	122	1	
	Torres Vedras*	2784	699	14279
	Alenquer*	327	364	4582
	Sobral de Monte Agraço	18		
	Arruda dos Vinhos	43		
LEIRIA / FÁTIMA		9.901	903	8.712
	Nazaré*	2845	64,87	
	Alcobaça	2266	629	8000
	Ourém*	4790	209,28	712
TEMLÁRIOS		1.439	396	15.321
	Ferreira do Zézere	82		
	Tomar*	1054	100,55	1011
	Sardoal	44		
	Torres Novas	191	295	14310
	Entroncamento	68		
RIBATEJO		3.731	2.646	8.090
	Abrantes*	1085	3,85	
	Constância	98		
	Vila Nova da Barquinha	40	62,9	492
	Vila Nova da Barquinha/Entroncamento/Golegã	224	106	556
	Golegã*	342	29,08	372
	Alcanena*	683	6,46	
	Santarém*	24	477,25	3542
	Chamusca*	172	6,79	
	Alpiarça	82		
	Almeirim	88		
	Cartaxo*	160	146,3	1468
	Azambuja	292	2,96	82
	Salvaterra de Magos	337		
	Benavente*	104	1789,51	1578
	Coruche*	27216	14,55	
TOTAL		27.216	7.461	91.917

Fonte: CCDR-LVT, Câmaras Municipais e DGT

*Não integra o número de camas previstas para a totalidade das pretensões de investimento (informação não disponibilizada)

QUADRO 37 - CAMAS TURÍSTICAS EXISTENTES E PREVISAS PARA O OESTE E VALE DO TEJO



Reserva Natural das Berlengas

LEGENDA:

- Unidade Hoteleira
- Aldeamento Turístico
- Conjunto Turístico

PRETENSÕES DE INVESTIMENTO NO OVT - ALOJAMENTO
 TURÍSTICO, POR TIPOLOGIA

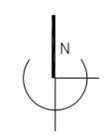
TURISMO, LAZER E CULTURA 20

BRUNO SOARES arquitectos



MAIO 2007

Escala 1: 500 000



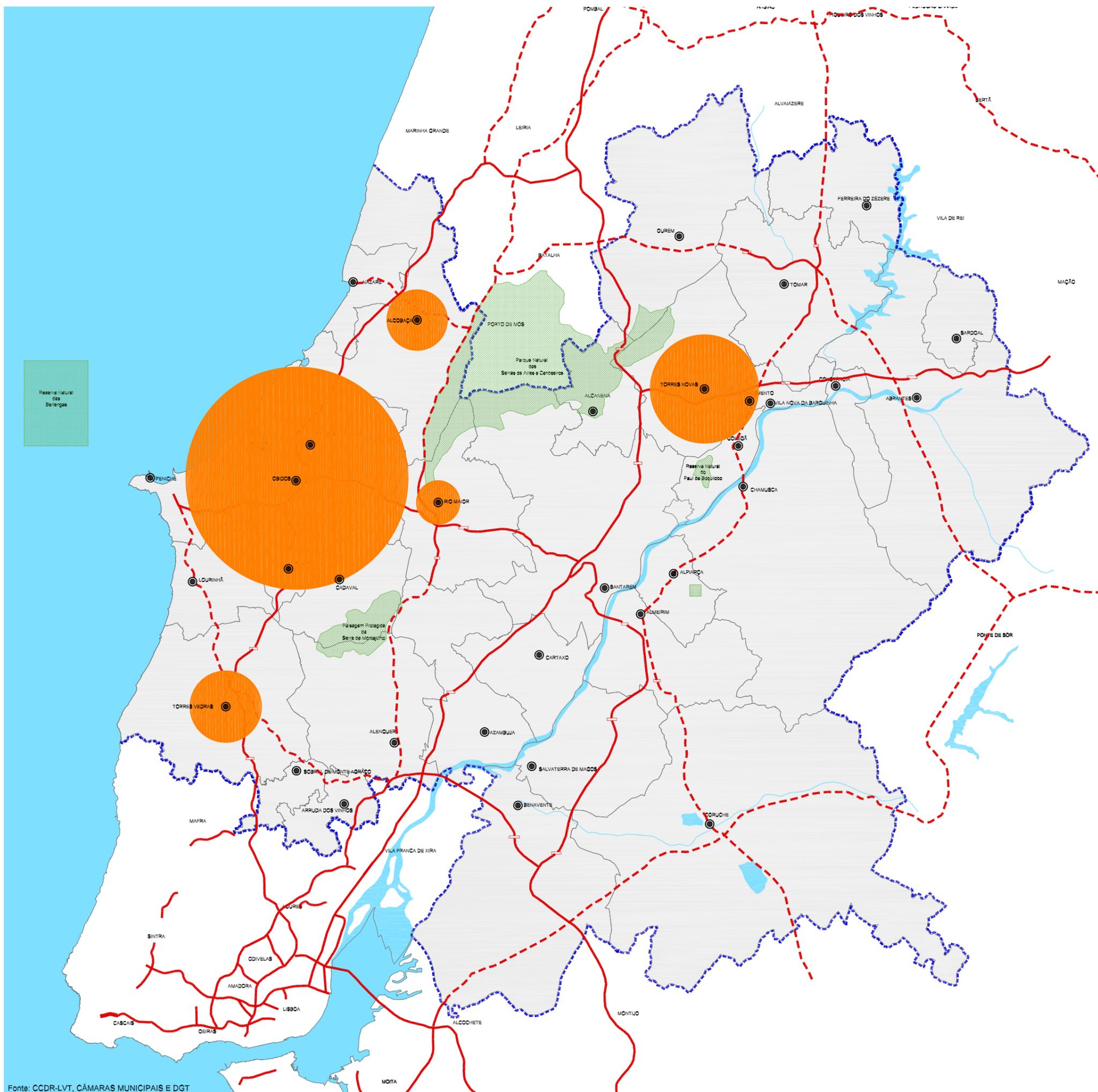
Fonte: CCDR-LVT, CÂMARAS MUNICIPAIS E DGT (geo-referenciados)

TIPOLOGIAS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO PREVISTAS

REGIÃO	CONCELHO	UNIDADE HOTELEIRA	ALDEAMENTO TURÍSTICO	CONJUNTO TURÍSTICO
OESTE		22	16	18
	Caldas da Rainha	4	1	
	Óbidos	2	2	9
	Peniche	1		1
	Rio Maior	1	1	1
	Bombarral	2		
	Lourinhã	2	1	2
	Cadaval		1	
	Torres Vedras	4	9	4
	Alenquer	5	1	1
	Sobral de Monte Agraço			
	Arruda dos Vinhos	1		
LEIRIA / FÁTIMA		21	5	2
	Nazaré	5	2	
	Alcobaça			1
	Ourém	16	3	1
TEMPLÁRIOS		3	4	1
	Ferreira do Zêzere			
	Tomar	2	4	
	Sardoal			
	Torres Novas	1		1
	Entroncamento			
RIBATEJO		24	4	10
	Abrantes	5		
	Constância			
	Vila Nova da Barquinha	1		1
	Vila Nova da Barquinha/Golegã/Entroncamento			1
	Golegã	1	2	
	Alcanena	1		
	Santarém	8		3
	Chamusca	1		
	Alpiarça			
	Almeirim			
	Cartaxo	1		1
	Azambuja	1		
	Salvaterra de Magos			
	Benavente	4		4
	Coruche	1	2	
TOTAL		70	29	31

Fonte: CCDR-LVT, Câmaras Municipais e DGT

QUADRO 38 - PRETENSÕES DE INVESTIMENTO TURÍSTICO NO OESTE E VALE DO TEJO, POR TIPOLOGIA E CONCELHO



TOTAL CAMAS - 91 917
 TOTAL HECTARES - 7 461

DENSIDADE MÉDIA - 12 CAMAS/HA

5 CONCELHOS - 71 681 CAMAS
 ÓBIDOS
 TORRES NOVAS
 TORRES VEDRAS
 ALCOBAÇA
 RIO MAIOR
 78% DO TOTAL DE CAMAS PREVISTAS

LEGENDA:
 Camas Turísticas Previstas

PRETENSÕES DE INVESTIMENTO NO OVT - ALOJAMENTO
 TURÍSTICO, POR NÚMERO DE CAMAS

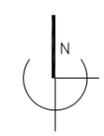
TURISMO, LAZER E CULTURA 21

BRUNO SOARES arquitectos



MAIO 2007

Escala 1: 500 000



Fonte: CCDR-LVT, CÂMARAS MUNICIPAIS E DGT

19.3. Empreendedorismo no Oeste e Vale do Tejo

As dinâmicas empreendedoras da região, a sua organização em associações ligadas à promoção e desenvolvimento regional num âmbito que ultrapassa o contexto local, têm contribuído de forma decisiva para a divulgação do mundo rural, em particular da região do Ribatejo.

O trabalho desenvolvido por estas associações incide essencialmente em três sectores específicos, a saber:

- a) A valorização dos produtos locais, através produção e comercialização da produção animal e agrícola da região, em particular vinhos, produtos biológicos, e toda a produção associada ao cavalo lusitano e touros;
- b) A promoção da oferta de alojamento associado ao Turismo em Espaço Rural (TER);
- c) A animação turística, com uma aposta na utilização conjugada dos recursos turísticos disponíveis na região, como o rio Tejo, os Parques e Reservas Naturais, com os produtos animais e agrícolas aqui produzidos.

O âmbito territorial do PROT-OVT encontra-se quase totalmente abrangido por Associações de Desenvolvimento Local, tendo sido identificadas 4 Associações de Desenvolvimento, todas elas no Ribatejo:

- d) **APRODER** – Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo, que integra os concelhos de Santarém, Cartaxo, Azambuja e Rio Maior;
- e) **CHARNECA** – Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana, que integra os municípios de Golegã, Chamusca, Alpiarça, Almeirim, Salvaterra de Magos, Coruche e Benavente;
- f) **ADIRN** – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, que integra os municípios de Ourém, Ferreira do Zêzere, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha, Alcanena;
- g) **TAGUS** – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, abrange os concelhos de Sardoal, Constância, Abrantes e Mação;

- h) Também ligado à promoção e desenvolvimento local, e com uma abrangência territorial que integra os concelhos de Alcobça, Caldas da Rainha, Óbidos, Bombarral, Lourinhã, Cadaval, Torres Vedras, Alenquer e Sobral de Monte Agraço, encontra-se a área de actuação do **LEADER OESTE**;
- i) Uma outra associação, que agrega algumas das associações acima referidas – APRODER, CHARNECA, ADIRN, é a associação **CAMINHOS DO RIBATEJO** e, tem vindo a desenvolver a promoção do mundo rural através da articulação dos três sectores específicos enunciados.

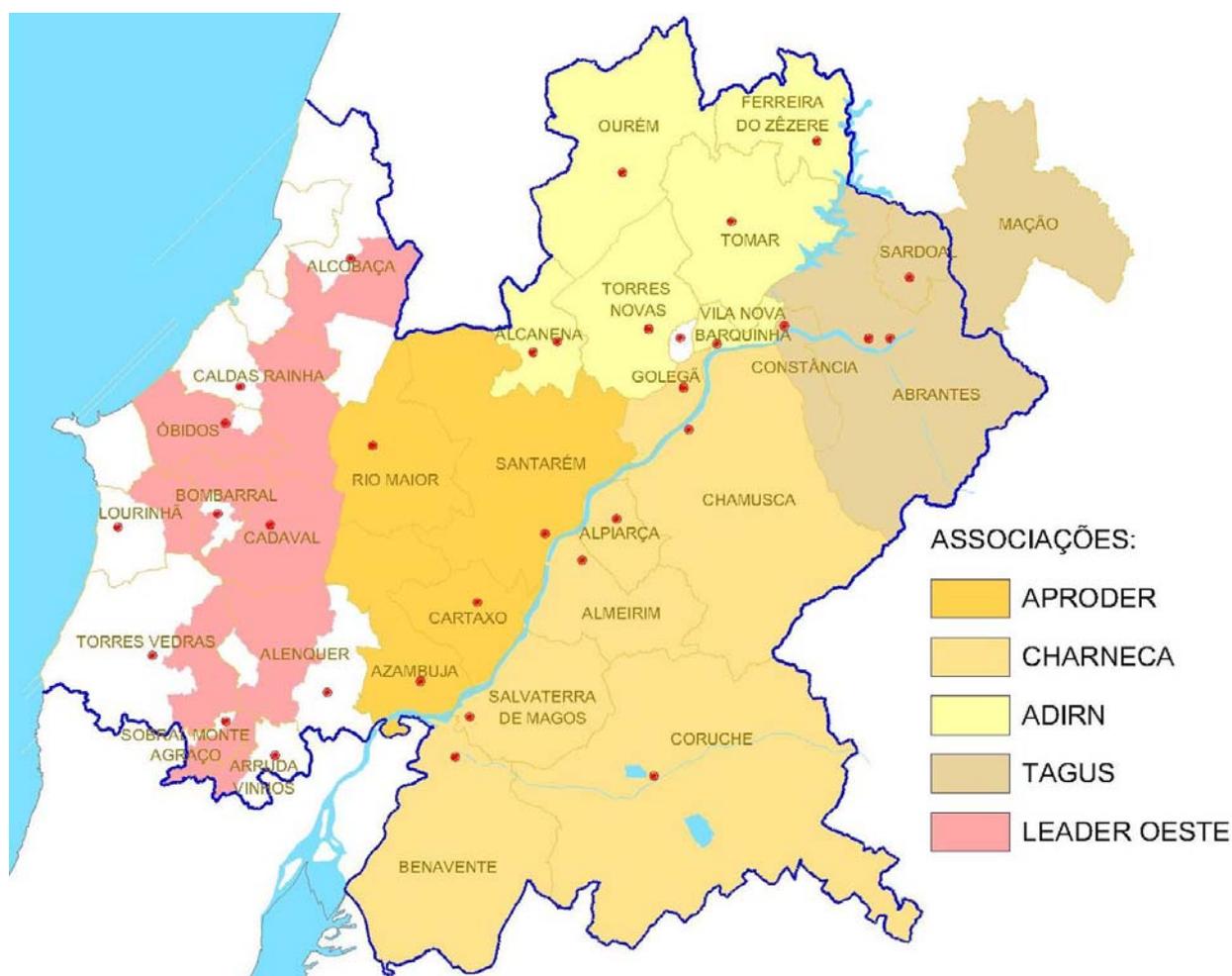


FIGURA 15 - ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E PROGRAMA LEADER NO OESTE E VALE DO TEJO

20. 10 CONCLUSÕES DO DIAGNÓSTICO

- O Oeste e Vale do Tejo integram-se na **Região de Lisboa e Vale do Tejo – 1ª Região do País na oferta de Alojamento Turístico e de Lazer**, sendo a segunda Região Turística do País, em termos de alojamento e dormidas, a seguir ao Algarve, e a 2ª Região de Residência Secundária a seguir ao Norte.
- Fátima destaca-se como destino turístico na Sub-Região Oeste e Vale do Tejo e na Região de Lisboa e Vale do Tejo – concentra o produto de Turismo Religioso, o Alojamento, o Excursionismo e a oferta complementar.
- O Oeste destaca-se na Região como a área de maior concentração de oferta de alojamento turístico e de lazer, e com maior dinâmica de crescimento.
- Grande peso do Campismo na oferta de alojamento (no País e na Região Oeste e Vale do Tejo) o qual é reforçado pelos outros mais informais de alojamento (Campo de Férias, Pousadas da Juventude).
 - 41.7 % da oferta de alojamento turística no Continente;
 - 43.0 % da oferta da Sub-Região Oeste e Vale do Tejo
- Fragilidade do Turismo no Espaço Rural que não ultrapassa 3.5 % da oferta da Sub-Região Oeste e Vale do Tejo, uma região marcadamente rural e agrícola.
- Os principais produtos turísticos da Sub-Região OVT são o “Touring Cultural e Paisagístico” e o “Short-break”. Com potencial para a sua consolidação e desenvolvimento.
- Fragilidade na formatação e integração em rede dos Produtos de Lazer, e de Oferta Complementar resultantes da desadequação da formatação e promoção dos recursos e potencialidades da Sub-Região, nomeadamente no que respeita ao património histórico edificado (Património da Humanidade).
- Potencialidades de afirmação de produtos emergentes – golfe, (aumento da oferta de campo), “Saúde e Bem-estar” / Termas, desportivo (infra-estruturas e equipamentos existentes a potenciar).

- Potencialidade de desenvolvimento de rede urbana regional (policêntrica) se devidamente articulada com o desenvolvimento do Turismo, do Lazer e da Cultura.

21. QUADRO SÍNTESE DE POTENCIALIDADES/DEBILIDADES, OPORTUNIDADES/RISCOS

Potencialidades	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> - Recursos diversificados para o turismo e lazer com destaque para os recursos ligados à Água - Proximidade a Lisboa destino turístico internacional no qual se integra - Proximidade à Área Metropolitana de Lisboa principal pólo demográfico e de consumo do País - Acessibilidades rodoviárias regionais e de ligação às redes nacionais e transeuropeias de transportes 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de formatação e promoção de produtos turísticos e de lazer adequados aos recursos da região - Concorrência de Lisboa e da AML na oferta turística e de alojamento turístico - Deficientes acessibilidades locais que não acompanham a melhoria das acessibilidades regionais - Dificuldade de integração do Turismo e Lazer na actividade agrícola regional - Concorrência no uso do solo com actividades incompatíveis - Existência de áreas ambiental e paisagisticamente desqualificadas - Pouca qualificação e integração da Oferta Campismo (falta de Parques de Caravanismo)
Oportunidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento e diversificação da procura turística na Região de Lisboa / Reforço do Destino Lisboa - Novas acessibilidades regionais e nacionais (melhoria das transversais) permitindo circuitos integrados - Construção do novo Aeroporto de Lisboa - Desenvolvimento (crescimento previsível) do Turismo Residencial – Portugal Destino de TR (PENT) - Estratégia e política nacional de Turismo (PENT) que elege o Oeste como novo pólo de atracção turística. - Processos de reestruturação interna da Região. 	<ul style="list-style-type: none"> - Decadência do campo e das actividades - Expansão metropolitana e suburbanização dos Corredores do Vale do Tejo e do Litoral - Saturação do mercado de residência secundária - Pouca diversificação do modelo de oferta de alojamento turístico - Não enquadramento territorial da residência secundária não integrada no turismo residencial